

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 04/2020

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
- *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*
 - *Sílvio António dos Santos*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, bem como aos Senhores membros do público. Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

O Senhor Deputado *Rui Filipe Pacheco Carrazedo* é substituído pela Senhora Deputada *Daniela Alexandra Alves Rodrigues*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Eduardo Evaristo Cabanas* é substituído por *Rui Alexandre Ramos Pires*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

Registo de Faltas.

Lídia Maria Mota Noura, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, José Eduardo Evaristo Cabanas, Joaquim António Morais Clemente, Carlos Luís Clemente Sousa, Fernanda Maria do Sacramento Mesquita, José Manuel de Lemos Pavão e Marlene Margarida Grifo Baptista.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Lídia Maria Mota Noura*: Sessão de 27 de julho de 2020.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 27 de julho de 2020.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 27 de julho de 2020.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 27 de julho de 2020.
- *Carlos Luís Clemente Sousa*: Sessão de 27 de julho de 2020.
- *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita*: Sessão de 27 de julho de 2020.

- José Manuel de Lemos Pavão: Sessão de 27 de julho de 2020.
- Marlene Margarida Grifo Baptista: Sessão de 27 de julho de 2020.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

Voto de Pesar

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos começar esta Sessão, hoje, de uma forma diferente, uma vez que alguém da nossa família política teve uma grande infelicidade, à qual não podemos deixar de nos associar de uma forma calorosa e partilhar a sua dor a que um nosso companheiro foi sujeito.

Pedia ao Senhor Secretário da Assembleia Municipal que fizesse essa apresentação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A Mesa, em representação da Assembleia Municipal apresenta as mais profundas condolências ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* pela sua perda irreparável com o falecimento da sua esposa *Maria Manuela Valeiro Ferreira Pontes*.

A Assembleia Municipal associa-se solidariamente neste momento triste e de dor pessoal e familiar.

A Mesa propõe à Assembleia Municipal, a acompanhar este Voto de Pesar, um minuto de silêncio em sua honra e paz.

----- Todos os Senhores Deputados, Executivo, Mesa da Assembleia, Público Presente e Comunicação Social se associaram ao Voto de Pesar, fazendo um minuto de silêncio.

1.º Período de Intervenção do Público

1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Aqui me encontro mais uma vez para fazer mais uma intervenção. Só custa a primeira vez, mas agora é sempre a “andar”. Devo-o ao Senhor *Agostinho Beça* que foi ele que me meteu “o bichinho no corpo” e assim sendo estou aqui mais uma vez para fazer esta minha intervenção.

Hoje a minha intervenção vai no sentido de que manifesto o meu descontentamento total perante, e aqui refiro-me à água da Freguesia de Cobro, no qual foi feito um relatório e recolha de água durante todo o mês de maio. Encontrei-me com a Senhora Presidente no gabinete da mesma e pedi que me facultasse o relatório da água da Freguesia de Cobro que corresponde ao mês de maio.

A Senhora Presidente concordou de me dar e disse-me como tinha que fazer para recolher o mesmo. Fiz essas diligências, no qual a seguir me foi negado exatamente pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Ora, eu pergunto: isto é um documento público ou é um documento privado? Afinal de contas, quem manda na Câmara? É a Senhora Presidente ou é o Senhor Vice-Presidente?

Senhor Vice-Presidente, a Câmara não é sua. A Câmara é do povo, é de todos nós. Um dia o Senhor há de sair e eu hei de continuar a ser município desta Câmara Municipal.

Não me deu o relatório porquê? É público, é privado ou está em segredo de justiça e não podem revelar o resultado do mesmo?

Assim sendo, deixam-me certas dúvidas de que me dizem que está tudo bem e assim sendo leva-me a crer que alguma coisa está mal e que me estão a esconder.

Vou obrigar-me a dizer aqui, isto não passa de ser uma realidade para ser uma vergonha.

Também queria que fosse aqui esclarecido perante esta Assembleia, na presença dos presentes, quem é que foi que pagou os paralelos que foram dados para a Freguesia de Cobro e anexa, Rego de Vide? Gostava que fosse aqui automaticamente desmentido aquilo que passa a ser uma mentira, eventualmente.

Aqui deixava um desafio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cobro que viesse aqui contrapor.

[Handwritten initials and marks]

Gostava também aqui de perguntar, Senhor Presidente, que a Senhora Presidente se manifestasse para quando volta a reiniciar a visita às Freguesias ou só vai fazer para o ano, porque assim já é uma maneira de fazer política e fazer apelo ao voto?

Também quero dizer aqui que em relação à venda de uma casa que foi feita para a Junta de Freguesia de Cobro, os trabalhos estão a decorrer perante a justiça, vou acreditar na justiça e vamos ter justiça, porque só vejo uma situação que posso aqui revelar. Só vejo o aproveitamento da parte do Senhor Presidente e não vejo mais que realmente haja uma necessidade de fazer tal compra.

Senhora Presidente, a Senhora durante o tempo da sua campanha criticava muito o Engenheiro *António Branco*, como eu também o criticaria. Olhe Senhora Presidente, é assim... A Senhora disse que não permitiria que fosse ou que deixaria fazer aquilo que o Engenheiro *António Branco* deixaria fazer com os carros do Município. Olhe, mas eu afinal de contas não vejo que realmente da sua parte tenha sido feita alguma coisa de alteração. Ou seja, os carros que as pessoas conduzem no dia-a-dia para trabalhos que estão relacionados com a Câmara de Mirandela deviam ficar em local próprio e não à frente da casa de cada um. Assim sendo, poupar-se-ia muito dinheiro em gasóleo e gasolina e assim sendo já se poderia meter mais umas pessoas a trabalhar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação a esta intervenção, cumpre-me dizer alguma coisa. Por um lado, há aqui algumas acusações que podem denotar gravidade. Falar de uma casa, benefício, vendas e também em viaturas... Com certeza que terão de ser objeto de profunda análise esse tipo de acusações e verificar-se se de facto, são fundadas ou não.

Relativamente às visitas do Executivo, à Sra. Presidente, ao Sr. Vice-Presidente, é claro que o Executivo tem um elenco com várias funções. Quanto às visitas às aldeias temos que, e ainda bem, reconhecer que é muito bom que não se ande a visitar as aldeias como se andasse em campanha. Isso é que seria mau. Campanha é para o período de campanha e as visitas normais de trabalho com certeza que não deixarão de ser feitas em tempo devido.

De qualquer modo, sobre essas questões, como eu digo, que são preocupantes, não sei se a Senhora Presidente de imediato terá capacidade de resposta ou terá conhecimento, mas vou passar-lhe a palavra para responder em consonância.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Senhor Município *Manuel Brízido*, dizer-lhe que em relação aos relatórios das análises da água de Cobro, obviamente que serão dados na sequência do pedido formal que será encaminhado para a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

As análises à água, como todos sabem, são divulgadas num *site* próprio. De qualquer forma, não chegou a mim qualquer pedido formal ou um requerimento para envio dos relatórios de análises. Ou seja, sempre que qualquer município pretende documentos internos da Câmara terá que apresentar um pedido formal que será respondido dentro dos prazos legais.

De facto não chegou a mim, foi feito um pedido verbal e aquilo que julgo que é conveniente é que faça esse pedido formal para que o resultado das águas se possa enviar atempadamente para o município.

Em relação à bolsa de materiais, falou nos paralelos para a Freguesia de Cobro, de facto, dentro do protocolo que foi assinado com todas as Juntas e União de Freguesia é atribuído uma bolsa de materiais no valor de 5.000,00 €, mas relativamente aos paralelos, para além da bolsa de materiais, não conheço se a Junta de Freguesia de Cobro ou qualquer outra Junta ou União de Freguesia fez a aquisição de outros materiais. Isso é uma competência que lhe diz respeito, por isso, em relação à bolsa de materiais sei que foram atribuídos os 5.000,00 € em materiais, pode não ser paralelo.

Relativamente às aquisições da Junta de Freguesia, tendo autonomia administrativa e financeira, não conheço a gestão interna da Junta de Freguesia, mas acredito que tenham comprado outros materiais para fazer os investimentos que têm de fazer em toda a Freguesia.

Quanto às visitas às Freguesias, têm ocorrido com a naturalidade que até aqui, nos últimos três anos, têm sido feitas. Em virtude da pandemia foram suspensas algumas visitas, como é natural e como todos compreenderão, mas vamos manter, nas competências que dizem respeito à Câmara Municipal, todas as visitas que julgarmos necessárias e fundamentais para o decorrer dos trabalhos.

Em relação à venda da casa na Junta de Freguesia de Cobro, isso é uma questão que diz respeito à Junta de Freguesia de Cobro. Portanto, não teço quaisquer comentários, porque não o devo fazer, seria de todo estar a envolver-me numa competência que é do Executivo da Junta de Freguesia.

No que diz respeito aos carros do Município, essa acusação é grave, solicito que o Senhor Município me faça chegar essa informação de quais colaboradores, de quais viaturas. Sabemos que existem serviços da Câmara Municipal que obrigam à disponibilidade do colaborador ao fim-de-semana e até fora do horário normal de serviço e isso faz com que alguns colaboradores tenham de facto a possibilidade de ter o acesso à viatura, porque terão de sair no imediato, quando são chamados para tal.

Agradeço que faça chegar a informação que conhece. Não vale a pena estarmos a falar por falar, é preciso documentar, por isso, agradeço que nos faça chegar toda a informação que conhece, que eventualmente eu poderei não conhecer, para que se tomem as medidas necessárias e fazer um procedimento interno para que não se coloque em causa o bom nome das pessoas e dos colaboradores no seu geral. É importante que façamos essa distinção e não se atribua aos colaboradores da Câmara, no seu todo, o uso irregular das viaturas para uso pessoal.

Agradeço, então, que faça chegar essa comunicação. Internamente saberemos fazer aquilo que nos compete com o apoio do Gabinete Jurídico, sendo que as acusações infundadas naturalmente que não devem ser feitas generalizando para todos os colaboradores, pois estarmos a por todos por igual e acredito que da parte de todos os colaboradores da Câmara Municipal exista uma responsabilidade individual que carece de ser provada por aquilo que se diz aqui publicamente na Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estão dados os esclarecimentos, tal como a abertura para se aprofundar o assunto. Penso que assim o Senhor Município verá as suas preocupações a seu tempo devidamente tratadas.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* e os Senhores Deputados *Agostinho Beça* e *Faustino da Cunha* desejam fazer uma Interpelação à Mesa, pelo que dispõem de três minutos para o efeito.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

De facto esta é uma Assembleia Extraordinária que não tem o Período de Antes da Ordem do Dia, mas de facto em Mirandela tem havido atividade política, tem havido decisões políticas e que a Bancada do PSD gostava de ver porventura esclarecidas, se a Senhora Presidente assim entender dar os devidos esclarecimentos.

Senhora Presidente, quanto à última deliberação que tomou, isto é, tornou público um despacho da Câmara Municipal assinado por si, porque é a entidade n.º 1 da Proteção Civil, em que visava o encerramento dos restaurantes e de lojas de bebidas nos dias 31 de julho e 1 de agosto. Isto é, estes estabelecimentos comerciais estariam fechados ao público a partir das 20 horas.

Perguntava-lhe, Senhora Presidente, que dados é que essa comissão, sei que estiveram várias entidades a discutir o assunto, em que dados é que se basearam para tal despacho que impede estes estabelecimentos comerciais de exercerem a sua atividade dentro das normas sanitárias estabelecidas para o efeito?

A outra questão que gostava de ver respondida, Senhora Presidente, houve eleições para a Federação PS, a Senhora Presidente da Câmara perdeu as eleições, pese embora deixe-me elogiá-la pela sua audácia política em concorrer contra outros que porventura ainda no dia de hoje estarão mais bem posicionados, apesar da derrota pergunto-lhe: Com esta derrota teve perda de influência política? Porque a Senhora Presidente há três anos atrás apresentou-se a este eleitorado como a candidata PS que tinha com ela o aparelho político e tinha com ela...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, peço imensa desculpa interrompê-lo, mas, como bem disse no início, isto é uma Sessão Extraordinária com um ponto e não tem Período de Antes da Ordem do Dia, em que isto encaixaria perfeitamente. Pelo que agradecia que abreviasse essa sua interpelação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta intervenção ia ter mais seguimentos, porque de facto é uma intervenção política e tem muito a ver com o posicionamento da Câmara Municipal e da Senhora Presidente no contexto político local e a influência que ela pode ter em relação ao futuro junto das entidades maiores, nomeadamente o Governo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em setembro teremos oportunidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em setembro já é tarde, mas voltaremos possivelmente.

Portanto, Senhora Presidente, que decisão foi esta, que despacho foi este que privou um conjunto de restaurantes e de lojas de bebidas nos dias 31 de julho e 1 de agosto de exercer a sua atividade a partir das 20 horas?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, se me permite, não tem a ver com a Ordem dos Trabalhos, tem a ver, sim, com o acontecimento que se fez no início desta Sessão.

Peço desculpa, emocionalmente não estou muito bem, não estou muito bem desde há algum tempo, mas não podia deixar passar este momento sem dar um agradecimento público a esta Assembleia Municipal e a cada um de vós individualmente pelo episódio fatídico que aconteceu na minha família muito extemporaneamente, acho eu. A perda de alguém é sempre fora de tempo, mas estes episódios não podendo ser evitados humanamente, seja com que idade for, algumas lições se tiram disto.

Para mim, que me considero uma pessoa muito sensível e muito humana, tirei duas lições. Por vezes, passamos na rua e nem sequer temos o cuidado e a atenção de falarmos com a pessoa que está ao nosso lado e que nestes momentos, infelizmente, nos dão a entender e nos dão provas de que afinal são muito nossas amigas, que dizemos muito, quer eu, quer a minha família, e que afinal somos muito mais importantes que aquilo que nós próprios pensamos para as pessoas.

Também há um outro lado em que pensamos que pessoas que estão ao nosso lado e que até nos consideramos amigas e que até muito mais do que outras pessoas e que nestes momentos têm a “desfaçatez” de nem sequer dirigir uma palavra, de nem sequer dirigir uma mensagem de amizade e de solidariedade.

Mas no final de tudo e pondo de parte a perda da minha esposa, da mãe dos meus filhos, que politicamente ainda foi membro da Assembleia Municipal do Franco e nas últimas eleições também concorreu numa lista. Ela politicamente era o oposto de mim, não tenho qualquer problema em dizê-lo, e concorreu acho que pelo Bloco de Esquerda, não sei se à Assembleia Municipal se à Câmara Municipal integrada na lista. Politicamente é o que conheço dela, de família não tenho que estar a pronunciar-me, era a minha esposa que foi a mulher da minha vida. Iriamos fazer 25 anos de casados agora.

Acima de tudo, queria agradecer a esta Assembleia Municipal e a cada um de vós individualmente. Obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais também não posso deixar de apresentar o meu Voto de Pesar pessoal ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, um abraço.

Quanto ao resto, certamente que a Senhora Presidente fará o que melhor entender, mas não posso deixar de manifestar o seguinte: Somos 61 membros desta Assembleia, imagine-se o que aconteceria se cada um de nós resolvesse interpelar a Mesa sobre temas que não têm rigorosamente nada a ver com a Ordem do Dia.

Mostro o meu desgosto, se a Mesa aceitar este tipo de interpelações. Lembro que podem ser 61, potencialmente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Agostinho Beça*, esse seu desgosto em a Mesa aceitar, eu também não o aceito nem compreendo.

Há uma Interpeção à Mesa que é regimental e não sabemos qual é o conteúdo. A Interpeção à Mesa, tal como foi a sua agora, é legítima. Após a exposição do assunto, a Mesa tomou a iniciativa de interromper o Senhor Deputado e alertá-lo exatamente para isso.

O Senhor pode não aceitar as palavras do Senhor Deputado, quanto à aceitação da Mesa, “por amor de Deus”... Espero bem que retifique isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Sei que não há Período de Antes da Ordem do Dia, mas era no sentido de uma recomendação. Todos nós assistimos a um acontecimento em Cabanelas em que uma mãe se viu numa situação dolorosa de ter de por termo à vida um filho. Parece que, e pela intervenção que o Senhor Presidente de Junta de Cabanelas fez junto da televisão, a CPCJ tem algum esclarecimento a dar sobre o comportamento perante esta altura de pandemia em que uma criança com dificuldades é mandada para casa e deixa de ter contactos com os serviços técnicos.

Julgo que a Assembleia Municipal que está representada na CPCJ devia lavrar um pedido de esclarecimento para saber o que aconteceu em Cabanelas nesta situação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a palavra à Senhora Presidente, caso entenda fazer algum esclarecimento adicional destas Interpeções à Mesa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar da Interpeção à Mesa não ter o conteúdo da Assembleia Extraordinária, julgo que foram feitas algumas considerações sobre a tomada de decisão que ocorreu a semana passada relativamente ao Despacho de Alerta Municipal que foi publicado e que retificou algumas situações de risco relativamente ao dia 31 de julho e dia 1 de agosto. Esta decisão foi uma decisão tomada com responsabilidade, na ausência de populismo político a que assistimos agora da parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, fazendo crer que esta situação traria unicamente, como decisão, a ausência de rendimento nessas duas noites para os estabelecimentos de restauração e bebidas.

Julgo que é minha função esclarecer a Assembleia Municipal e todos os Senhores Deputados alertando para que, reunida a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, a Autoridade de Saúde na presença do Senhor Delegado de Saúde, a PSP, os Fundadores dos Bombos e também a Junta de Freguesia de Mirandela, uma vez que as Festas de Nossa Senhora do Amparo realizam-se aqui na cidade de Mirandela, também com a presença da Proteção Civil, todas estas entidades reuniram e foram unânimes na decisão de que se achavam como medidas preventivas de algum risco na realização de jantares, consideraram que, à semelhança do que aconteceu em muitas localidades no País, seria bom que os estabelecimentos de restauração e bebidas encerrassem a partir das 20 horas, mantendo o serviço de *take away*.

Isto para vos dizer que assumo por completo a responsabilidade desta decisão, apesar de toda ela ter sido baseada na situação epidemiológica do distrito de Bragança e também do País. Isto tendo em conta que muitos dos visitantes de Mirandela neste período são de fora do Distrito, de regiões em que a situação epidemiológica se está a agravar e que poderíamos ter novos casos importados. Ou seja, foi tomada com responsabilidade e sem nenhuma atitude populista de forma a facilitar as medidas de contenção da doença que pode trazer-nos muitos inconvenientes no futuro.

Ainda vos posso dizer que reunimos com alguns restaurantes da cidade, na presença da PSP e do Delegado de Saúde, em que foram esclarecidos todos os argumentos de forma a que as pessoas também percebam. Obviamente todos estamos solidários com a falta de rendimento dos restaurantes e estabelecimentos de bebidas do concelho nestes dois dias. No entanto, consideramos que terão

[Handwritten initials and marks]

todo o mês de agosto para poder reabilitar a sua situação financeira, uma vez que estivemos praticamente dois meses encerrados por força da COVID-19 e queríamos evitar novas linhas de contágio.

Neste momento, o distrito de Bragança tem quatro linhas de contágio ativas e sabemos os riscos que corremos com ajuntamentos de pessoas numa altura em que o consumo de álcool também pode disparar. Por isso e para salvaguarda da saúde de todos, é bom que se diga que um caso num restaurante pode trazer consequências graves no futuro quando as pessoas começam também a ganhar confiança para ir almoçar e jantar fora. Julgo que seria muito difícil termos novos casos na restauração em Mirandela.

Assim, esta decisão não foi uma decisão para colocar em causa a restauração, antes pelo contrário, foi uma decisão para proteger a restauração de forma a que possamos durante o mês de agosto recuperar eventualmente parte do rendimento que perderam por terem estado fechados tanto tempo. Por isso, com toda a cautela, mas com toda a responsabilidade, sem interferências políticas nem populismos, volto a referir, foi tomada a decisão que julgamos ser a melhor.

Quero recordar a todos que fomos o primeiro Município afetado por esta doença, que conseguimos - com o esforço de todos os mirandenses e de todo o concelho - que o concelho de Mirandela não ficasse entre os mais afetados, porque tomamos medidas muito duras no início da pandemia, ou seja, o confinamento imediato, apesar das críticas em relação aos jardins, em relação a outras situações que aqui ouvimos na Assembleia Municipal por parte da Bancada do PSD.

Dizer-vos que tomamos sempre as medidas que julgamos as mais adequadas face ao conhecimento que temos da doença e face também às orientações da Direção Geral de Saúde e, mais concretamente, do Delegado de Saúde.

A responsabilidade deste despacho é inteiramente minha, assumo o ónus de ter declarado o Estado de Alerta Municipal que previa o encerramento, mas acho que todos compreenderão que quando se tem responsabilidades políticas devemos fazer aquilo que achamos melhor para todos e não só para alguns. Achamos que o momento é de recolhimento, o momento é de estarmos em família, porque sabemos que temos a maior taxa de mortalidade do País, porque de facto esta doença afeta os mais idosos e pode ser mortal, sendo que quando está em risco a vida das pessoas não devemos pensar só em nós, no nosso bem-estar, na nossa forma de pensar, devemos ser responsáveis por todos. É por isso que estamos aqui, é por isso que nos elegeram, é para tomar decisões difíceis e que podem ser contestadas por todos, naturalmente.

Entendo muito bem tudo aquilo que diz respeito ao comércio, mas sei que no futuro evitando problemas e ajuntamentos de grupos de pessoas e jovens que poderiam trazer muitas dificuldades. Veremos como corre. Obviamente que pedimos a todos para evitarem saídas nestes dias. Ao contrário dos outros dias, não queremos muitos visitantes de fora, por isso, evitamos que haja estabelecimentos abertos a partir das 20 horas que são as horas consideradas de maior risco.

Julgo que com estas medidas tudo vai correr bem, não vai haver incidentes e tudo o que menos queremos é que haja força policial para evitar ajuntamentos.

Reparem, houve algumas cidades em que foi feito este recolher obrigatório e as coisas correram bem. Quando não são tomadas medidas preventivas as festas são de facto situações de risco extremo pela facilidade com que as pessoas deixam de respeitar as regras da COVID-19.

Agradeço a compreensão de todos, sei que é uma decisão difícil, mas sei que terá o apoio de vocês que também são responsáveis em cada uma das vossas Freguesias e dos Senhores Deputados Municipais que também deveriam ser solidários com esta decisão, uma vez que estamos perante uma decisão difícil, mas julgamos que será a mais acertada.

Relativamente às eleições da Federação do Partido Socialista, julgo que são completamente fora do âmbito desta Assembleia Municipal, lamento que a traga para aqui. É com muito orgulho que participei nestas eleições, como participarei sempre. Lamento que tenha trazido para aqui este assunto.

Apelo novamente a todos para que nos ajudem nestas duas noites, em particular aos Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia para que nos ajudem nestas noites difíceis a evitar a mobilidade das pessoas, uma vez que vai haver reforço, quer da GNR, quer da PSP, nestes dois dias por considerarem ambas as Autoridades de Segurança que existe um risco acrescido.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto* e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* desejam fazer uma Interpelação à Mesa, pelo que dispõem de três minutos para o efeito.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta Interpelação à Mesa tem a ver com o assunto que a Senhora Presidente mencionou.

Obviamente que pactuo pelas preocupações da Senhora Presidente, mas queria fazer um pedido de esclarecimento.

Senhora Presidente, visto que a Festa de Mirandela ficou adiada, não há Noite dos Bombos, não há festa, a preocupação da Senhora Presidente e das entidades que fazem a monitorização daquilo que pode ser, digamos, as linhas de contágio da COVID-19, como a Senhora Presidente bem referiu, só queria colocar uma questão. Se a diferença entre os restaurantes estarem abertos mais duas horas naquilo que era estipulado pela Lei, ou seja, até às 23 horas, sabendo nós que a lei do distanciamento continua em vigor, portanto, não poderá haver mais do que 10 pessoas juntas na rua e havendo a preocupação na questão das entidades policiais nesse controlo, perguntava-lhe: A Proteção Civil de Mirandela está a fazer a monitorização dos emigrantes que vêm para Portugal e que vão para as aldeias?

Já que há essa preocupação, já que há uma linha de contágio e poderá haver linhas de contágio pelo facto dos restaurantes estarem mais duas horas abertos, gostava de saber quais são as medidas a Câmara Municipal vai tomar por causa da presença de emigrantes e da vinda de emigrantes. Não estou a falar de migrantes de Lisboa e do Porto para Mirandela, mas de emigrantes que vêm de Países. Gostava de saber quais são as medidas de proteção que a Câmara Municipal tem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Criamos aqui uma discussão e agora podem existir 61 Interpeleções à Mesa. Porquê? É bom que se esclareça esta questão e a Mesa deve fazê-lo para salvaguarda da sua posição.

Há uma Interpeleção à Mesa que fere um pouco aquilo que é o conceito geral, a partir do momento em que a Senhora Presidente responde e entendeu responder, legitimamente pode fazê-lo, está aberta a discussão. Portanto, nós, Mesa, temos que aceitar todas as interpeleções possíveis. Quanto à Senhora Presidente, a opção de responder a estas interpeleções é dela..., a Senhora Presidente é que entende se quer responder ou não. Não deixará de ser útil e esclarecedor para esta Assembleia todas essas explicações, mas fogem, no entanto, àquilo que foi o espírito inicial desta Sessão. De qualquer modo, deixo o critério à Senhora Presidente e a vocês.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente, no seguimento da sua explicação, pergunto:

- Mas porque não encerrar às 19 horas ou às 22 horas?
- Quem decidiu? Será que decidiu bem?
- Porque não convocou o Conselho de Segurança Municipal?
- Quem vai impedir que alguém vá buscar aos restaurantes (*take away*) grupos de 10 pessoas, por exemplo, e que vão para a Zona Verde ou outros sítios da cidade com os bombos? Quem os vai controlar? Quem vai impedir as pessoas de estar nesse local? Logo que estejam 10 pessoas...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estão proibidos ajuntamentos de grupos superiores a 20 pessoas, a não ser que sejam familiares, aliás, é isso que está na Resolução de Conselho de Ministros.

Também esclarecer o seguinte. Aguardamos pela semana anterior à festa para tomarmos decisões, essencialmente baseadas na situação epidemiológica do distrito e também do concelho. Atualmente temos dois casos positivos em Mirandela, mas temos 97 no distrito dos 300 na região norte. Foram esses os dados que nos deu o Delegado de Saúde. Temos situações preocupantes, por exemplo, os Bombeiros de Izeda tiveram que encerrar as instalações por causa desta pandemia, como sabem, temos alguns Militares da GNR também infetados, temos concelhos onde está tudo encerrado, porque existe o medo de as pessoas irem até lá e queremos evitar que Mirandela venha a ter um problema desses que poderia colocar em causa a rentabilidade de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas durante todo o mês de agosto e setembro até ao final do ano.

Obviamente que os casos podem acontecer, temos é que evitar e é isso que nos obriga a responsabilidade da decisão política, temos que evitar o mais possível que venham a ocorrer. Essas medidas preventivas foram tomadas em conjunto, mas a responsabilidade é minha.

Relativamente às questões da monitorização dos emigrantes, já desde o início da pandemia que temos uma base de dados em que os Presidentes de Junta de Freguesia quando conhecem algumas situações nos reportam. Todos sabem que o controlo é um controlo sanitário, nós reportamos de imediato essas chegadas ao Delegado de Saúde e também às Autoridades de Segurança, em Mirandela a PSP e nas Freguesias rurais a GNR.

Tem havido da parte dos Senhores Presidentes de Junta uma colaboração muito importante até por contacto direto com a GNR. Portanto, não posso dizer que existe aqui um controlo absoluto das entradas, porque isso é praticamente impossível. Obviamente que têm trazido alguns focos de contágio ao distrito e sabemos que os novos casos estão relacionados com festas ou com aglomerados de pessoas onde não existe o distanciamento social e o uso de máscara.

Em relação à hora de encerramento, está relacionada com o facto de poderem, mesmo assim, depois das 20 horas, servir em regime de *take away*. Aquilo que foi determinado foi que apesar de poderem servir em regime de *take away* ser o controlo depois disso e na via pública ser feito pelas Autoridades de Segurança, GNR e PSP. Ou seja, quanto à questão “quem vai impedir as pessoas de estarem nesse local” colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer que estaremos a evitar o uso da força, mas quem vai ter que impedir são realmente as Autoridades de Segurança, não somos nós, Proteção Civil, nem os Presidentes de Junta que são os responsáveis da Proteção Civil nas vossas Freguesias, que vai ter essa função de acautelar que todas as regras são cumpridas.

Volto novamente a pedir a todos para que haja este passar a palavra de que não havendo festa, não vai ser permitido o ajuntamento de mais de 20 pessoas na via pública, nem o consumo de álcool na via pública, o que era natural e normal numa noite de festa, como todos sabem. Quer a Noite dos Bombos, quer a Noite do Fogo era uma festa onde estávamos todos juntos. Infelizmente não é possível, portanto, vamos tomar todas as medidas preventivas e para isso conto com a solidariedade de todos neste momento difícil.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Penso que também é oportuno dizer que foi criada uma Comissão, e bem, nesta Assembleia, uma Comissão de Acompanhamento da COVID-19. Tudo isto são medidas que têm a ver com a COVID-19 e essa Comissão pode ter muitas funções. Há uma função que não tem que é fazer ou alterar aquilo que o Executivo entender. É apenas um órgão consultivo, um órgão crítico e não pode alterar aquilo que são os procedimentos que o Executivo entenda fazer. No entanto, podemos dar alertas.

Vamos ter a primeira reunião dessa Comissão, aliás, como já foi definido em Comissão Permanente, no início de setembro. No entanto, isto não invalida que a própria Comissão ou qualquer Deputado faça chegar via Mesa algumas críticas, algumas sugestões que faremos, por sua vez, chegar à Senhora Presidente. Tal como a Senhora Presidente se entender auscultar esta Comissão quando entender, pode fazê-lo em prol de procedermos à entajuda entre as partes. Aí, sim, vamos discutir em pormenor estas questões. Peço, portanto, para guardarem esses assuntos para esses momentos e para esta Comissão.

Ordem do Dia

2 - Período da Ordem do Dia.

2.1 - Prestação de Contas Consolidada – 2019 – Metropolitan Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2019 – Metropolitan Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, acredite numa coisa, sou tudo menos populista e ainda nem sequer consegui aprender consigo isso.

Sobre o assunto que nos remete, apenas outra introdução. *Paulo Pontes*, aquilo a que assistimos aqui por parte dos teus amigos, dizer-te que tive o cuidado no dia do funeral de escrever na Rede Social do Partido: “Paulo Pontes... “de coração sensível... tens tantos amigos”... Saúde e fê em ti...!”. Julgo que expressa muito bem aquilo que aconteceu aqui no início desta Assembleia Municipal, porque de facto tens mesmo muitos amigos.

Senhora Presidente da Câmara, sobre este assunto do Metropolitan Ligeiro de Mirandela, Matadouro do Cachão e da AIN, remeto todas as informações já abordadas nestas Assembleias Municipais para as Atas que foram lavradas, porque a informação que lá está é bastante e bastante esclarecedora. Portanto, a minha intervenção vai ser muito curta, não vai ser técnica, mas sim apenas com algumas coisas que gostaríamos agora de ver esclarecidas.

Sobre o Metropolitan Ligeiro de Mirandela, está extinto ou não está extinto?

As oficinas de Carvalhais que iam ficar desativadas, tendo em conta que a ciclovia que se ia iniciar na Estação de Caminhos de Ferro de Mirandela passaria por Carvalhais, quer dizer que iriam ser levantados os carris, quer dizer que as oficinas de Carvalhais iam ficar desativas. O PSD na altura interrogou como é que as carruagens do metro ou o novo comboio, porventura seria feita a manutenção, pressupondo que iria ser feita outro hangar/oficina, mas pelos vistos já não vai ser feito tendo em conta os custos, mas pelos vistos vai continuar em Carvalhais. São estes avanços e estes retrocessos que pelos vistos não estão suficientemente salvaguardados e que nós, Deputados Municipais, já lemos em documentos que a linha ia ser desativada, que o Metropolitan de Superfície de Mirandela estaria extinto e que pelos vistos ainda não está extinto.

Sobre o Matadouro Industrial do Cachão, o que é que nos tem por dizer ao abrigo do novo caminho? Porque se alguém usou de populismo em relação à nova gestão que iria implementar na Câmara Municipal foi a Senhora Presidente e aquilo a que assistimos hoje é uma perda de atividade do Matadouro do Cachão. A atividade operacional tem decrescido. Perguntava-lhe: Porquê, Senhora Presidente? Quais as estratégias que tem que pensa implementar?

Em relação à Agro-Industrial do Cachão, o estudo da Quaternaire que custou 57,5 mil euros + IVA está pronto? E agora, tanto quanto sei, o Cachão vai ser concessionado a uma entidade privada? É uma pergunta que estou a fazer sem populismo, Senhora Presidente.

Já agora, que tantas vezes aqui ouvimos falar, que diplomacia económica já tomou para a instalação de novas empresas no Complexo Agro-Industrial do Cachão?

Julgo que são questões que estavam no seu programa eleitoral e que agora gostaríamos de ver respondidas e sem populismos.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Câmara Municipal de Mirandela tem três dependentes em Serviços Paliativos, que aguardam, já há muito tempo, pela morte assistida.

Uma, a AIN, que resultou de uma relação com o Município de Vila Flor, e foi nos anos 60 do século passado um exemplo de apoio municipal à agricultura, ainda sem o contributo estratégico do Conselho Municipal de Agricultura, que parece que agora vem virar a Câmara para a agricultura.

Desta relação resultou um outro projeto, “um matadouro”, que não sei se matou muito, mas hoje vai matando, mais morto que vivo!

Há ainda um terceiro projeto, este filho de mãe solteira, com uma paternidade não muito claramente assumida.

Tratou-se de um projeto faraónico com estações vistosas, exemplo *Jean Monnet*, tentando ser um metropolitano de superfície!

Hoje, espera-se a sua completa substituição por contrapartidas com a Barragem do Tua.

Em boa verdade, nada sabemos sobre a implantação deste projeto!

Porém, o Metropolitan Ligeiro de Mirandela dispõe de um serviço de transportes rodoviários de passageiros que a vereação já afirmou não ser digno de uma cidade como Mirandela.

Sem levantar aqui questões da responsabilidade pela execução do serviço que está a ser prestado, questiona-se como e para quando um serviço que garanta a mobilidade das populações na ligação com as aldeias, vencendo distâncias superiores a 20 kms?

[Handwritten initials and marks]

Todos os Senhores Presidentes de Junta sabem e têm consciência da gravidade da situação, em que as suas populações, principalmente os mais carenciados, sentem uma imobilidade total. Quantos Presidentes de Junta e outras pessoas têm vindo de propósito no seu carro trazer pessoas para ir a consultas, entre outras, porque não há transportes entre as aldeias e o Município. É o problema mais grave que Mirandela atravessa nos últimos tempos.

Isto é: Para quando um Plano de Mobilidade Concelhio?

A verdade é que estes três projetos lá vão tentando justificar o que comem. E, como comem pouco, vamos deixando o tempo passar!

Há porém um quarto projeto que um grupo de Autarquias (12 ou 13) resolveram, e bem no meu ponto de vista, juntar esforços para a recolha e tratamento conjunto de resíduos.

Juntaram €50.000,00 - por falar nisso, deixo apenas a sugestão que eu próprio gosto de colocar o símbolo dos euros antes das importâncias escritas em algarismos e parece-me que é isto que está definido, mas no relatório não é assim que está - juntaram então €50.000,00 e fizeram uma empresa. Parece bem gerida, vai produzindo resultados: 368 mil euros em 2019, 386 mil euros em 2018, que têm sido integrados em reservas, mas todos os dados revelam ter-se atingido o máximo de crescimento dos negócios. Não há mais lixos e como tal não pode crescer mais.

Acontece que o âmbito da atuação da empresa, Resíduos do Nordeste, é tão extenso que poderá ir de resíduos à distribuição de água, ao imobiliário, aos transportes públicos, ao Turismo, etc...

Muito embora veja áreas de difícil compatibilização com o "Care Business" original, uma empresa com um capital social de 50 mil euros e 110 mil euros de empréstimos - também não sei como é que tendo tantas reservas ainda mantém estes empréstimos de 110 mil euros, mas é o dobro do capital - apresenta alguma dificuldade de compreensão.

Sei que hoje dispõe de um capital próprio de 14 milhões de euros e surpreendem 4,5 milhões de euros em caixa e seu equivalente! Parece muito dinheiro disponível.

Não é, para mim, fácil de entender esta orientação estratégica pelo que deixo estas preocupações na expectativa de esclarecimento por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Deixo ainda uma nota: Em 2018, a participação da Câmara Municipal de Mirandela no capital social do Hospital Terra Quente era de 10%. Muito embora esta Câmara tenha autorizado a alienação dessa participação, como se chega agora aos 7,5%? Não tivemos conhecimento de que tivesse existido alguma venda ou alguma operação de capital que justificasse uma redução da nossa participação.

Ainda, porque não há conformidade com os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, entre o quadro 4.2 e o constante na página 28 do relatório. É um esclarecimento que gostaria de ter, pois pode ser má interpretação minha de certeza.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

"Como sabemos, o Cachão foi ideia de uma mente brilhante, que já na altura era um homem com uma visão enormíssima e que sabia que iria ser importantíssima não só para o setor primário da região, mas também para todo o País.

Mas como em todas as empresas, quando são mais os gestores do que os trabalhadores, não podia dar certo, ainda mais quando os gestores nada sabem do ramo que estão a gerir.

E foi assim que o Cachão ano após ano se foi degradando, por pura incompetência de quem o tem gerido.

Encerraram-se todos os setores, estando ainda o matadouro a trabalhar, que eu considero de extrema importância para o nosso Distrito.

Mas também aqui é importante que se olhe para o matadouro com olhos de ver, pois na minha opinião se nada for feito esta unidade terá os dias contados.

Qualquer empresa para ter futuro, terá que ter os seus colaboradores contentes e motivados, para depois se refletir no trabalho que desempenham e isso, segundo me parece, não está a acontecer no matadouro do Cachão.

Eu enquanto Presidente de uma cooperativa que trabalha com a única carne de cabrito DOP do País, preocupa-me algumas coisas que ali se passam.

Se temos um excelente produto, temos que fazer chegar esse produto em excelente qualidade ao consumidor e não é isso que está a acontecer.

Os cabritos aparecem mal lavados, com imensos pelos, sem lhes tirarem a gola, enfim, como podemos, por um lado, dizer que temos a melhor carne de cabrito do País e depois apresentarmos ao consumidor estes cabritos com este aspeto? Isto não é possível.

Rastreabilidade dos pequenos ruminantes não existe, preço do serviço de abate e desmancha é mais elevado do que nos outros locais.

Desde o início do mês de julho, não fazem desmancha, porque, segundo informações, o frio da sala está avariado.

Mediante estes casos apontados e que podia ainda referir mais, eu pergunto: como é que o matadouro poderá ter futuro?

Já referi que o matadouro é indispensável no distrito de Bragança devido à excelente localização e por isso, Senhora Presidente, permita-me que lhe dê algumas sugestões.

O Matadouro tem de prestar um serviço de qualidade para angariar clientes em vez de os expulsar.

Incentivar o abate no matadouro com apoios aos criadores e cooperativas.

Deve, o mais rápido possível, ser remodelado e adaptado às novas tecnologias, criando uma sala de desmancha, de embalagem e desossa.

Criar uma unidade de transformação de carne, como, por exemplo, para hambúrguer, almondegas, pré-temperados ou pré-cozinhados.

A meu ver, a gestão do matadouro poderia e deveria ser compartilhada com as cooperativas interessadas.

Senhora Presidente, são algumas das sugestões que lhe apresento, sabendo eu que se nada for feito o futuro do matadouro estará comprometido.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta minha resposta vou dividi-la em duas partes, ou seja, uma pequena apresentação da Consolidação de Contas, de forma muito resumida e depois a resposta às perguntas que foram colocadas.

Começo por dizer que não restam dúvidas de que o Orçamento é o documento mais importante do governo de um Município, pois nele é que se vertem os projetos e as ideias e se definem as ações, a estratégia e o planeamento futuro a curto, mas também a médio e longo prazo. Este facto contribui também para reforçar a importância da Prestação de Contas vertida num Relatório de Gestão e suportada em demonstrações financeiras que são o espelho da execução do Orçamento e da posição que o Município se coloca, não só economicamente e financeiramente, mas também face às necessidades dos nossos munícipes. No entanto, muitas vezes não bastam as decisões que nos dizem estritamente respeito e pelas quais somos diretamente responsáveis, pois não raras vezes nos deparamos com fatores exógenos aos quais somos alheios e condicionam tudo à sua volta.

O Município de Mirandela está inserido numa região da qual depende e para a qual contribui da mesma forma que está ligado umbilicalmente a algumas entidades que operam neste território e entre as quais, no espírito do Regime Financeiro das Autarquias Locais, consolidar as suas contas anuais com o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, Agro-Industrial do Nordeste e a Resíduos do Nordeste.

De referir que se tratam de entidades com grande importância económico-social na nossa região, ainda que com um passado, um presente e um futuro bem distintos entre si.

É verdade que não consolidamos Orçamentos. No entanto, estas entidades não só têm um papel fundamental no tecido económico local, como influenciam o desempenho e a posição financeira do Município e ainda a sua própria execução orçamental, até porque são no fundo uma extensão da própria Câmara Municipal, no sentido de que desempenham funções que cabem dentro das atribuições do Município e pelas quais deve ser o principal garante perante a população.

O art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, obriga as empresas locais a apresentarem resultados anuais equilibrados, sendo que *«no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa»*.

No que diz respeito ao Perímetro de Consolidação, o Município de Mirandela consolida com o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, no qual detém uma participação de 90%, a Agro-Industrial do Nordeste, na qual detém 49,10%, configurando uma situação de controlo conjunto com o Município de Vila Flor que também detém uma participação de 49,10% e ainda com a Resíduos do Nordeste, na qual detém uma participação de 16,92% desde a sua última revisão estatutária e que sendo uma empresa local deve ser integrada no Perímetro de Consolidação, independentemente da participação como dispõe o n.º 6 do artigo 75.º do Regulamento das Finanças de Autarquias Locais, conjugado com os artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012.

O Metropolitano Ligeiro de Mirandela nasceu de uma parceria entre o Município de Mirandela e a CP - Comboios de Portugal e passou já por várias etapas distintas ao longo do tempo, com mudanças importantes na sua atividade, tendo sido mais recentemente a importante tarefa de garantir o transporte de passageiros anteriormente servidos pela Linha do Tua.

Não obstante o esforço das sucessivas administrações do Metro, o facto é que este tem acumulado resultados negativos ao longo dos anos e que se traduzem num capital próprio negativo de mais de 1,5 milhões de euros, o que por si só implica legalmente a necessidade de dissolução da empresa. Esta situação está relacionada com as duas automotoras que já há décadas a CP vendeu ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela e que nunca foram pagas. Por isso, esta explicação relaciona-se também com a questão da mobilidade quotidiana que vai ser garantida pelo Operador Privado e há um problema por causa desta dívida que o Metro mantém pelas quatro carruagens, duas delas já acidentadas, sem valor patrimonial e que já foram vendidas nos anteriores Executivos nos Conselhos de Administração, como todos sabem já não existem. Assim, existe este saldo negativo relativamente a estas automotoras.

Temos uma atividade com pesados investimentos, mas que a par do compromisso social do não aumento do preço de transporte ao consumidor final, levam a que só por si estreita o prejuízo económico, sendo que o prejuízo em 2019 foi de apenas 111,78 €. Este prejuízo diz respeito à quebra na receita corrente, venda de bilhetes e mais a questão do aumento dos vencimentos dos colaboradores pelo aumento do salário mínimo nacional e também pelo contrato coletivo que já existia do anterior Executivo.

Falta ainda que a CP transfira as verbas que estão em Resolução de Conselho de Ministros para o Metropolitano Ligeiro de Mirandela ainda do ano 2019 que até ao momento não se concretizou, apesar de já termos elaborado o acordo. Nesse sentido o Município de Mirandela tem sempre apoiado a empresa, quer através da relação comercial de serviço de transporte, estamos a falar do transporte urbano, quer através da disponibilização de verbas para suportar despesas urgentes, designadamente salários, para além da legalmente prevista cobertura de prejuízos.

Com a concretização do Plano de Mobilidade do Tua, que mais à frente vou explicar, responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, à qual o Município de Mirandela preside neste momento, abre-se a possibilidade de dissolução do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, ficando o transporte a ser garantido pela Agência e concessionado a um Operador Privado que vai adquirir, ainda não sabemos em que moldes, grande parte do imobilizado e, caso seja essa a opção, alguns colaboradores, uma vez que pelo menos três colaboradores são Operadores de Ferrovia, cuja Câmara Municipal, por não ter esta competência, não tem nos seus quadros.

Isto para dizer que, por exemplo, em relação à Agro-Industrial do Nordeste, que gere o Complexo do Cachão e detém 100% do Matadouro Industrial do Cachão, apresentou um resultado líquido negativo de 195.110,78 €, uma vez que no exercício de 2019 não

[Handwritten initials and signature]

houve transferência de subsídios por parte do Município de Mirandela nem da sua congénere Vila Flor, sendo que o dinheiro transferido foi para acerto de contas dos anos anteriores, inclusive cobertura de prejuízos do Matadouro Industrial do Cachão.

Nos anos 2014 e 2015, o Matadouro Industrial do Cachão apresentou prejuízos de 217.751,38 € e 92.334,30 €, respetivamente, o que se refletiria em 152.252,07 € a transferir pela Câmara Municipal de Mirandela para cobertura dos prejuízos, fruto de uma participação de 49,10% na AIN, que por sua vez detém 100% do Matadouro Industrial do Cachão.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal de Mirandela tem transferido dinheiro para a AIN sob a forma de subsídios ao abrigo de Contratos-Programa, que visam efetivamente ajudar a custear uma atividade estruturalmente pouco rentável, cuja importância para o tecido económico da região e impacto na sociedade local é muito relevante. No entanto, os Contratos-Programa não foram elaborados para 2019 e não existiu um parecer do Fiscal Único, pelo que estas transferências não estariam adequadamente documentadas ao abrigo da Lei.

Para o ano de 2019, foi acordado entre a AIN e os sócios maioritários (Câmara Municipal de Mirandela e Câmara Municipal de Vila Flor, ambos com uma participação de 49,10% na empresa), injetar dinheiro na atividade, sob a forma de cobertura de prejuízos de anos anteriores, ao invés de subsídio por Contrato-Programa. Esta cobertura de prejuízos reportava às contas do MIC dos anos de 2014 e 2015. Esse facto, aliado à decisão de contabilizar o montante de 155.042,82 € transferido pela Câmara Municipal de Mirandela como cobertura de prejuízos, resultou num Resultado Líquido negativo da AIN de 195.110,78 €, que resultará, após aprovação das contas, na obrigatoriedade de a Câmara Municipal de Mirandela transferir para a AIN 95.799,39 €, a título de cobertura de prejuízos relativos ao ano 2019.

Sendo a atividade da AIN estruturalmente deficitária, o art.º 50 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, refere que as «as entidades públicas participantes devem celebrar Contratos-Programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas» e conceder o adequado subsídio ao abrigo do mencionado Contrato-Programa, proposto pela AIN, com parecer favorável do seu ROC e sujeito a fiscalização da DGAL e do Tribunal de Contas, segundo o art.º 47.º n.º 7 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A atividade da AIN tem-se tornado menos rentável do que era anteriormente, muito por culpa de alterações de mercado que levaram a perda de receita e aumento de despesa relacionada com os subprodutos do matadouro, mas também por uma queda no número de abates em anos anteriores, porque foi encerrada a sua atividade por obrigação da ASAE, estivemos praticamente dois meses encerrados e atualmente também pela pandemia COVID-19. Assim, tudo indica que, sem subsidiação da atividade, haverá prejuízos sucessivos e que implicarão a respetiva necessária cobertura de prejuízos, sendo que, analisando apenas os fluxos monetários, o dinheiro estará na mesma na AIN, quer seja voluntariamente pelo cumprimento de um Contrato-Programa, quer seja pela cobertura de eventuais prejuízos da atividade.

Dizer que urge a necessidade de estudar e definir um Contrato-Programa, que, ao abrigo da Lei, permita compensar a menor rentabilidade da atividade, porque uma das perdas da rentabilidade está relacionada com o preço dos couros que são vendidos e esse preço de mercado tem vindo a decrescer esta atividade. Atendendo ao facto de que esse documento deva ser o mais aderente à realidade possível, dever-se-á proceder à efetivação do processo de fusão, isto porque a AIN pediu um documento para que pudéssemos começar a executar o processo de fusão, entre a AIN e o MIC, resolvendo de vez o problema do MIC, acomodando os seus ativos e passivos na AIN, clarificando toda a atividade das empresas e teia de relações entre elas possibilitando uma futura análise mais clara e esclarecida da estratégia a seguir para o futuro da empresa e do Complexo Agro-Industrial do Cachão. O referido processo de fusão/estudo do processo de fusão encontra-se já em fase final, devendo ser ultimado o mais breve possível.

Em termos do Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agro-Industrial do Cachão, dizer-vos que foi feita uma pequena apresentação do mesmo e, com toda a certeza, vamos fazer uma sessão pública para dar nota. Este Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agro-Industrial do Cachão, como todos sabem, foi apoiado pela CIM-TTM.

Consideramos que seja um projeto regional e não só intermunicipal e por isso a proposta que se apresenta no plano baseia-se em três grandes eixos de atuação ou áreas de negócio:

- 1 - O Matadouro Industrial do Cachão - Deverá começar por uma modernização profunda e considera-se que deve ser tratado de forma autónoma, sob pena de poder inquinar todo o processo restante;
- 2 - Dinamização Económica do Complexo Agro-Industrial do Cachão - Prevê-se um vasto número de ações já muito bem descritas no Plano;
- 3 - Gestão do Condomínio Agro-Industrial do Nordeste.

Os tópicos e temas abordados foram:

- Tecnologia ligada ao tecido empresarial, como melhor oferta para apresentar e distinguir o Complexo Agro-Industrial do Cachão de outro tipo de Áreas de Acolhimento Empresarial;
- Investigação & Desenvolvimento e aspetos culturais ligados à história do Complexo Agro-Industrial do Cachão, da Linha Férrea e outros, são áreas a considerar no desenvolvimento do Plano;
- Sedear promotores de ações coletivas;
- Manter a marca “Nordeste” coexistindo com outras, que infelizmente foi vendida pelo anterior Conselho de Administração. De facto existe esta marca que neste momento julgo que estará numa empresa;
- Revelou-se (nas entrevistas/consultas) a necessidade premente de se disponibilizar uma boa rede de frio e uma estrutura expositiva;
- Gestão e disponibilidade de mão-de-obra com alguma especialização obtida através de formação profissional, deverá também ser um assunto a incluir nesta estratégia e que vai de encontro às questões que colocou o nosso Presidente de Junta;
- O Matadouro Industrial do Cachão não deverá aparecer como concorrente aos parceiros do ramo, mas sim como um complemento;

[Handwritten initials and marks]

- Na estratégia de comunicação deverá ser “desmontada” a ideia de desânimo e de algum desencanto que se tem instalando ao longo do tempo, ou seja, teremos que fazer uma rutura com o passado, afirmando esta estratégia como um Projeto de cariz Regional.

Relativamente às questões da Resíduos do Nordeste, é a primeira vez que esta empresa comparticipada vem à Consolidação de Contas. No entanto, é uma empresa que faz a gestão da valorização dos resíduos, como todos sabemos. Os estatutos da empresa foram alterados e hoje o Município de Mirandela tem uma participação, que por sinal tem apresentado uma excelente performance, não só a nível ambiental, como também económico-financeira, apresentando resultados positivos. A Resíduos no valor de 368.439,78 € no ano de 2019 e o total de capitais próprios mais do dobro do seu passivo. A Resíduos tem-se destacado pela sua aposta contínua na valorização de resíduos, aliado a um investimento na inovação tecnológica.

Agora passando a uma segunda fase desta resposta e para iniciar a resposta às questões colocadas, dizer que analisando concretamente as demonstrações financeiras consolidadas, observamos um total de balanço de 85.232.114 € com 32.920.622 € de fundos próprios e 52.311.491 € em passivos. Para o valor total de balanço consolidado a Câmara Municipal de Mirandela contribui em cerca de 95% do valor refletindo a posição dominante que ocupa.

No ativo destacamos a componente do imobilizado da Câmara Municipal de Mirandela que tem crescido. No passivo destaca-se que a dívida total a fornecedores tem baixado, tal como a dívida de médio e longo prazo às Instituições Bancárias num esforço assinalável e necessário de pagar as dívidas, abrindo caminho ao investimento no presente e no futuro. Por seu turno, as provisões também têm aumentado, tratando-se de uma questão de cumprimento do princípio contabilístico da prudência.

Ressalva-se ainda que os valores menos abonatórios de capitais próprios do Metropolitano Ligeiro de Mirandela e do Matadouro Industrial de Cachão não constituem sinal de alarme na Consolidação de Contas, uma vez que são completamente acomodados pelos valores das restantes entidades em consolidação, nomeadamente o Município.

Em termos de resultados líquidos de um período de aumento de proveitos e custos, resultou um resultado líquido positivo de 1.702.764 €, que apesar de ter baixado face a 2018, não deixa de ser fruto de um bom desempenho económico. De referir que 2018 tinha sido um ano de aumento de resultados face a 2017.

No que diz respeito aos fluxos de caixa, salienta-se um crescimento de saldo para a gerência seguinte, face ao saldo da gerência anterior, passando de 2.491.421 € para 2.551.087 €.

A análise das contas consolidadas do Município do ano 2019 deixa-nos a certeza de uma base suficientemente robusta para enfrentar os desafios que desde já se colocam e que vão certamente marcar os tempos mais próximos.

Relativamente às questões levantadas e passando já para a resposta muito rápida das questões, em relação ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, não foi extinto. Em relação às oficinas de Carvalhais, novo comboio, novo hangar ou o POM - Posto das Oficinas de Manutenção, dizer que neste momento aquilo que está em análise são duas situações. Uma delas, porque o POM, que tem de ser construído, tem um custo de 1,7 milhões de euros e as obras de qualificação da linha Mirandela a Carvalhais, mantendo as oficinas como POM e assegurando que as carruagens podem fazer a mobilidade até Carvalhais, evitando que fique um posto de oficinas no centro da cidade. Portanto, aquilo que pretendemos fazer enquanto agência é que este POME seja a requalificação das oficinas de Carvalhais, apesar de o Operador ter já negociado o facto do hangar e do recolhimento do comboio poder ficar ainda em Mirandela.

Isto é o que está a ser analisado. Havia uma diminuição de custos na ordem de 800 mil euros, sendo que a EDP terá aqui também que fazer um aporte financeiro nestas opções. Tudo dependerá dos pareceres que vamos ter da IP, da CP e do IMT, no sentido de que possamos fazer a requalificação da linha Mirandela - Carvalhais.

Quanto àquilo que questionou acerca da perda de atividade do Matadouro Industrial do Cachão, houve nestes anos anteriores o encerramento por força da ASAE, mas nota-se que o menor número de abates também estará relacionado com a menor capacidade de que, por força das circunstâncias, tem havido não só da parte dos produtores pecuários. Sabemos que o efetivo tem diminuído, infelizmente, apesar de a nível de pequenos ruminantes termos aqui associações muito fortes, mas o efetivo, apesar do número de produtores ter diminuído e haja um aumento do número de cabeças por produtor, o certo é que temos nesta área perdas significativas de atividade e o abandono da agricultura e da pecuária na nossa região, julgo que é um impacto direto no número de abates.

Relativamente ao estudo da Quaternaire, que é o estudo que falei há pouco, julgo que dentro em breve vamos ter novidades e certamente que logo que o Plano Estratégico, poderemos enviar para a Mesa da Assembleia que fará chegar a todos este estudo.

Em relação à Diplomacia Económica, de facto é muito difícil acolher empresas no Complexo, apesar de já não existir lixos que existiam no passado e terem sido retirados. Vamos agora ter uma segunda fase do fundo ambiental que andará um investimento em cerca de 200 mil euros, no sentido de retirarmos os escombros resultantes dos incêndios e também lixos que existem pelo Complexo, renovarmos a vedação. Portanto, temos que apostar forte na imagem, na capacidade de fazer e na componente agroindustrial que certamente é a alma daquele Complexo e que há uns anos foi-se degradando, porque não é compatível a existência de lixos com a atividade agroindustrial, todos sabemos o risco que corremos.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, concordo com aquilo que disse. Em relação à mobilidade, como sabe, neste momento a Autoridade de Transporte no concelho de Mirandela está na CIM-TTM, existe um Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal que poderemos fazer chegar através da Mesa da Assembleia aos Senhores Deputados, no sentido também de poderem verificar essa situação.

Quanto à alienação da participação no Hospital Terra Quente, houve de facto um aumento de capital, mas o valor das ações é exatamente igual àquele que existia. Neste momento, estamos a fazer a avaliação das ações e para isso foi combinado fazermos a avaliação em três Revisores Oficiais de Contas - um ROC da Câmara Municipal, um ROC do Hospital Terra Quente e um ROC independente - para poderem fazer chegar ao valor que a Câmara Municipal terá que ter. Desde 2012 nós não deveríamos estar numa sociedade com fins lucrativos, porque não é possível que isso aconteça.

De qualquer forma, este processo da alienação da participação tem que se chegar a um consenso. Existem algumas dúvidas relativamente à questão de ter que ir a hasta pública ou não e para isso tivemos dois pareceres, um da CCDR e outro da Associação Nacional de Municípios Portugueses. São situações de que em tudo são difíceis de justificar, sob o ponto de vista legal, uma vez que a partir de 2012 não poderíamos estar neste capital privado com o objetivo de obter o lucro. Por isso, tudo aponta que até ao

[Handwritten initials and marks]

final do ano possamos ter estas decisões. Se não acontecer até lá, não será no ano de eleições que isto vai acontecer, por uma questão ética e moral relativamente à alienação das participações.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, conhece bem o Matadouro Industrial do Cachão. A ANCRAS, da qual também é Presidente, tem feito um trabalho com eles, saberá também que existem vários problemas relacionados com a gestão de recursos humanos, vários problemas relacionados com a recuperação das dívidas, temos muitas dívidas de vários clientes e tem sido muito difícil face à situação financeira que eles têm neste momento.

De facto, houve uma avaria na sala de desmancha, sendo que o arranjo custará cerca de 80 mil euros, o que também tudo o que tem a ver com o Matadouro Industrial do Cachão é tudo muito caro, porque são máquinas já ultrapassadas e toda a maquinaria e todo o investimento que é feito tem valores muito elevados. Já foram pedidos vários orçamentos, estamos a adjudicar esta questão, mas o serviço de qualidade passará certamente com a formação de recursos humanos, com novos quadros e com a requalificação dos quadros que existem que são pessoas com muita experiência, mas a nível salarial e a nível de distribuição tem que se fazer um esforço muito grande.

Já foram feitas várias reuniões com representantes das três fases dos colaboradores, estamos a falar dos colaboradores administrativos, da abegoaria e o responsável pela operação, no sentido de chegarmos a um acordo, porque ao longo dos anos e apesar do acordo coletivo de trabalho que levou ao despedimento, há regras para o pagamento dos colaboradores que eles não concordam, mas depois desta fase COVID-19, julgo que estaremos em condições para chegar a um acordo com eles. Não temos condições financeiras para aumentar salários, a verdade é esta, porque a situação financeira do Matadouro nunca foi fácil e também não é fácil, por isso, estamos neste momento a ver se conseguimos pelo menos fazer justiça na atribuição dos vencimentos dos colaboradores. Não é um processo fácil, mas tudo o que tem a ver com a Agro-Industrial do Nordeste e com o Matadouro Industrial do Cachão nunca é fácil e é sempre um grande desafio manter aquela infraestrutura, porque acreditamos também ser serviço público que estamos a fazer à pecuária e agricultura na região.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* e o Senhor Deputado *Faustino da Cunha* pretendem fazer um Pedido de Esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, a Senhora Presidente da Câmara durante estes quatro anos tem uma maioria absoluta no Executivo Camarário, quer dizer que nada a importunava para tomar as decisões políticas que entendesse tomar, porque não era a Oposição que dificultaria essa ação e percebemos hoje das suas palavras, Senhora Presidente, que a Diplomacia Económica é muito difícil. Não foi o que a Senhora Presidente disse?

Com o PSD era tudo fácil, com os anteriores Executivos era tudo fácil, aos olhos da Senhora Presidente, uma vez que está há três anos no Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, uma das bandeiras que estava no seu programa eleitoral, Diplomacia Económica é muito difícil.

Bem-vinda, Senhora Presidente, à vida real, ao mundo real. Se porventura as suas promessas foram exageradas, foram do seu populismo que até foi vitorioso, mas que agora Presidente de Câmara, passados três anos, deixo este testemunho nesta Assembleia Municipal que a Diplomacia Económica, o agenciamento de novas empresas para o Complexo do Cachão é muito difícil. Não sei se é a *Júlia Rodrigues* realista ou é a *Júlia Rodrigues* derrotada.

Permitam-me esta palavra, Senhora Presidente, de facto, já fui atacado, inicialmente aqui nesta Assembleia Municipal, apenas lhe coloquei uma questão que dei oportunidade política para a Senhora Presidente se explicar à Assembleia. É que quando os Deputados lhe colocam questões, são oportunidades políticas para a Senhora Presidente, se responder bem. Não são oportunidades políticas vantajosas se por ventura responder mal. Aquilo que testemunho é que este realismo da campanha eleitoral chegou passado três anos

Dizer-lhe que este é o seu último relatório, porque para o ano tudo será justificado com a COVID-19 e se este é o seu último relatório, sem as desculpas da COVID-19 do próximo ano, está à vista de todos a sua capacidade de gestão em relação ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, porque de facto é muito difícil Senhora Presidente.

Na política não vale tudo. Sei que com a Senhora Presidente valeu tudo, porque deu até uma vitória eleitoral, mas que agora também tenho que lhe dizer, o seu populismo morreu aqui em relação ao Complexo Agro-Industrial do Cachão.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedi a palavra apenas para dois ou três pontos de esclarecimento.

Primeiro: Não estamos aqui a aprovar ou a reprovar as contas que foram apresentadas. Estamos aqui para analisar onde é que a Câmara está, com o que ela está a fazer e o que é que ela quer fazer, para orientação como acionista, no sentido do concelho de Mirandela.

Em relação às questões levantadas, não ouvi um esclarecimento e gostaria de um pouco mais sobre o que é que se prevê para a mobilidade concelhia. Esta situação é triste, há poucas cidades que tenham um transporte interno de passageiros como tem Mirandela.

Também queria saber, já agora, como sensibilidade, uma vez que a Resíduos do Nordeste também tem, no seu âmbito de atuação, camionagem será que vamos entregar o serviço de transportes de passageiros a uma empresa que trata de lixos? Se levar os autocarros atuais para lá, está certo.

Houve aqui uma apresentação desta Resíduos do Nordeste, no sentido de captar a nossa sensibilidade para tratar da distribuição da água. Vejo alguma compatibilização entre este serviço e o seu "Care Business", mas é esta a ideia que se está a gerar dentro da gestão autárquica?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em complemento à intervenção do Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, relembro à Assembleia Municipal que a Lei n.º 73/2013, Lei das Finanças Locais, apenas estabelece que a Conta Consolidada é apreciada, não obrigando a qualquer deliberação. Uma deliberação obriga a uma votação, a uma tomada de posição. Uma apreciação é um juízo de valor, uma crítica ao ponto em questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que não foi presente aqui nenhuma Revisão Orçamental e como a Consolidação das Contas pode justificar em relação ao Orçamento para o ano de 2020 alguma revisão com consequência disto. Não foi apresentada agora, pode ser apresentada depois.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a palavra ao Senhor Deputado *Rui Sá* a fim de que possa fazer a Interpelação à Mesa que pretende.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes do Senhor Deputado *Rui Sá* intervir, deixai-me esclarecer, até porque começa a ser muito vulgar esta Interpelação à Mesa. Referir-me ao art.º 34.º que diz “Invocação do Regimento ou Interpelação à Mesa: 1 - O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o Regimento, indica a norma regimental infringida, com as condições indispensáveis para o efeito. 2 - Os membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.”

Isto é que é uma Interpelação à Mesa, não é para colocar questões. Portanto, isto não será uma interpelação.

Segundo penso do que se irá tratar, quando muito enquadra-se no art.º 35 que diz “Pedidos de Esclarecimentos: O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de três minutos para intervir.”

Portanto, agradecia que o Senhor Deputado *Rui Sá* conseguisse apresentar as suas dúvidas em três minutos, por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, o que me traz aqui foi uma questão colocada ao Executivo na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020 e um reiterar do pedido na Assembleia Municipal de 06 de junho de 2020. O assunto que versou a minha intervenção foi sobre a Esplanada da Sacor e a permuta de terrenos entre o Município e o particular proprietário do edificado da Sacor.

O meu pedido de esclarecimento vinha no sentido de - e foi isto que pedi à Senhora Presidente - que me fizesse chegar, podia ser via Assembleia ou particularmente, documento bastante que ateste propriedade do Senhor para permutar com o Município. Se ele tem documento bastante da propriedade, poderá permutar com o Município se o Município entender que a permuta é vantajosa para o público, para a cidade, para o concelho de Mirandela. Se ele não tem documento da propriedade, podíamos dizer assim “bem, mas tem posse”. Desde quando é que a exerce ou é detentor? Detentor de um direito real menor que não lhe dá direito de posse, como parece que será o caso.

Há documentos? Eu não sei. Não tenho nada contra o empresário, tenho a favor de Mirandela que foi quem me elegeu. Penso que é o que todos temos aqui. E eu pedi um documento legítimo, que nos permite a nós, Assembleia, quando o assunto aqui vier que possamos votar em consciência com aquilo que estamos a fazer.

Até ao momento, ninguém me mandou documento nenhum, recebi ontem um *e-mail*. Pese embora a correspondência trocada com o Senhor Presidente da Assembleia neste sentido, reencaminhou-me ontem um *e-mail* às 14h15min, se a memória não me atraiçoa, eu diria mesmo que se não fosse do Senhor Adjunto da Senhora Presidente, que sei que é meu amigo, era uma ofensa à minha inteligência aquilo que me foi enviado. Sei que não foi isso, mas aquilo não é nada nem coisa nenhuma.

Quero que a Senhora Presidente tenha o princípio da reciprocidade daquilo que aqui disse hoje de manhã. A Senhora Presidente disse aqui, respondendo ao Senhor *Manuel Brízido*, que não é só necessário levantar as dúvidas, tem que provar, tem que trazer documentos. Depois, referiu também aqui, em resposta a outra intervenção, que é o interesse de Mirandela, no âmbito da COVID-19, que é o interesse das pessoas... É isto que quero que se faça para o concelho de Mirandela, para a cidade.

Se o Senhor tem o direito, que o exerça. Se não o tem, não o pode exercer.

Queria cabalmente que me sejam dados documentos legítimos que possa inferir-se esta analogia.

De outra forma, também aqui o disse e eu sei que o antigo Diretor de Departamento - e vou falar o nome dele, não tenho problema nenhum - o Senhor Eng.º *Guedes Marques* e o anterior Executivo sabia e sabe perfeitamente daquela situação. Por isso é que se comportaram a mandar fazer um projeto de arquitetura para aquele local e que seja convidado a vir-nos aqui esclarecer. Não seja o assunto trazido a esta Assembleia a pedir-nos para que votemos a desanexação sem estarmos cabalmente esclarecidos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não há dúvida que esta é uma questão que já anda aqui há alguns meses e de facto a falta de documentação solicitada fuge e quebra a regra da Assembleia e da Lei n.º 75/2013.

Sei que são muitas as solicitações que chegam ao Executivo, aliás, é elaborado um mapa e por vezes não há capacidade de resposta para tanta solicitação, daí a resposta legal de um mês possa não estar cumprida. No entanto, há algumas coisas mais superficiais, outras mais profundas e este caso acabou por ser ventilado aqui em Assembleia em que a Mesa deixa ao critério dos nossos

serviços de apoio a apresentação dos mapas que por sua vez chegam ao Executivo, outras vezes tomamos medidas mais diretas quando há um comunicado diretamente à Mesa a solicitar seja o que for.

Aqui a questão começa a ser preocupante mesmo para a Mesa, até porque é um assunto que foi a discussão pública, a discussão pública terminou dia 10 e os documentos não chegaram. Portanto, Senhora Presidente agradecia de facto, e para não ferirmos a Lei, alguma atenção sobre isso.

Não há dúvida que ontem recebi ainda um *e-mail* do Senhor Adjunto da Senhora Presidente com esclarecimentos que pelos vistos não satisfizeram o Senhor Deputado, mas pelo menos foi uma resposta, o nosso papel é encaminhar e que de uma vez por todas se dê uma solução a isto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar por responder a esta última questão que foi levantada. Julgo que para ultrapassar tudo aquilo que diz respeito a esta questão, o ideal seria o Senhor Deputado *Rui Sá* agendar uma visita aos Serviços Técnicos que estão com esta questão e fotocopiar os documentos que estão na posse da Câmara Municipal em virtude da transparência e se houver necessidade, depois, enviar-se-á para o Senhor Presidente da Assembleia a documentação que diz respeito a esta questão.

Aquilo que lhe posso dizer relativamente a este processo, aquilo que sei é que a permuta de terrenos terá a ver com o facto de as obras no Santuário terem ocupado parte da área que é do proprietário e que o projeto foi realizado de acordo com o que estava projetado, sem garantir esta permuta que depois foi feita posteriormente. Aliás, ainda no anterior Executivo não havia nenhum documento da Diocese que dissesse que nós podíamos fazer aquela intervenção e teve que depois se ultrapassar essa questão que se relacionou com o facto de o Município estar a fazer obra num espaço que não era público, mas que pertencia à Diocese.

De qualquer forma, o processo está à disposição dos Senhores Deputados, em concreto do Senhor Deputado *Rui Sá*. Não temos nada a esconder relativamente a este processo, portanto, poderá ir consultá-lo. É só agendar com o Gabinete de Apoio à Presidência uma hora para ir consultar este processo.

De facto, houve uma informação do Ex-Diretor de Departamento relativamente a esta questão. O estranho é que durante tantas décadas se tenha chegado a esta situação e só agora vir levantar este problema, até porque o projeto que existiu na altura contemplava uma parte do privado.

Não tenho nada a esconder, poderá ser acertado com o Senhor Adjunto e poderá tirar as cópias daquilo que quiser, os originais terão que ficar na Câmara Municipal e enviar para todos essa situação.

Portanto, ficará resolvido assim. Senhor Presidente, não sei se será assim, para obviar estarmos com *e-mails*. O Senhor Deputado agendará uma hora para consultar o processo e trará as cópias que julgar necessárias e evidentes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhora Presidente, perante a sugestão, iremos dialogar os dois, vamos encontrar a melhor solução. Já vi que o Sr. Deputado não está na disposição de ir lá fotocopiar documentos, podem ser muitos. No entanto, penso que a Assembleia vai ter que resolver o problema, vamos tentar arranjar pacificamente uma solução entre o elemento e a Mesa que apresentaremos posteriormente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, não há problema nenhum. Enviaremos em suporte papel ou em suporte digital conforme o Senhor Deputado quiser ou então vai consultar o processo, se achar conveniente. Não vejo que seja problema nenhum ir consultar o processo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O objetivo é que não fiquem dúvidas. Esses alertas são importantes, pode haver alguma lacuna.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aliás, o Serviço de Património nunca faria uma permuta de um terreno que não estivesse registado, como é óbvio. Ou seja, o que está aqui em causa é a legalidade. Aquilo que lhe posso dizer é que se não quiser ir consultar o processo, o processo será enviado. Se quiser ter a maçada de ir consultar o processo, o processo está disponível à hora, fora de horas, fins-de-semana, quando o Senhor Deputado quiser.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, não duvido minimamente do que a Senhora Presidente está a dizer. O que eu pedi foi em fevereiro e se isto existe, se a documentação nos é enviada em suporte digital, a convocatória das Assembleias, todos os documentos anexos às Assembleias nos são enviados via digital, porque não mo podem fazer? O meu pedido de esclarecimentos foi neste sentido.

O processo posso ir lá consultá-lo, mas não é a forma correta de responder a esta Assembleia. O pedido fi-lo para mim, mas fi-lo no âmbito da Assembleia, é nosso, o pedido é para todos.

Há outras situações mais que podem não estar no processo, mas que há pessoas que são funcionários da Câmara Municipal que são detentores de boa informação e que deviam vir aqui falar sobre o assunto. Para bem de todos. É um esclarecimento, não temos nada a temer. Estamos aqui em representação de quem nos elegeu, do público. Aquilo é uma zona nobre da cidade que se a perdemos nunca mais a reavemos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não tenho dúvida que é no âmbito da Assembleia, que não é interesse pessoal, por isso é que os alertas são importantes e também as respostas adequadas vão ter que ser. Haveremos de esclarecer esta questão. Há abertura por parte do Executivo, há vontade de esclarecimento de todos nós e haveremos de chegar a um consenso muito rapidamente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, lamento que a Câmara Municipal não tenha respondido em tempo a essa questão, mas certamente que, se não quiser ir consultar, nós enviaremos as peças processuais sobre esta questão.

Julgo que foi aprovada na Reunião de Câmara e depois foi a discussão pública, como é obrigatório nestas questões. Aquilo que posso dizer é que, com a máxima transparência, vai ter o acesso ao processo ainda durante esta semana, porque se o processo está na Câmara e está acessível para consulta, também está acessível para ser digitalizado.

Não há nada que me prenda, sou sincera, não estou obviamente a desculpar os próprios serviços por não terem dado essa informação, a responsabilidade é minha, a informação não foi enviada para o Senhor Deputado e peço desculpa pelo facto de não ter sido em tempo útil enviada.

De qualquer forma, o processo está sempre disponível para qualquer Deputado ir à Câmara Municipal e tirar as devidas fotocópias ou o devido processo, a não ser que os documentos sejam no âmbito da proteção de dados. Como sabem, neste momento temos um Regulamento Geral de Proteção de Dados muito restritivo em relação a algumas questões, mas parece-me que não se aplica neste caso concreto, porque estamos a falar de uma permuta de terrenos públicos.

Passarei, então, a dar resposta às outras questões colocadas.

Respondendo ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, proponho que façamos chegar o documento da estratégia que está por concelho, porque para além do transporte dentro dos concelhos, temos o transporte interconcelhio, num Plano Estratégico a nível de CIM e façamos chegar ao Senhor Deputado o Plano Estratégico. Obviamente que o Senhor Deputado também pode ir depois à Câmara e à CIM reunir connosco no sentido de esclarecermos todas as questões, porque sei que este é um assunto que o preocupa, que tem vindo aqui em todas as Assembleias Municipais, já nos anteriores mandatos, com esta questão da mobilidade interurbana e interfreguesias, que eu acho que é fundamental para o bem-estar das populações e para a qualidade de vida.

Julgo que é um assunto muito importante que tem de ser debatido com o Senhor Deputado, se quiser e se tiver essa disponibilidade fazermos essa informação e depois divulgarmos por todos os Senhores Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta.

Quanto à questão da água, é uma questão importante, sendo que já foi feita uma Assembleia Municipal dedicada. Também posso dizer que a questão do estudo que foi solicitado pela Senhora Secretária de Estrado do Ambiente às Águas do Norte e também à Resíduos do Nordeste, a Câmara Municipal de Mirandela foi uma das duas que enviou todos os dados e estamos a aguardar o estudo que daí resulte. É uma questão importante, vital para as populações e só terá resultados efetivos se for aprovado em Assembleia Municipal, como foi o nosso compromisso desde a primeira hora em que isto aconteceu, uma vez que houve de facto uma alteração estatutária da Resíduos do Nordeste que foi anterior a este mandato.

Poderemos agendar já para esta semana essa reunião com a Comunidade Intermunicipal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que me preocupa a preocupação que tem relativamente às questões internas com o Partido Socialista. As questões internas dizem respeito às questões de um Partido, que segundo sei, não é militante. Tenho a dizer que as minhas opções de candidatura ao Partido Socialista são minhas como militante do Partido Socialista e não dizem respeito a esta Assembleia. Por isso, lamento que estejam aqui a ser chamadas questões internas do Partido Socialista e tudo aquilo que diz respeito às questões partidárias. Contudo, é com orgulho que digo que as lutas políticas e as lutas partidárias devem ser feitas com dignidade. É preciso ganhar com humildade e perder com dignidade, sempre assim o fiz e vou continuar a fazer.

Em relação à vida real e à Diplomacia Económica ser muito difícil, Senhor Deputado, vou-lhe esclarecer que em três anos não é possível resolver os problemas todos do concelho e muito menos os problemas todos do Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Posso dizer que aquilo que foi feito no passado obviamente que tem repercussões no presente, outra coisa não seria de esperar. Não é possível em três anos termos resolvidos os problemas todos e vou-lhe dizer, para além das empresas que estamos a falar aqui, nas consolidadas, Complexo Agro-Industrial do Cachão, Metropolitano Ligeiro de Mirandela, posso-lhe falar na ESPROARTE, posso-lhe falar na ACIM e na MIRCOM. Problemas estruturais, gravíssimos, com dívidas acumuladas que esta Câmara Municipal tem vindo a tentar resolver.

Posso-lhe dizer mais. A nível de planeamento de recursos humanos, nunca foi feito o devido planeamento dos recursos humanos e porquê? Quando os Partidos Políticos não têm forma de colocar pessoas na Câmara Municipal, essas pessoas iam para várias entidades e por isso foram engrossando os recursos humanos compatíveis com essa situação, pondo em causa a sustentabilidade das associações e a gestão interna destas associações.

O problema não está só aqui nestas empresas consolidadas, o problema está em outras instituições que neste momento têm graves problemas de sustentabilidade financeira provocada pelo aumento desmesurado de recursos humanos a que assistimos nos últimos anos, porque nos últimos três anos não entrou uma única pessoa. Esse é que é o problema. É vir aqui por em causa o trabalho que tem sido feito de gestão para não por em causa os postos de trabalho. Temos cinco postos de trabalho na MIRCOM e na ACIM e temos muitos postos de trabalho na ESPROARTE. Sabe qual é a solução? É despedir pessoas? Nesta altura de crise vamos despedir pessoas? Não vou por aí, Senhor Deputado. Mas o que é facto é que nestes três anos não conseguimos resolver todos os problemas das várias instituições.

Sabe que o Metropolitano Ligeiro de Mirandela tem dois colaboradores, dois motoristas, que passaram por quatro entidades, há 15 anos, com contrato de trabalho? Passaram pelos Bombeiros, passaram pelo Clube de Campismo e Caravanismo... O que é que se vai fazer com estas pessoas? Já estão em idade que não é possível. É preciso pensar que atrás de cada posto de trabalho que se cria há sustentabilidade dos postos de trabalho, Senhor Deputado, e não foi nos últimos três anos que se engrossaram estas associações, foi tudo o que foi para trás, porque ainda esta semana tive reuniões com a ESPROARTE, com a AIN e com a MIRCOM e infelizmente nunca ninguém pensou como é que se ia garantir a sustentabilidade destas associações. Como é que é possível com

[Handwritten initials and marks]

tantas dívidas que se foram adquirindo ao longo dos anos? Temos escolas como a nossa, a ESPROARTE, que têm capital, têm dinheiro, porque não têm as despesas mensais que nós temos.

Agora diga-me, como é que se gere com dívidas e sem fontes de financiamento?

Então, bem-vindo à vida real Senhor Deputado *Paulo Pinto*, bem-vindo à vida real. Não há fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade daquelas instituições. Infelizmente é assim.

Eu não respondo bem ou mal, eu respondo o que é efetivamente. Agora, se o Senhor Deputado não gosta ou fica incomodado com as minhas respostas, não tenho responsabilidade sobre isso.

Não é possível gerir instituições se não houver uma fonte de financiamento. Se a fonte de financiamento é sempre a Câmara Municipal para pagar dívidas do passado, então vai-me explicar como se faz a gestão. Sem dinheiro não há gestão possível.

Sabe quais são os recursos humanos da ESPROARTE que são subsidiados pelo Fundo Social Europeu? Sabe qual é a sustentabilidade da Escola? Sabe que durante os últimos anos a Escola sempre teve empréstimos, porque não conseguia pagar salários? Neste momento eles recebem todos os meses ao dia 22, mas sabe o que é que isso implica? Uma gestão criteriosa das situações, mas a Escola não tem sustentabilidade para manter os colaboradores todos que introduziu em outros anos.

De qualquer forma, dizer que é preciso ter cautela com aquilo que se diz, é preciso ter cautela com as afirmações que se fazem quando os problemas são estruturais e estamos a lidar com a vida de pessoas e quando estamos a lidar com a vida de pessoas é bom que o Senhor Deputado tenha a noção de que em três anos é impossível resolver todos os problemas. Isto são problemas que se vão manter no próximo Executivo, porque não havendo estruturas que financiem estas associações só a Câmara Municipal é que pode financiar, senão qual é o futuro das pessoas? É o desemprego. É isso que nós não queremos e não vamos permitir que aconteça.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* está a solicitar uma resposta, tem três minutos para fecharmos este assunto, mas deixem-me referir o seguinte. Tenho de corroborar com a Senhora Presidente quando se sentiu atacada, digamos assim, politicamente sobre um assunto que não é desta Assembleia.

Sei que vamos entrar num período de pré-campanha e que há uma tentação muito grande de se puxarem aqui as questões partidárias. Isto não é um assunto da Assembleia. As derrotas, as vitórias partidárias, as tomadas de posição são dos partidos. Vamos deixá-las fora. Não vou permitir, enquanto Presidente, enquanto assim for, que esta discussão venha aqui para a Assembleia. As questões partidárias são dos partidos, as questões do concelho são da Assembleia.

Por conseguinte, este assunto não. É um assunto em que de facto gostei do debate e aguardo a contrarresposta do Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre aquele assunto que me enganei não falei mais, quem voltou a falar foi a Senhora Presidente e especialmente agora quando a minha pergunta há pouco foi uma promessa eleitoral que falou tanto em Diplomacia Económica. O que é que fez durante três anos? Senhora Presidente, não gosto de a ver assim angustiada, até fico constrangido, sinceramente. Estou a ficar constrangido com a sua angústia, porque de facto está no limite Senhora Presidente.

Aquilo que lhe perguntei foi uma promessa eleitoral muito concreta que é: O que é que já fez sobre Diplomacia Económica? Problemas tem muitos? Então eu não sei?

Senhora Presidente, não gostava de a ver assim tao angustiada, porque Diplomacia Económica ia ajudá-la a arripiar caminho contra esses problemas. Resolveria esses problemas, que anda a lutar contra eles, com certeza, garantiria os postos de trabalho. Peço-lhe isso, por favor. Era o que faltava...

Agora, paralelamente, arripiava caminho, que era a tal Diplomacia Económica que tanto falava em campanha eleitoral e falou nesta Assembleia Municipal e que pelos vistos está a deixá-la angustiada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estou angustiada, estou muito preocupada Senhor Deputado.

Aquilo que não faço é deixar de ter responsabilidade sobre as pessoas ou tentar que as coisas corram de forma correta e que a Câmara Municipal assuma as suas responsabilidades em algumas situações.

Conhece tão bem como eu as situações que lhe falei ou melhor ainda, ou seja, o Senhor Deputado foi abordando questões relacionadas com várias situações que foi abordando aqui que durante três anos nada se fez. Mas posso dizer, durante três anos fizemos várias coisas. Pese embora me possa esquecer de algumas iniciativas, vou-lhe dizer que já retiramos o lixo do Cachão que era um problema ambiental. Temos outros problemas ambientais que deviam preocupar o Senhor Deputado e que são visíveis a todos, mas o Senhor Deputado está mais preocupado no combate político, no ataque político, porque o combate político é bem-vindo, o ataque político gratuito julgo que poderia ser ultrapassado por questões mais importantes de discussão do concelho e que dizem respeito a todos e a cada um de nós, porque também temos responsabilidade sobre a vida política que vivemos e a saúde política que construímos. Também é importante que as coisas se digam no local certo e este é o local certo para dizer tudo aquilo que pensamos.

Retiramos o lixo, mas o Cachão não é atrativo, basta ir ao Complexo Agro-Industrial e ver a imagem que qualquer industrial gosta de ver. Apesar de termos gás canalizado, apesar de termos uma ETAR que tem também alguns problemas, temos umas infraestruturas muito antigas, com muitos problemas, foram vendidas algumas áreas de lotes de forma indiferenciada e portanto existe pouca atratividade do Complexo Agro-Industrial do Cachão, por isso é que precisamos urgentemente de um investimento de muitos milhões de euros para reabilitar aquela infraestruturas.

Não é com o investimento da Câmara Municipal de Mirandela naquela infraestrutura que vamos conseguir reabilitar aquelas infraestruturas. Este projeto tem de ser um projeto regional e tem de ser um projeto regional com fundos e capitais comunitários. De outra forma não conseguimos reabilitar aquela infraestrutura. Por isso, este Plano de Revitalização tem de ser um plano concertado e está a ser feito, já foi concluído, portanto, julgo que a fase fundamental era reabilitar a infraestrutura e atrair investimentos.

Aquilo que existia é aquilo que existe ainda lá, mas sabemos que é pouco atrativo para as empresas da agro-indústria que querem essencialmente limpeza, higienização, infraestruturas com determinadas qualidades que cumpram os requisitos de higiene comunitários.

Sabemos que é difícil, porque temos infraestruturas muito antigas, pouco qualificadas e por isso tem que se fazer um plano como deve ser, para reabilitá-lo no seu todo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado *Pedro Beato* e a Senhora Deputada *Otilia Lima* pretendem intervir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É um pormenor que tem a ver com o Santuário.

Penso que é importante para compreender este jogo dos terrenos do Santuário informações que têm a ver com a década de 70. Tudo isto se passou na década de 70 e três anos da década de 80. Entre 81 e 83 houve processos em Tribunal e o jogo das transferências orais e reais dos terrenos do Santuário criaram uma confusão que nunca mais foi esclarecida. Portanto, penso que estes processos de 81 e 83 serão muito importantes para se compreender o fim de toda esta problemática impressionante e que não é pública, mas que é muito importante.

Década de 70, três primeiros anos da década de 80. Os documentos existem e eu por acaso tenho-os todos arquivados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Este assunto volta “à baila” e nós, Assembleia Municipal, com a nossa responsabilidade de fiscalizarmos determinadas ações do Executivo, é bom que elas sejam colocadas, mas também e a Mesa muitas vezes se antecipa e fica atenta a algumas medidas que o Executivo toma. Neste caso, cedo chegou a uma conclusão sobre esta questão das permutas...

Não me parece de todo que o Executivo esteja com ideia de beneficiar seja quem for. Chegamos a essa conclusão muito rapidamente. Não há tentativa de benefício. Há um imbróglio complicado do passado que não é fácil resolver e que com medidas às vezes precipitadas podem levar, agora já não tanto, mas na altura do decurso da obra, a situações muito complicadas.

Pelo menos temos essa convicção. O Executivo esteve sempre bem-intencionado, agora vamos ver se o resultado podia ter sido feito de outra forma, mas não há aqui uma intenção de benefício de ninguém.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Peço desculpa por falar agora. Aproveitei exatamente este momento para dar um esclarecimento sobre uma questão que foi colocada aqui por um Deputado Municipal, presumindo que a parte da manhã estaria terminada, não sei se posso deduzir isso, portanto, foi exatamente nessas circunstâncias que utilizei este tempo.

Foi colocado aqui um problema relativo à CPCJ, do problema de Cabanelas. Eu, enquanto elemento da Comissão Alargada, não da Comissão Restrita, não tenho conhecimento dos processos em particular. No entanto, posso dizer, se alguém tiver mais alguma informação, porque pode como elemento da Comissão Restrita fazer esse esclarecimento mais alargado, nomeadamente e inclusivamente o Senhor Presidente da CPCJ que neste caso é o Senhor Vereador *Orlando Pires*, se entender por bem fazer algum esclarecimento, pois muito bem.

O que eu posso dizer neste momento é o seguinte. Em primeira linha há um conjunto de entidades que são as Juntas de Freguesia, os vizinhos, a Saúde, etc., nós cidadãos comuns que temos por obrigação e que a Lei nos concede o direito e a obrigação de informar todas as situações relativas à CPCJ. Fazer sinalização. Julgo que o facto de essa sinalização nunca ter sido feita, razão pela qual a CPCJ não atuou neste caso em particular, ou seja, a CPCJ não tinha conhecimento deste caso particular, não poderia atuar por essa via. Se tivesse tido esse conhecimento, se fosse incapaz de resolver enquanto CPCJ levaria a outras instâncias, nomeadamente o Tribunal, se assim o entendesse.

Primeira situação: A CPCJ não tinha conhecimento da situação, por isso não poderia agir. Tanto quando sei, este caso estava a ser seguido pela Saúde e pela Escola, que são duas entidades que podiam ter referenciado o problema em particular do confinamento. Portanto, se tivessem sinalizado à CPCJ que o jovem tinha deixado de ser apoiado, quer pela Escola, quer pela Saúde, nessas circunstâncias a CPCJ começaria a atuar. Este jovem estava a ser seguido na Escola de Vinhais e pela Saúde. Nenhuma das instituições referenciou.

Penso que neste momento este caso, embora infeliz, nos vai obrigar um pouco talvez a colocarmo-nos na posição, nós cidadãos comuns, nós elementos de primeira linha, Escola, Saúde, Juntas de Freguesia, vizinhos, etc., de estarmos um pouco mais atentos, porque é nossa obrigação. A Lei diz que nós devemos referenciar sempre que assim o entendermos.

Deixo também aqui esse alerta, no sentido de fazermos todos o melhor papel e cumprirmos melhor as nossas obrigações.

Neste momento é a informação que eu posso dar. De qualquer modo, se algum elemento da Comissão Restrita entender esclarecer mais alguma coisa, seria bom.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Acho que é um alerta extremamente importante, porque de facto é uma função social referenciar tudo aquilo de que tenhamos conhecimento nessa área. Mais, como membros desta Assembleia ainda temos uma dupla responsabilidade em sempre que saibamos de algo que não está bem, denunciar. Já há pouco respondi ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha* quando referiu que “vamos averiguar”. Se calhar, devíamos ter tomado posições antes caso houvesse conhecimento

Vamos ficar atentos a isto, porque depois do facto consumado, a análise já é uma questão judicial, já será uma questão de outro âmbito.

Obrigado pela sua intervenção, gostei e acho que é um bom alerta para a nossa Assembleia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, agradecer as informações. Julgo que também é importante fazer-nos chegar esses documentos para podermos juntar ao processo, se for essa a intenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, já que teve a gentileza de o vir aqui dizer. De facto já é um processo muito antigo, eu dizia há décadas, mas o Senhor Deputado referenciou a década de 70 e de 80.

Relativamente à questão abordada pela Senhora Deputada *Otilia Lima*, agradecer a intervenção. De facto o jovem não estava referenciado pela CPCJ. O papel importante de cada um de nós e a responsabilidade também é essa referenciação. Bem sabemos que muitas vezes é difícil os vizinhos fazerem este alerta, mas temos todos que estar atentos a esta e a outras situações para que no futuro possamos evitar situações tão dramáticas. Foi uma tragédia que aconteceu. Julgo que é importante esta sinalização ser feita por cada um de nós, a ajuda e o civismo que temos de ter uns pelos outros.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2.2 - Debate alargado sobre os problemas das Freguesias/Uniões, distribuição de verbas, critérios e proporções entre verbas transferida/necessidades reportadas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Talvez seja um pouco repetitivo, uma vez que tivemos uma reunião na semana passada com o Executivo, certamente me vou repetir, mas quando é para benefício das nossas Freguesias, penso que nunca é demais relembrar aquilo que necessita o nosso meio rural.

Começava por uma necessidade que não foi falada nessa reunião, já fiz até uma publicação nesse sentido, durante o confinamento tivemos muitas dificuldades por causa do acesso à internet no meio rural, sofreram muito com isso os alunos, os professores e os Presidentes de Junta que tinham de estar sempre prontos a abrir as instalações da Junta para aquilo que os alunos necessitavam.

Penso que esta é de facto a altura certa para as Câmaras pressionarem o Governo, a MEO, a NOS e a Vodafone, para fazerem uma cobertura do meio rural, porque pelos vistos a pressão das Juntas de Freguesia vale muito pouco e penso que a situação atual obriga a que haja um reforço da internet no meio rural.

Continuamos a ter um aluno que está a assistir às aulas na Junta, porque senão ele não tinha forma de assistir às aulas, é impossível, não tem internet em casa e penso que passando pela pressão da Câmara Municipal talvez seja mais fácil esse reforço.

Por aquilo que percebi a estrada de Vilar de Ouro a São Pedro Velho não vai ser uma realidade no imediato, eu sei que as outras Freguesias também têm essa necessidade, houve algumas que vão agora a concurso, a nossa estrada não merece mais que as outras, mas o que me incomoda é que eu não gosto de criar expectativas e eu de facto criei essa expectativa na população de São Pedro Velho, foi praticamente a única obra que nós pedimos à Câmara nestes quatro anos e pelo que eu estou a ver, dificilmente será executada até ao fim deste mandato.

Dizer que o que a Câmara Municipal fez em relação ao Protocolo da atribuição de verbas foi extremamente importante, deu-nos uma independência que nunca tínhamos tido, isso é um facto, temos autonomia, temos alguma “poder” para poder fazer aquilo que entendemos que deve ser feito, mas em termos de obras estruturantes numa estrada que não é nossa, é de todos e é responsabilidade da Câmara e de facto lamento que se a única obra que foi pedida não for feita.

Em relação à iluminação pública já vim aqui várias vezes falar nisso, continuamos a ter o problema com a EDP, aqueles problemas que eu falei nas últimas Assembleias ainda não foram resolvidos, não é culpa da Câmara, as luminárias ainda não foram substituídas, não entendo porquê, já falei com a empresa, já falei com o responsável da empresa, já falei com a EDP. Desde janeiro que ando nesta guerra para me substituírem as luminárias, não se compreende, talvez uma pressão da Câmara Municipal ajude, não sei.

Continuo também com duas ruas, ainda esta semana enviei documentação e algumas fotografias, de duas ruas que continuam sem iluminação pública, foi referido na reunião da semana passada que a iluminação é um bem de primeira necessidade, eu também entendo que sim, estou esperançado que o Executivo atenda esse pedido, duas ruas que temos completamente às escuras.

Em relação aos caminhos, este ano fizemos um esforço redobrado em relação à limpeza dos caminhos, eu olho a nível nacional o nosso Estado, o nosso Governo faz autoestradas, faz vias rápidas, é responsável pela manutenção dessas vias, mas esquecem-se do meio rural, porque é que o Estado e o Governo não são responsáveis pelos caminhos onde circulam milhares de agricultores diariamente? É uma questão que ninguém fala nisso, à partida essa responsabilidade é das Câmaras, ou das juntas, mas as Juntas e vocês já vão perceber porque é que eu estou a colocar esta questão, este ano vamos gastar 15 mil euros, uma giratória, uma retro,

uma máquina de cortar silvas, dois tratores, é incomportável para uma Junta de Freguesia da nossa dimensão gastar tanto dinheiro em caminhos rurais e depois passados meia dúzia de meses vamos lá ver e parece que não fizemos nada.

Voltando a outro assunto que também já falei aqui diversas vezes e que o senhor Deputado *Faustino Cunha* falou hoje de manhã, o projeto da CIM-TTM dos transportes para as Freguesias, São Pedro Velho como sabem, não tem transportes públicos para a cidade, se não fosse a Covid-19 penso que já estaria em funcionamento, as datas apontadas na altura penso que era o segundo trimestre de 2020, gostaria de saber se esse projeto está na gaveta, se é mesmo para avançar, neste caso trata-se da Freguesia mais distante do concelho, é uma distância de 70 km e para quem não tem transporte é muito complicado.

Quero agradecer o painel que foi colocado na ponte romana, a sinalética que foi lá colocada, a ponte romana que divide e une a Freguesia de São Pedro Velho e a Freguesia de Torre de Dona Chama, penso que já se justificava, uma vez que aquela ponte é das 12 pontes romanas que existem na Península Ibérica, agradecer o painel informativo que foi lá colocado, esperançado que a próxima obra seja a praia fluvial que já existiu, essa é que seria uma grande obra ali para o norte do concelho e talvez mais tarde uns passadiços, isso é que seria uma obra para atrair turistas à nossa região.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu como membro da Mesa da Assembleia, não posso deixar de salientar o quão oportuno foi essa questão da internet, porque a internet de facto é uma ferramenta essencial hoje. Dentro da tabela das prioridades nós não sabemos o que é que é mais prioritário, mas tenho quase a certeza que a internet é das coisas prioritárias porque para além de instruir, informa e de facto tenho constatado que a maior parte das Juntas de Freguesia têm uma lacuna muito grande no acesso à internet. Isto não será culpa naturalmente do Executivo, até porque tem a ver com os operadores, mas é possível com algum tipo de protocolos, esta lacuna que o nosso concelho vive, possa vir a ser colmatado.

Eu acho que um empenho grande do Executivo poderia pelo menos reduzir essa lacuna e seria extraordinário para a nossa população do concelho.

Em relação à placa interpretativa na ponte romana que referiu, de facto foi uma medida extraordinária, que já andava a ser tratada há algum tempo. Também não posso deixar de dizer que essa iniciativa partiu de uma associação cultural da Torre de Dona Chama e curiosamente, o Presidente da Assembleia Geral dessa Associação nem sequer soube do assunto, de que essa placa ia ser colocada apesar de ser uma placa criada dentro da Associação Dona Flâmula. Não posso deixar de lamentar particularmente essa situação, até porque o Presidente da Assembleia Geral dessa associação sou eu mesmo. Fica aqui esta pequena crítica, que não podia deixar de fazer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu gostava de começar a minha intervenção por referir-me e congratular-me de uma forma muito veemente sobre o que se tem passado ao nível da Proteção Civil e das preocupações que tem havido na proteção das pessoas em geral. Claramente aqui uma palavra de forte apreço e até se estivermos com atenção e verificarmos o que se passa nas Reuniões de Câmara, conseguimos perceber que a Proteção Civil faz um trabalho muito profissional, com relatórios quinzenais de todas as atividades que fazem e provavelmente será por essa razão que estamos a conseguir ter aqui bons resultados ao nível sobretudo dos números da Covid-19.

Gostava de deixar aqui uma palavra de apreço para a pessoa que tem liderado este processo que é a *Maria Gouveia*, acho que mereço dar-lhe esta palavra por aquilo que tem sido ao longo deste tempo e espero que assim continue.

Em relação à distribuição das verbas às Juntas de Freguesia, a distribuição das verbas, como sabem, para nós foi-nos muito particular porque a Junta de Freguesia de Mirandela após negociação com o Executivo, permitiu-se aceitar uma verba de complemento ao Fundo de Financiamento das Freguesias de 25 %, como sabem, no entanto, aquilo que ficou decidido foi que algumas obras estruturantes teriam de ser feitas pela Câmara Municipal, como a todos as Juntas de Freguesia, mesmo aquelas que tiveram um apoio de 51 %, teriam de ser suportadas pelo Município, no entanto existe a dúvida do que é que é uma obra estruturante.

E nós em relação a esta tomada de posição, volvido este tempo, pensamos que a decisão foi correta, mas quando é atribuída alguma coisa para a Junta de Mirandela, parece que é mal vista pelas outras Freguesias, o facto de nós termos tido aceite 25 % pode não ser suficiente para realizar aquilo que tínhamos em mente. Eu estou a falar nisto para dizer que foi assinado um Protocolo com o Município para a cedência da Escola da Central e a Escola da Central para ser a sede da Junta de Freguesia que está muito carenciada, vai precisar de obras de intervenção e essas obras de valores muito elevados e vamos ter, provavelmente de fazer aqui um pedido de colaboração nas despesas à Câmara Municipal, por considerarmos que essa obra é estruturante.

Estou a dar esta justificação, porque parece-me a mim que a sede da Junta de Freguesia para atender pessoas deverá ter a dignidade que lhe é devida, recorde o número de fregueses que temos, os colaboradores que trabalham lá e as pessoas que passam por lá todos os dias, precisamos de umas instalações condignas, nesse sentido eu penso que aquilo que venhamos a pedir à Câmara Municipal possa ser englobado na questão de obra estruturante.

Depois também agradecer neste seguimento a dignidade que confere a todas as Juntas de Freguesia este tipo de subsídio, claro que ficaram todas muito mais autónomas, muito mais capazes de poderem lidar com o seu dia-a-dia e por isso o Executivo está de parabéns pela realização destes protocolos com as Juntas, como já é reconhecido por quase toda a gente.

Gostava de realçar a notícia que obtivemos na semana passada, relativamente à Bronceda, como sabem a Bronceda é uma anexa de Mirandela, que não tem como outras, saneamento, mas que está neste momento numa fase avançada de execução e congratulamo-nos também por isso e parabéns também ao Executivo, porque é um anseio dos habitantes de lá, que não são muitos, mas o facto de vir a ter saneamento vai potenciar o crescimento e vai haver mais pessoas a quererem ir para lá e vai claramente ser uma mais-valia para todos.

Relativamente à questão das transferências de competências para as Juntas de Freguesia, era importante dizer que o que estava previsto era o Município e as Freguesias até 31 de março, tenham reunido para abordarem o tema das transferências de algumas

[Handwritten initials and marks]

competências que pudessem vir a ser aceites ou não e depois teria de haver uma negociação porque não basta transferir as competências, é preciso que essas competências tenham o respetivo envelope financeiro e tudo que seja subjacente a esta situação das transferências. Em função da Covid-19 nós não tivemos essa oportunidade de fazer essa negociação e por aquilo que eu percebi na semana passada, a Senhora Presidente disse-nos que iria assumir a informação de que estas transferências iriam ficar com o Município, alegando que não teria havido entendimento, foi assim que eu percebi, mas a questão não é não ter havido entendimento, foi que não houve oportunidade de negociação e eu gostava que isso ficasse claro, o irmos transmitir à DGAL que não houve entendimento pode, pode não, para já não corresponde à realidade, mas acho que seria mais adequado, posso estar aqui a cometer alguma falta de esclarecimento, mas foi isso que eu percebi. O que eu gostaria que ficasse mencionado, é que não houve possibilidade de negociação em função da circunstância que se passou.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na passada quarta-feira realizou-se uma reunião com o Executivo e todos os Presidentes de Junta, havia uma ordem de trabalhos, mas ou eu estive distraído ou não se falaram de alguns pontos, estou a referir-me aos projetos, aos relatórios semestrais. Falaram daquilo que lhes deu mais jeito, mas fiquei a saber que a Estrada Municipal 1095 (Vale da Sancha) que supostamente era para ir a concurso em 2019/2020, que já não vai ser realizado. Não era promessa eleitoral, era um compromisso assumido com este Executivo em funções.

Foi também dado a conhecer a chegada dos paralelos pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, de uma forma irónica, vou citar: “Parecem as crianças à espera do Pai Natal”. Relembro que a Junta de Freguesia de Frechas fez o pedido dia 9 de janeiro de 2020, eu perguntei: Não teria uma postura mais correta se pedisse desculpa pelo atraso, do que andarmos a brincar ao Pai Natal?

Aproveitava também para perguntar: Para quando a limpeza da Estrada Municipal 1095 Vale da Sancha? Encontra-se num estado lastimável.

Visto que em 2021 é ano de eleições autárquicas, vou repetir a questão que lhe coloquei na Assembleia do dia 6 de junho e a que a Senhora Presidente não me respondeu: Quer assumir nesta Assembleia qual o *timing* como máximo para a entrega da bolsa de materiais às Juntas de Freguesia? Em outubro do próximo ano possivelmente eu já não estarei aqui, é evidente que o material não é dado aos Presidentes de Junta de Freguesia, é às Freguesias, mas faz todo o sentido que seja este Executivo da Junta a utilizar esse material.

Em 26 de outubro de 2018, em reunião com o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* para definir o envelope financeiro e a bolsa de materiais, foi solicitado ao Presidente da Junta de Frechas as obras estruturantes que pretendia que o Executivo realizasse na Freguesia. Eu, como Presidente, mencionei o restauro dos fornos no largo do pelourinho de Frechas, a abertura do Mini GAM, o pontão na ribeira, o parque infantil, o arranjo da praia fluvial e até hoje o Executivo fez “bola”. Gostava que a Senhora Presidente não terminasse este mandato sem ensinar o outro caminho à Junta de Freguesia de Frechas.

Relativamente ao formulário enviado, presumo eu, para todas as Juntas para preenchimento com as despesas do primeiro semestre, tenho a dizer o seguinte: Desde já informo o Executivo que não vou enviar as faturas, estão para consulta na Junta de Freguesia de segunda a sexta das 9 horas às 12h30min. E porquê da colocação de uma rubrica de subsídios extraordinário nesse formulário? Não entendo.

Se a Junta de Freguesia de Frechas solicitou um primeiro subsídio dia 14 de maio de 2020, um valor simbólico de 1.629 €, a Senhora Presidente de imediato respondeu não atribuição do subsídio e fundamenta a sua resposta dizendo que já temos um subsídio mensal e uma bolsa de materiais/equipamentos de 5.000 euros/ano. Com base nesse pressuposto nunca vamos ter subsídios extraordinários, ou esta medida não se enquadra para todas as Juntas de Freguesia?

Deixo um desafio à Senhora Presidente. Na próxima Assembleia traga uma listagem com todos os subsídios extraordinários atribuídos a cada Junta, os respetivos montantes e para que finalidade, relativamente aos anos 2019 e 2020, anos em que esta medida entrou em vigor, isto tudo em nome da transparência.

Ao Senhor Presidente da Assembleia, se me permite, agradeça que solicitasse ao Executivo que cumprisse, assim cada um de nós poderia fazer uma leitura como assim o entendesse.

Pontos de luz. Bem... isto é uma desgraça. Pedidos desde 2018, sem qualquer resposta. Eu entendia que havia de existir mais autonomia junto das Juntas, haver diálogo. Vou dar um exemplo que posso efetivamente provar e era simples de fazer. Se a Freguesia de Frechas precisasse de um investimento de pontos de luz no valor de 3.000,00 €, à Junta, no subsídio mensal, abdicava de 1.000,00 € por mês. Ou seja, durante três meses pagava o investimento. Isto é que seria ser prático e eficaz. Há pessoas que me pediram pontos de luz que infelizmente já faleceram.

A mesma postura podia ter com a aplicação do herbicida. Sei que há Deputados que são contra os herbicidas, mas enquanto for Presidente de Junta terei que o fazer. A Câmara tem aplicadores licenciados para o efeito, as Juntas solicitavam esse aplicador e seria descontado um valor estipulado pelo Município e de acordo com a Junta e seria descontado no valor mensal. Isto é que seria ajudar as Juntas de Freguesia. Vou dar um exemplo real: Em 2019, a Junta fez aplicação com os seus próprios meios e gastou 500,00 €. Este ano adjudicou a uma empresa e gastou 3.000,00 €, ou seja, a Câmara daria à Junta durante o mandato 10.000,00 €, sem depender de qualquer dinheiro. Vejam a diferença. Estou certo que as empresas têm de viver, mas as Juntas não podem morrer.

Polidesportivos, mais uma lacuna deste Executivo. No meu entender e porque é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal a manutenção e conservação dos mesmos, estão num estado de degradação elevadíssimo e nada tem sido feito. Informaram-me que foi feita uma vistoria dia 22 de novembro de 2019 e que apresentavam inconformidades na vedação e na porta de entrada. Isso já nós sabemos, precisamos é de agir, tomar medidas e com carácter de urgência, de forma a evitar um possível acidente.

Vou também falar, mais uma vez - faz agora um ano que falei nesta Assembleia e pedi à Senhora Presidente - relativamente à lixeira junto à nacional 213 ao km 60, onde já foi dado o parecer da GNR e da Senhora Engenheira *Fátima*, funcionária da Câmara Municipal, onde diz que é um atentado para o ambiente e um perigo de incêndio rural. Pergunto: O que a Senhora Presidente durante este ano fez sobre esta matéria?

[Handwritten initials and marks]

Já várias vezes ouvi falar nesta Assembleia sobre regadios, barragens, milhões, mais água para aqui, mais água para além... Temos uma barragem no Cachão, temos uma captação em São Salvador e temos o canal que faz a ligação entre a captação e barragem totalmente destruído que perde água ao longo do seu trajeto, prejudicando todos os terrenos agrícolas a jusante. Em 2018, a Junta de Freguesia de Frechas solicitou um parecer à Proteção Civil e o Técnico fez uma informação, no sentido de fazer um levantamento topográfico, até hoje nada foi feito. Ou seja, com pouco dinheiro podíamos fazer uma grande obra, que vinha servir a vários níveis, desde o regadio, para situações de incêndio, para a caça, enfim, e ninguém tem dado importância a este património que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela e Vila Flor.

Senhora Presidente, um ano depois de ter sido comprado um estudo que custou cerca de 50.000,00 € à CIM-TTM, para o Plano Estratégico do Complexo Agro-Industrial do Cachão, qual foi o resultado desse estudo, se é que já existe?

A Junta de Freguesia de Frechas procede à recolha de monstros a toda a população de forma gratuita e traz ao ecoponto, mas temos vindo a confrontar com algum tipo de material, nomeadamente telhas quando há substituição de coberturas, alguns restos de materiais resultantes de alguma demolição e intervenções que sejam feitas nas moradias e não temos um local onde possamos ir colocar esses materiais. No meu entender, seria conveniente que a Câmara criasse um vazadouro para esse fim e posteriormente a Câmara dar esse tratamento.

Para terminar, já ando aqui desde 2017, com muito gosto, e sempre ouvi falar que iria vir um carro ou uma ambulância, como lhe queiram chamar, que vinha servir as populações, as Freguesias com a população mais envelhecida. Virá para 2021 ano de eleições autárquicas? Se calhar até era conveniente que viesse para medir as tensões arteriais antes dos comícios.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não vou querer falar do passado, mas queria deixar aqui algumas sugestões, eu acho que nunca devemos criticar os colegas, os colegas das Freguesias têm opiniões divergentes das nossas, devemos respeitá-los, devemos saudá-los e não devemos entre nós entrar em certas picardias que não fazem sentido nenhum. Porque cada um foi eleito na sua “quinta”, que é assim como eu gosto de lhe chamar e dentro da sua “quinta” faz aquilo que entende ser o melhor para a sua Freguesia e o melhor que sabe para a sua Freguesia. Acho que devemos respeitar essa independência, porque quando se fala em autonomia, as Juntas têm autonomia de facto também nesta matéria, cada um gere o seu território e cada um gere a sua zona e o bem da sua Freguesia, é o bem da minha Freguesia e eu fico contente com isso e não ficava bem com a minha consciência se não fizesse de alguma forma, esta observação.

O que me traz aqui, era lançar uma ideia à Câmara Municipal para dez medidas que podem ou não ser fundamentais para as Freguesias. Pelo menos falarei pela minha Freguesia e depois se algum colega também entender que assim seja, também deixo à vossa reflexão esta situação. Falava-se aqui nos polidesportivos, é algo que eu tenho vindo a falar há muito tempo e desafio novamente o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* para a celebração dos contratos com as Freguesias, para a cedência definitiva dos polidesportivos. Os polidesportivos foram construídos pela Câmara Municipal em território das Freguesias, no caso da minha Freguesia a Junta pagou uma parte do terreno, a Câmara Municipal pagou a outra parte do terreno, não sei como é que se faziam estes negócios, mas era assim que era feito, mas o polidesportivo se não for a Junta cortar a erva, se não for a Junta a regar as árvores, se não for a Junta a por lá a rede, porque a lei também o que diz é que também é nossa competência gerir e conservar esses espaços, é verdade que a Lei o diz, mas se calhar esses polidesportivos passassem definitivamente para a nossa tutela, nós poderíamos fazer um bocadinho mais por esses espaços e algo muito simples, que é um simples seguro para que as pessoas que vão para lá frequentar, os espaços estejam assegurados.

Nós não podemos fazer isso enquanto os polidesportivos não estiverem na nossa posse, quer por um contrato administrativo, ou por um simples protocolo. Já falei disto aqui uma vez numa Assembleia Municipal, já fiz esta referência ao Senhor Vice-Presidente, porque teve a amabilidade de uma vez me dirigir uma carta, não ele obviamente, os serviços, a ameaçar-me com a ASAE, por um equipamento que estava lá estragado, mas aquilo que eu continuo a dizer é que quem tem de substituir o equipamento é a Câmara Municipal, não é a Junta de Freguesia. Substituirei o equipamento a partir do momento em que o protocolo possa-me dar aquele espaço para eu poder gerir de uma forma consciente.

É um desafio que eu deixo e é uma medida que eu deixava à Senhora Presidente da Câmara que era de extrema importância, porque somos nós, a autarquia de proximidade que pode tomar conta dos polidesportivos.

Em segundo lugar, elaborar um vídeo promocional das Freguesias, não me levem a mal, vi um vídeo da CIM-TTM publicado há pouco tempo, é uma vergonha aquilo que representa o nosso território, é uma vergonha. A Câmara Municipal tem capacidade técnica dentro da Câmara, tem meios dentro da Câmara para fazer um vídeo promocional da nossa região. Nós estamos numa fase difícil de Covid-19, estamos numa fase difícil da saída desta nova realidade onde estamos mergulhados, nada melhor do que promovermos o nosso território, durante três anos nós conhecemos uma imagem, um vídeo que passava aqui nos intervalos do cinema, que foi pura e simplesmente retirado, não conheço outra imagem Senhora Presidente e tem de haver uma imagem que nos venda como território, um vídeo promocional das Freguesias, que albergue todo o concelho de Mirandela.

Em terceiro lugar, a elaboração de uma carta estratégica de turismo do concelho, é inconcebível haver recursos humanos da Câmara Municipal do Turismo, Técnicos Superiores que estão metidos num gabinete, esta gente conhece o território, sabe o que é o território, sabe o melhor que tem o território, é preciso pô-las a trabalhar para o território, a melhor forma que nós temos hoje para promover o nosso território lá fora, é divulgá-lo e isso é feito por gente da casa, que conhece a casa e essas pessoas tem de estar no terreno a trabalhar, para promover o território e o melhor que tem o território.

Não basta falar de alheira, não basta falar do azeite, é preciso dizer às pessoas o melhor que nós temos no território e o melhor que nós temos são as pessoas e temos gente para o fazer que, infelizmente, por opções políticas, por opções profissionais têm estado alocados a outros meios para não poderem dar o melhor de si, em prol desta causa.

Uma quarta medida, fala-se sempre aqui dos pontos de luz, deixava uma recomendação da definição do plafond anual, da mesma forma como nós temos um protocolo em que se vai buscar obviamente um apoio, eu sugeria à Câmara Municipal um valor de 3 mil euros anuais, seja para ampliação de rede, seja para muitas vezes substituir iluminação deficiente que existe nas aldeias.

Handwritten initials and marks:
AB.
7/7

O Senhor Vice-Presidente penso que tem conhecimento disso, que é da sua área, eu já acompanhei a empresa que faz a instalação e que faz as intervenções na localidade, a *Ribeiro & Gonçalves*, muitas vezes vão substituir uma lâmpada que está fundida por uma que não está avariada e muitas vezes o que se verifica é, irem ao posto de transformação e ligarem o disjuntor e se naquele dia a lâmpada por acaso estiver acesa, para ele a avaria está fechada. Só que o problema é que a lâmpada ao fim de estar a trabalhar 15 minutos volta a desligar.

Eu acho que era importante definirmos este plafond porque evitávamos de andar aqui constantemente a ir ao Técnico *Paulo Verdelho* fazer uma proposta, o Técnico *Paulo Verdelho* submete-a na plataforma da EDP e caso a proposta não seja validada, ao fim de 30 dias volta a fechar e o Técnico volta a ter de fazer novamente este trabalho todo. Acho que um plafond anual para as Freguesias, estamos a falar em 90 mil euros por ano para reforçar e melhorar a iluminação pública, estamos a falar na segurança das pessoas, que muitas vezes como eu já expliquei, no nosso caso as pessoas têm de fazer uma Estrada Nacional para vir à localidade cá em baixo, eles não tiveram culpa de construir as casas onde estão, porque a Câmara licenciou as habitações, mas para virem à localidade têm de fazer uma Estrada Nacional que não tem iluminação.

Era de extrema importância ponderarmos esta situação, se pensarmos em três localidades, 3 mil euros, é mil euros por cada localidade, não é um valor tão significativo quanto isso e poderíamos acabar com esta discussão definitivamente relativamente ao problema da iluminação. Obviamente, não resolveríamos a questão da assistência, porque a Câmara também não tem muitas vezes grande responsabilidade nesse sentido.

Outra parte importante, é a criação das unidades locais de Proteção Civil, se houve prova evidente, era que as Freguesias tiveram um trabalho preponderante não só na pandemia, mas também no passado, quando é o projeto “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras” e também na assistência à população. A criação destas unidades dava aos Presidentes de Junta e nomeadamente, às Juntas de Freguesia uma outra capacidade de intervenção no terreno e articulação com as entidades.

Deixava-vos este desafio, porque a criação destas unidades tem de partir por parte da Comissão Municipal de Proteção Civil, mas também por parte da Câmara Municipal de Mirandela, não sei se valerá a pena criar 30, se valerá a pena criar 10, se valerá a pena criar 15, ou se vamos continuar a não ter nenhuma e depois não conseguimos estar no terreno tão perto das pessoas como muitas vezes desejaríamos, com os meios adequados.

Hoje fala-se muito das normas da DGS e no cumprimento das normas, mas eu pergunto é quem é que as fiscaliza? Quem é que as implementa? Quem é que vai à Zona Verde ver a quantidade massiva de pessoas que lá estão, a violar todas as normas e mais algumas? Quem é que vai para a porta dos cafés nas ruas das localidades onde é proibido o consumo de bebidas alcoólicas e sistematicamente se continua a fazer?

Era muito mais reforçado o poder de um Presidente de Junta, com a criação das unidades locais de Proteção Civil, porque nos dava uma autoridade completamente diferente.

Uma outra medida que também lhe quero deixar, falo por mim, a isenção do pagamento da água e as inerentes taxas para as Juntas ou Uniões de Freguesias, nomeadamente, no que tem a ver com a água, todos nós temos contadores de água para bens e equipamentos públicos, não faz sentido uma autarquia local estar a pagar a uma outra autarquia local, um serviço destes, obviamente colocavam um teto de 10 m³ mensais, porque quem gastasse acima disto teria de o pagar.

Se pensarmos no que é que uma Junta tem a este nível, são os contadores dos cemitérios, são os contadores dos parques infantis, é os contadores para um parque intergeracional, os contadores das associações, estamos a falar de uma autarquia local que paga água a outra autarquia local. Isto por ano, podem não acreditar mas estaríamos a falar de cerca de 2 mil euros anuais, era dinheiro que nós não despendíamos em termos de autarquia local, para pagar a uma outra autarquia local que é a Câmara Municipal. Acho que podem ter esta situação em conta.

Deixava-lhe também um outro apelo, delegar nas Juntas de Freguesia a contagem da água, fala-se muito na contagem da água, eu acho que as Juntas podiam fazer-lhe aqui este trabalho, contagem mensal ou bimensal, com uma pequena compensação que poderia passar ou por pagar 10 % do valor da faturação da Freguesia, ou eventualmente as Freguesias não pagarem a água. Acho que era um contributo que nós podíamos dar, não só à Câmara Municipal, mas também um apoio direto aos nossos fregueses.

Outra questão importante, hoje fala-se também muito na proximidade, protocolos de modernização administrativa, para que a maioria das Juntas esteja equipada com mobiliário, *software* e *hardware* para fazer face às novas diretrizes, um valor até 2 mil euros, quantos aqui estão que não têm um computador à altura das novas exigências, um leitor de cartões de cidadão. A Junta hoje pode alterar uma morada no cartão de cidadão sem a pessoa ter de vir à Conservatória, pode renovar um cartão de cidadão sem a pessoa ter de vir à Conservatória, se pensarmos num sem número de serviços que uma Junta de Freguesia hoje está devidamente mandatada para os fazer, este pequeno contributo e mais nesta ausência que se fez sentir nesta fase de confinamento, em que o Balcão Móvel não tem funcionado, tem sido as Freguesias que têm dado resposta a este trabalho aos nossos fregueses.

Acho que a Câmara Municipal pode muito bem comprar 140, ou 180 computadores para dar à população em regime de comodato, como aconteceu agora com as escolas, também pode melhorar os equipamentos que as autarquias locais, nomeadamente as Freguesias têm. Isto para dar resposta às solicitações dos nossos fregueses.

Uma outra medida Senhora Presidente, seria o apoio na formação contínua para os autarcas de Freguesia, por causa da implementação do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas, a ANAFRE tem feito um trabalho excelente neste sentido, mas isto não chega, porque muitos não querem ser associados e outros, muitas vezes só irão dar importância a estas questões, quando um dia o Tribunal de Contas os notificar.

Era importante a autarquia perante os recursos que tem, tem Técnicos lá dentro que dominam esta matéria, pudesse periodicamente fazer aqui formação contínua para os autarcas de Freguesia, não só para os Presidentes, mas também extensiva a todo o Executivo de Freguesia e Presidente da Assembleia de Freguesia. Era de enorme importância as pessoas perceberem as regras a que estamos sujeitos, uma autarquia local, seja uma Junta de Freguesia, seja a Câmara Municipal dentro das suas dimensões têm as mesmas obrigações legais e é muito importante olharmos para isto. Esta formação contínua, com pessoas dentro da Câmara que conhecem a realidade de uma contabilidade autárquica, era de extrema importância.

Um outro ponto que lhe quero deixar também, é a criação de um Gabinete de Apoio às Juntas em articulação com a ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela com três eixos fundamentais, a elaboração de uma candidatura e estudos

Handwritten initials and marks in the top right corner.

económico financeiros aos Quadros Comunitários, há poucos Quadros Comunitários para as Juntas, muito pouco que são especificamente para nós, tirando aquilo que era o juntar do fundo ambiental e algumas coisas que vão surgindo a nível da DGAL, dificilmente há Quadros Comunitários para as Juntas, mas poder ser feita uma elaboração de uma proposta alargada, em que a Câmara tem por obrigação de pilotar este processo. As Juntas não têm muitas vezes capacidade para pedirem três orçamentos para submeterem uma proposta, para desenhar um estudo prévio de um projeto, a Câmara pode, juntamente com a Associação Comercial, criar este Gabinete e apresentar este trabalho ao final do ano em prol das nossas Freguesias.

Outro é a elaboração e acompanhamento de diversas candidaturas ao Turismo de Portugal, por exemplo, ao Programa Valorizar, porque é que não é possível a Câmara Municipal, dentro das sinergias que temos no nosso território, poder articular esta situação, era fundamental e é de extrema importância nós podermos ter acesso a estes Fundos.

Outra nota, a elaboração de candidaturas ao Programa do IEFP, para contratação e bolsa de formação profissional, porque muitas vezes há muitas pessoas que vão à Freguesia e dizem assim: “Chamaram-me para uma formação, mas eu não consigo ir porque não tenho horário, nem tenho transporte” e a Junta de Freguesia submete uma declaração a dizer que não há transporte público compatível com o horário de formação e a pessoa fica em casa, tem que haver mecanismos com o IEFP, porque é Estado e tem de se responsabilizar essa instituição Estado, para que se arranje uma alternativa para estas pessoas e essas pessoas se não for através de um CEI+, dificilmente conseguem prestar outro serviço ou outro tipo de apoio na Freguesia ou na população.

A criação destas bolsas eram imprescindíveis, para que se pudesse dar uma dinâmica nas Freguesias a esta população, que muitas vezes não tem condições para vir para Mirandela para melhorar o seu aspeto profissional e muitas vezes até a sua vida social e profissional.

Em último, deixar-lhe aqui mais duas notas, ouvi a Senhora Presidente há pouco a falar em recursos, a Senhora Presidente herda o que é bom e herda aquilo que é mau e aquilo que se lhe pede é soluções, se as soluções não podem ser dadas a um ano, ou a dois anos, ou a três anos ou a um mandato, também não as devemos prometer, porque muitas vezes também sabemos que prometemos aquilo que não podemos cumprir, porque se calhar às vezes também não temos a expectativa de estarmos cá para nos poderem cobrar aquilo que depois não cumprimos e era importante que olhasse para alguns meios que tem alocados na Câmara Municipal, que são Quadros de excelência, que não estão ao exercício das funções para as quais a Câmara investiu dinheiro na sua formação profissional, investiu dinheiro na sua valorização pessoal e que neste momento não estão a ter qualquer tipo de utilidade.

Falo concretamente do turismo, porque Mirandela precisa de captação de pessoas, precisa de vender o seu território e quando se fala em vender o território, é vendê-lo lá fora para que as pessoas venham ao nosso território e essas pessoas estão mandatadas e capacitadas para o fazer. É preciso é pô-las a trabalhar, não podem estar numa prateleira, ou enfiadas num gabinete a fazer coisas, que muitas vezes não são da sua área de competência, ou da sua área de jurisdição.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Não vou elencar medida a medida tudo aquilo que são as nossas necessidades. Elas estão referenciadas e penso que não nos podemos queixar, que elas vão sendo cumpridas e penso que posso dizer que quando acabar o mandato terei uma Freguesia mais bem composta do que aquela que encontrei.

Queria tecer algumas considerações sobre a forma e a minha experiência como Presidente de Junta que foi para mim uma novidade, a primeira vez é sempre uma novidade, e que me causou algumas surpresas, porque não previa que este cargo, para com todo o prazer e com toda a vontade de fazer algo pela minha terra, o qual aceitei e que efetivamente me colocou desafios que eu não pensava que tivesse que enfrentar. Penso que é um cargo extremamente exigente e em que temos de ter um grande “estofó” para arcar com tudo aquilo que é tarefas a desempenhar e relações sociais que se criam no âmbito de uma Freguesia que não são fáceis de gerir.

Quero começar por agradecer à Câmara Municipal, sabemos que se iniciaram as obras de ligação à rede geral de abastecimento de água da aldeia da Ribeirinha, algo que é muito desejado pelas populações e que vai melhorar a qualidade da água. A Câmara Municipal que nos prometeu efetivamente fazer essa ligação, que é uma obra de um certo vulto, cumpriu com aquilo que tinha prometido e nós só podemos congratular-nos com isso, felicitar a Câmara e agradecer todo o apoio que nos deram nesta causa que é muito importante.

De facto, a complexidade das tarefas e ainda mais das relações humanas com que são confrontados os Presidentes de Junta são um desafio marcante, que creio ser o mais difícil desafio que enfrentei na minha vida ativa, porque é preciso muito “jogo de cintura” para se conseguir cumprir os objetivos, estar motivado para continuar quando, de facto, as coisas não são fáceis. O relacionamento torna-se até mais complexo pelo facto de os fregueses serem gente com quem convivemos de muito perto ao longo de décadas e pelo que qualquer divergência provoca sempre alguma tensão nas relações humanas de um passado comum.

De um modo geral, as ações e as obras que pomos em prática não recolhem, como é normal, a unanimidade de opiniões favoráveis por parte dos nossos fregueses, o que não poucas vezes nos obriga a constituir a nossa própria defesa sem sabermos bem do que nos defendemos. Isto porque, na nossa opinião, aquilo que fizemos foi bem feito, foi o que era necessário fazer-se, mas não é a opinião de todos e às vezes temos que nos defender de posições que não entendemos muito bem e que nós pensando fazer aquilo que estava correto fazer-se, acabamos por nos estar a defender daquilo que fizemos que, em nossa opinião, era correto fazer-se.

Tudo isto são naturalmente ossos de um ofício exigente a que me entreguei, inserido num projeto para o Município de Mirandela, em que acreditei e acredito, liderado pela Dr.ª *Júlia Rodrigues*.

E como pela minha casa vejo a dos outros, nunca vou aceitar sem alertar para a injustiça desta situação, que se desvalorize o trabalho que nomeadamente uma Câmara Municipal faz, que é árduo e sendo um “barco” maior é mais difícil de gerir. A desvalorização do trabalho que se faz é algo que me “mexe com os nervos”, visto que as pessoas empenham nisso muito do seu tempo, muito do seu esforço e depois não veem reconhecido nada disso, nem o tempo, nem o esforço, nem sequer aquilo que de bem fazem.

Na minha opinião, este Executivo da Câmara, presidido pela Dr.ª *Júlia Rodrigues*, tem dado inegavelmente um grande impulso à autonomia financeira das Freguesias, proporcionando-lhes condições para que possam fazer mais e melhor pela sua Freguesia e pelos seus fregueses.

E quem vive o dia-a-dia de uma Junta de Freguesia entende perfeitamente a abismal diferença entre a situação financeira anterior e atual.

Não são fáceis de escalar as montanhas que temos pela frente nós os autarcas deste concelho, deste distrito, desta região. Mas se todos formos tirando do caminho as pedras que dificultam a caminhada, o futuro é nosso.

Senhoras e Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Câmara e respetivos Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, a nossa terra é nossa, quer sejamos governo, quer sejamos Oposição.”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa queria deixar um agradecimento à Câmara Municipal de Mirandela pela ajuda que nos tem dado em resolver vários problemas que têm aparecido na nossa União de Freguesias, o pedido que eu tinha feito em relação às placas da Estrada Municipal 15-4, o levantamento já foi feito, penso que irá ter um final feliz e um obrigado pelo que nos têm ajudado.

Em relação a problemas que eu acho que deveriam ser corrigidos, a bolsa de material de 5 mil euros que foi atribuída às Uniões de Freguesias, que representam três ex-Freguesias, eu acho que é pouco, 5 mil euros para três ex-Freguesias, os 10 % que nós recebemos a mais não nos dá para corrigir a bolsa de materiais, esta é uma das realidades das Uniões de Freguesias, temos fama de receber muito dinheiro, mas se dividirmos as coisas como elas eram, ficamos ainda a perder.

Também queria dar os parabéns à Câmara Municipal de Mirandela pelo que tem feito pelas praias fluviais, acho que é uma mais-valia do nosso concelho, devia ser feito um trabalho para 10 anos, acho que era uma mais-valia que deixávamos para os nossos filhos e que seja feito um levantamento e que esse trabalho tenha continuidade e têm-se feito várias praias fluviais no Rabaçal, no Tuela, mas sendo nós uma União de Freguesias com mais margem de rio Tua, estando no coração do Vale do Tua, nada tem sido feito em relação a isso e pedia que nos ajudassem porque temos zonas que se pode fazer algo mais.

Em relação às obras estruturantes, venho aqui uma vez mais falar da água de Marmelos, acho que é uma obra estruturante do nosso concelho, é uma aldeia que não tem água, eu não pedi uma obra estruturante para todas as aldeias, simplesmente pedi uma obra estruturante para Marmelos e para São Pedro de Vale do Conde.

Em relação à cobertura de internet que já foi falado aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, realmente é uma realidade e ficou bem patente nesta fase de pandemia, houve muita dificuldade para os alunos e até para nós. Nós conseguimos através de uma empresa colocar uma antena em cada sede das antigas Juntas de Freguesia, ajudou a haver melhor sinal, mas penso que se em certos pontos críticos fossem colocadas mais antenas o problema ficava solucionado.

Queria também falar em relação ao Alojamento Local, o Alojamento Local nas nossas Freguesias tem sido uma mais-valia, falo em relação a Barcel, acho que a legislação está a ser alterada e a legislação espero que não seja “tábua rasa” em relação a Lisboa e Porto e que não prejudiquem o Alojamento Local no interior do país, porque nas nossas aldeias acaba por ser uma mais-valia em relação aos produtos regionais que se vendem e em relação às pessoas que nos vêm visitar.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Na qualidade de Presidente de Junta eu venho apenas fazer três referências, a primeira nem vou enunciar visto que vai de encontro ao que foi dito pelo nosso colega Presidente de Junta de São Pedro Velho *Carlos Pires* disse em relação à cobertura da internet, que hoje em dia já é um bem de primeira necessidade, visto que é um instrumento de trabalho quer para nós em termos administrativos, quer para todo o acompanhamento que fazemos nas várias áreas em que estamos envolvidos. Todos nós temos algum receio de iniciar um ano letivo, de termos de continuar a apoiar os nossos alunos da forma como as infraestruturas estão neste momento e por isso é preciso haver um *forcing* muito grande para que esta realidade possa vir a ser contornada rapidamente.

Depois um segundo ponto e será mesmo para que fique registado em Ata visto que já sou autarca em fim de linha e como em fim de linha que estou e prestes a lançar uma candidatura a uma obra, eu queria deixar um apreço a todos os Técnicos da Câmara Municipal, que de facto ao longo destes 12 anos, de forma incansável, nos têm apoiado nos nossos vários projetos nomeadamente, no polidesportivo, na construção da capela mortuária, quer na obra que agora vamos lançar e por isso nós não podemos fazer “tábua rasa” a quem sempre nos ajudou ao longo destes tempos e os Técnicos Superiores são de facto fantásticos e por isso eu quero deixar aqui publicamente um agradecimento a todos os Técnicos e não os vou nomear para não cometer o erro de deixar nenhum de fora.

Para finalizar e porque São Salvador tem um Canil Municipal e porque ainda há tão pouco tempo aconteceu uma desgraça muito grande em outros canis e porque lutei durante 10 anos para chegarmos a ter um Canil que pode ser considerado minimamente decente, eu que não pedi uma obra estruturante para a minha Freguesia, vou deixar o meu repto, não sei se poderá ser feito ainda neste mandato, mas pelo menos que não demora mais 10 anos a ser feito, será um caminho transitável, que possa permitir melhores condições de vida aos animais que lá estão instalados, que possa permitir medidas de adoção, entre outras coisas e por isso é assim, sendo um caminho municipal é importante que esta realidade passe a ser estudada, cabimentada e executada, com o tempo necessário, mas que não deixe de ser referida como importante para a minha gente da Freguesia de São Salvador.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

[Handwritten initials and marks]

Cada um tem a sua forma de estar na vida, cada um tem a sua forma de estar na política, todas elas são inquestionáveis, cada um age da forma que bem entende, eu pessoalmente acho inadmissível estar-se aqui a agradecer seja o que for a alguém, porque fez uma determinada obra pública. Nós estamos na vida política porque queremos, estamos na vida pública porque queremos, estamos na vida pública se queremos e é porque temos vontade de lá estar e de ajudar as pessoas, não admito a ninguém e tenho a felicidade de ter aqui uma minha contrarrânea e será testemunha disso, não admito que fique o meu nome escrito em qualquer obra que eu tenha feito na minha União de Freguesias, mas isto tem uma explicação minha, que é minha, só para dar um exemplo, eu há uns anos atrás calcetei o Largo do Franco, pois eu tive acesso a jornais em que já em meados do século XX essa obra já era pedida, mas com que direito é que vou eu, que fiz a obra passados 60 anos dela ser exigida pela população, que direito tenho eu em estar-me a vangloriar porque fiz uma obra pública no Franco que já era pedida há 60 anos?! Eu não fiz mais que a minha obrigação e ninguém mais faz que a sua obrigação, fazer seja a obra que for, principalmente obras que são exigidas há muito tempo.

Isto vem a propósito de se estar aqui, alguns Presidentes de Junta devem estar felicíssimos, vêm aqui agradecer e depois não se pode criticar os Presidentes de Junta, pois não, é coisa que nunca ninguém me viu fazer, mas é coisa que eu já vi fazer em relação a mim e depois vêm dizer para não se criticar. Mas parece que estão aqui alguns Presidentes de Junta muito contentes, a agradecer à Senhora Presidente da Câmara porque nos dá mensalmente uma determinada quantia em dinheiro, deviam era estar revoltadíssimos, porque só ao fim de muitos anos de autarquias locais é que conseguiram que isso acontecesse, porque andamos 50 anos a pedir, ou a exigir que isso viesse a acontecer e só aconteceu passados 50 anos, mas alguns estão felizes porque passados 50 anos têm um valor que lhes foi atribuído em material, mais, nem sequer nunca foi isso que foi pedido e Mirandela continua em dívida para com o concelho rural, porque todas as 30 Freguesias e as 102 aldeias fazem parte do concelho de Mirandela, mas só fazem parte quando é para ir buscar os votos na altura das eleições, eu estou a referir-me a todos os Executivos que já passaram, ao atual e a outros que virão, só nessa altura é que se lembram que somos muito importantes e nessa altura justifica-se ir lá fazer promessas, entre outras coisas, mas depois passa o tempo e nada é feito.

Agora vou explicar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte Ruivo*, que desafiou na reunião da semana passada com as Juntas de Freguesia, alguém que explicasse o que é uma obra estruturante e eu vou-lhe explicar, da forma que eu entendo ser uma obra estruturante, uma obra estruturante é uma coisa que faz parte da estrutura, a estrutura é a Freguesia neste caso, como é lógico e faz tanto parte da estrutura que se ela não existir a estrutura não funciona, eu vou dar dois ou três exemplos muito concretos sobre a minha Freguesia.

Por exemplo, a entrada da aldeia do Franco está com a calçada da entrada toda destruída, as pessoas têm de descer e subir com os veículos pela mesma faixa, ora, estão sujeitas a ter ali um grande acidente, essa é uma obra estruturante, porque a Freguesia não está a funcionar bem sem a existência dela.

Outra obra estruturante, é o polidesportivo, que eu ando aqui todos os anos, não sei há quantos mandatos, não é culpa deste Executivo, a exigir a construção de um polidesportivo, até fiquei mais satisfeito com o que disse o Senhor Presidente da Junta de Cedães *António Martins*, quando disse que é uma responsabilidade direta da Câmara Municipal, espero bem que aquela parede que lá está, que estou sempre a falar nela, que não caia em cima de alguém, porque se cair a Junta de Freguesia não tem nada a ver com o assunto, uma obra estruturante é a falta do polidesportivo no Franco, porque sem ela parte da Freguesia não funciona, a juventude.

Outro exemplo de obra estruturante, é o saneamento básico, no Franco não existe nos bairros, se não existe nos bairros, parte da Freguesia não funciona, é uma obra estruturante. Para mim estes são alguns exemplos do que é uma obra estruturante.

Temos depois o caso da internet, não sei se sabem, mas está localizada no Franco a central da Altice, que dá para todas as Freguesias daquela zona e aquilo está sempre avariado, ainda na semana passada estive sem telefone na Junta do Franco e sem internet e sem telefone em Vila Boa cerca de dois meses, liguei para lá não fizeram nada, passado uma semana enviei um e-mail a dizer que ia rescindir o contrato, no dia seguinte estavam lá a compor aquilo, mas disse-me um Técnico que é preciso investir naquela central e eles não investem.

Relativamente à limpeza continuamos na mesma, a Estrada Municipal entre o Franco e Vila Boa continua sem ser limpa, já foi focado aqui na Assembleia Municipal, o estradão de Vila Boa a Avidagos continua sem ser limpo, a iluminação pública da igreja, falou-se ainda na passada quinta-feira e foi-me dada uma explicação que eu agora fiquei chateadíssimo com ela, foi dito que seria dado um subsídio para esse fim à Comissão Fabriqueira se eles pedissem um subsídio à Câmara Municipal. Esse subsídio foi pedido no ano passado em novembro e está por fazer.

Relativamente aos nós da autoestrada, continuam apagados e depois fala-se que gastamos muita luz, mas o nó da A4 continua apagado.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, como o assunto que estamos a tratar e esta Sessão diz respeito às Uniões de Freguesias e Freguesias, permita-me que também aqui faça algumas considerações.

Na anterior Sessão que fizemos sobre as Freguesias, eu trouxe aqui as preocupações, que em minha opinião, todos devíamos de ter em relação à desertificação do interior, mais propriamente das nossas Freguesias. Todos nós sabemos que o Poder Central só se preocupa com os grandes centros urbanos e por isso é que nós temos de pensar em desenvolver políticas a nível local que combatam a tendência das pessoas saírem das aldeias.

Como a Senhora Presidente sabe, a União de Freguesias que eu tenho o prazer de presidir, criou neste mandato duas medidas de incentivo, uma de incentivo à natalidade e outra de incentivo à construção.

Como também tem conhecimento, a União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira é a única que ainda consegue ter o Infantário aberto, bem como o 1.º Ciclo, pois felizmente ainda temos crianças suficientes a dar vida a estas duas instituições. Mas achamos nós que os problemas devem ser encarados antes de eles acontecerem e foi nesse sentido que foram criadas estas duas medidas de incentivo, que eu reportei.

Também temos a sorte de ter tido ao longo destes anos excelentes empresários que souberam criar empresas e criar postos de trabalho e com isto conseguiram fazer o mais importante, que foi fixarem os casais jovens nas nossas localidades.

A meu ver, é aqui também que as políticas da Câmara se devem fazer sentir e que ao longo destas décadas nada se fez para premiar quem constrói empresas nas aldeias e cria postos de trabalho, são estas pessoas que devem ser beneficiadas e que a meu ver a Câmara às vezes ainda lhes dificulta mais a vida, do que às empresas que se fixam na cidade. O mesmo acontece com as pessoas que teimam em construir casa nas aldeias, a Câmara tem a obrigação e o dever de incentivar essas pessoas e nada tem feito neste sentido.

Senhora Presidente, está na hora de a Câmara criar também alguns incentivos, para que as pessoas regressem às aldeias e assim poderemos ajudar a combater a desertificação no interior, que todos apregoam, mas que nada fazem.

O Protocolo que foi estabelecido entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, que a meu ver foi uma excelente medida deste Executivo, pode e deve ser melhorado, as verbas que são atribuídas às Juntas devem ser aumentadas, pois está comprovado que as Juntas se tiverem autonomia conseguem fazer mais obra com menos custos e melhor orientação.

Outro assunto que a meu ver não está correto e que já foi aqui abordado por outros colegas, é a bolsa de material, não é justo que uma União de Freguesias com cinco aldeias receba o mesmo montante de material que uma Freguesia que só tem uma aldeia, a menos que me expliquem que estou errado.

Senhora Presidente, gostaria também de lhe fazer algumas perguntas se me permite:

Em primeiro gostaria de saber quais as novidades que já existem quanto à Barragem da Serrinha?

A segunda e porque a Senhora Presidente já há alguns meses me disse que estava a pensar na forma de ajudar a financiar a sanidade animal do concelho, eu pergunto se já tem alguma medida neste sentido? É que eu tenho conhecimento de Câmaras que já há vários anos ajudam os criadores de gado, tanto na sanidade, como na produção leiteira.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, as minhas felicitações ao Executivo por estas Sessões dedicadas às Juntas de Freguesia, penso que está provada a importância que têm.

O assunto que hoje me traz aqui já é recorrente, será a terceira vez que falo nisto nesta Assembleia, quase parece uma obsessão e é! Confesso-me bastante obcecado por esta causa, alguns já terão percebido do que vou falar. Sim, trata-se dos herbicidas na via pública.

Além de tudo que já tive oportunidade de dizer aqui sobre essa matéria e que consta das Atas, acrescento agora que soube há pouco tempo, que o Município de Alfândega da Fé adquiriu uma viatura elétrica equipada com o sistema de monda térmica e o Município de Carrazeda de Ansiães erradicou completamente a aplicação de glifosatos na área do concelho.

Senhores Presidentes de Junta, não tenham dúvidas, os glifosatos são cancerígenos e vão parar aos aquíferos da vossa Freguesia e às fontes, nascentes, ribeiras e furos artesianos e indiretamente, às vossas mesas. Pensem nos vossos filhos e netos.

Fica mais uma vez o apelo, não se deixem seduzir pela tentação de uso desse produto nocivo e não venham com o argumento de que é mais barato e não me venham dizer que a monda térmica não funciona.

Fica o apelo sincero e preocupado com o futuro coletivo.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acabei de fazer uma intervenção a dizer que nós estamos na vida pública porque queremos e que não temos de receber agradecimentos de ninguém e acaba de falar o Senhor Deputado *Agostinho Beça* e isso está mais que escrito, mais que provado e está em Atas e vem fazer aqui um agradecimento público ao Executivo pelo facto de estarmos a ter estas Sessões, quando, eu não quero louros, mas quando estas Sessões estão a ser feitas por iniciativa minha, por uma Proposta que eu fiz e que foi aprovada nesta Assembleia Municipal e não tem nada a ver com as verbas, estas Sessões estão a ser feitas durante este mandato, por uma Proposta minha que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, se quer dar os parabéns a alguém, dêmos a mim e não ao Executivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim Senhor, os parabéns ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, peço até quase desculpa por não o ter mencionado, mas também quero lembrar que apesar da iniciativa ter sido sua, o Executivo podia simplesmente passar isto em claro e nem sequer ter tido isso em consideração.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Este Órgão é autónomo, houve uma determinação aprovada para se fazer anualmente uma Sessão sobre as Juntas e Uniões de Freguesias, ponto final e como é autónoma far-se-ia, nem me passaria pela cabeça que não fosse articulada com o Executivo, que naturalmente estará e estaria sempre aberto a estas situações, mas partindo do princípio que não estaria, faziam-se na mesma estas Sessões. Ponto final sobre o assunto.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente ao assunto que me traz aqui, tem a ver com a Freguesia de Carvalhais, questionar a Senhora Presidente relativamente a duas obras, uma é uma obra estruturante que estava prevista, já no anterior Executivo, que tem a ver com o

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

PAMUS Fase II e Fase III, questionar a Senhora Presidente relativamente à pretensão da realização da obra, nomeadamente entre a Rotunda do Monumento da Linha Férrea em Carvalhais à Emissora, da Emissora às Portas da Cidade e até à rotunda que liga ao Parque de Campismo. É certo e é público que a Senhora Presidente tem a intenção de lançar a obra a concurso público, mas eu também quero alertar a todos e a todos os Presidentes de Junta, que sabem que as suas obras vão ser lançadas a concurso público, não quer dizer que se realizem, uma obra lançada a concurso público, não é uma obra certa, não é uma obra que possa vir a ser feita.

Isto por várias situações que podem acontecer nomeadamente, concursos ficarem desertos, o Município não ter disponibilidade financeira para o fazer na altura que a obra poderá ser lançada, o Visto do Tribunal de Contas poderá não ser aprovado e parece-me a mim que o Município às obras que tem intenção de lançar a concurso público, os valores são relativamente altos de parece-me a mim e só a mim, que a Câmara Municipal não irá ter capacidade financeira para as realizar a todas. Isto é apenas uma opinião minha, vista como um Técnico, mas a Senhora Presidente poder-nos-á explicar melhor esta situação. Parece-me que irá ter de fazer escolhas de algumas obras, o que é difícil para qualquer Executivo, mesmo para nós Presidente de Junta sabemos que não podemos realizar as obras todos, temos que ter algumas prioridades e gostaria de ter um esclarecimento da Câmara Municipal se isso poderá vir a acontecer e se tiver restrições financeiras, irá ter prioridades e que prioridades serão essas? Que obras estruturantes terão prioridade e eu como Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, tendo a anexa de Carvalhais e de Vila Nova das Patas, considero que as duas aldeias estão num perímetro urbano que necessariamente é frequentado por muitas pessoas, nomeadamente, caminhantes que ainda hoje não têm passeios para o fazer, têm de ir no meio da estrada.

Pergunto à Senhora Presidente se será esta uma escolha sua, como prioridade?

Aproveito também para alertar a limpeza da Estrada Municipal 15, nomeadamente entre a Rotunda da Nora e a Escola Agrícola, que hoje vemos ao final do dia muitos caminhantes que vão até Carvalhais fazer as suas caminhadas e que se impedem, pela larga vegetação que têm o passeio, neste momento há pessoas que têm de ir para a estrada para poderem atravessar o caminho, sendo este um local privilegiado pelas pessoas que gostam de caminhar, eu chamava a atenção ao Executivo que tivesse alguma atenção nessa manutenção, eu sei que é complicado acorrer a todos os locais, mas há sítios em que é necessário fazer mais do que uma intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Desejo umas boas-vindas à comunicação social, só lhes peço que sejam verticais e frontais, só pela verdade informem a região. Eu não sei se vocês sabem deste documento que há muito tempo existe, o Nordeste 21, a Senhora Presidente também era Vereadora nessa altura e de certeza que sabe do documento, mas nunca o leu de certeza absoluta e o Nordeste 21 é o primeiro projeto de implementação da Agenda 21 regional em Portugal, assumindo assim um caráter pioneiro e inovador. Teve início em 2006 e teve uma duração de 18 meses, em que participaram várias entidades intermunicipais, Resíduos do Nordeste, Câmaras de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso, entre outras.

O desenrolar do processo foi por uma questão de simplicidade e dividiram o processo do Nordeste 21 em três fases principais, fase de apresentação e sensibilização da comunidade do projeto Nordeste 21, assinatura da carta dos compromissos *Aalborg*, pelas Câmaras Municipais envolvidas no projeto com as Juntas de Freguesia.

Principais factos do Nordeste 21, elaboração participada de diagnóstico e plano de sustentabilidade, implementação e monitorização, revisão de ações da fase I, II e III, sensibilização da comunidade e criação de estruturas participativas, documentos estratégicos para a ação do Nordeste 21 para os Municípios e para as Juntas de Freguesia, é o que diz o documento, com representantes da CCDR-N, Governo, Conselho da Administração da Resíduos do Nordeste, políticos, Técnicos, entre outros, nem vou estar aqui a ler, porque isto é uma retórica pura e o que estamos aqui a fazer é retórica outra vez, mais nada, não passa disso.

Município e grupos de coordenadores intermunicipais, com a função de acompanhar de forma sistemática a implementação nos Municípios e nas Freguesias, assinatura da Carta de *Aalborg* em junho de 2006, a Carta das cidades europeias para a sustentabilidade aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre cidades sustentáveis, que se realizou na Dinamarca, de 24 a 27 de maio de 1994, a assinatura da referida Carta de *Aalborg* representa um compromisso político para o cumprimento dos objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável, a Carta do Nordeste 21 a assinatura foi realizada na Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães em 21 de junho de 2006, no Auditório Centro de Apoio Rural.

As principais normas deste projeto, problemas do concelho, principais investimentos a realizar no concelho, a visão do futuro para o concelho, para as Freguesias, a elaboração de pré diagnósticos municipais e regionais com sustentabilidade, o Nordeste Transmontano 2015 de setembro de 2006, sessão de forte caráter participativo, onde se realizaram grupos de trabalho com o intuito de perspetivar o Nordeste Transmontano, os participantes visualizaram e discutiram um cenário futuro, apresentando estratégias de intervenção, resultados do I e II Fóruns participativos, para esta componente do Seminário foi reservado um espaço de tempo substancial, que permitiu a formulação concreta das suas propostas, destes Seminários resultaram grupos de ação dentro da temática de cada um, com vista a reuniões ... a assistência à terceira idade, oferta desportiva, pobreza, oferta cultural nos concelhos e nas aldeias, incentivos à fixação dos jovens, à habitação, à desertificação, à falta de indústria, abastecimento e qualidade da água, entre muitos que não vale a pena estar aqui a enumerar. Retórica.

Acesso a cuidados de saúde, água, deficientes, investimentos agrícolas, desertificação, políticas de investimento turístico, vieram aqui falar em turismo, estão-se “borrifando” para o turismo, o que é que vocês querem! Deficientes dinâmicas participativas do Plano de Educação, o quê, computadores, estão-se “borrifando” para os computadores, o país está roto!

Documento Estratégico do Plano de Ação do Nordeste 21, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Vimioso, etc, etc.

Alfândega da Fé... Freguesias com qualidade de vida, que sabem potenciar os seus recursos naturais e agir sobre o território em busca do conforto ambiental e do civismo, com gente motivada para a educação, formação seja ela de boa qualidade, inovação, qualificação, que permite gerir e manter atividades económicas que gerem emprego. Acreditamos que a cidade de Mirandela irá

[Handwritten initials and marks]

umentar substancialmente (para baixo), irá conseguir captar pequenas e médias empresas transformadoras (para baixo) e oportunidades de emprego e consequente fixação de mais população, vê-se a população que tem!

Por último digo aqui eu, Senhor Presidente, li o documento com retórica política, que sempre nos levou à persuasão, isto é persuasão, é manipulação e os Partidos Políticos que estão na Assembleia da República, manipulam o nosso povo, os Partidos Políticos que estão na Assembleia da República estão-se “borrifando” para o Nordeste Transmontano. Não me venham cá com estas retóricas políticas, que a mim já não me dizem nada e eu digo ao senhor Presidente que isto que estamos, é a manipulação que leva à lisonja, se isto fosse um critério digno para este Auditório, seria um Auditório de manifestação, é assim que as pessoas de boa-fé e com sinceridade política fazem, mas o que eu vejo aqui, são pessoas que não têm sinceridade política, não têm lealdade política e andam aqui atrás do “papa-formigas”, é o que andam a fazer, mais nada. O “papa-formigas” é a pessoa que comanda este “paraíso encantado” do Nordeste Transmontano, este “paraíso é encantado”, sem ética republicana, sem honestidade, sem lealdade, sem conduta, sem valores, hoje com 46 anos a nação alimenta porcos gordos cevados, isto é um discurso de manifestação, porque estou a dizê-lo para um Auditório.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho estado maravilhado a assistir a esta parte da Assembleia Municipal de hoje, tenho estado maravilhado por ouvir os Senhores Presidentes de Junta a exercerem o seu ónus, a apresentarem aqui as necessidades que têm e o que precisam e devo dizer, que na minha sensibilidade que nunca estive nessas funções, eu penso que os tempos que aí vêm são maus, são exigentes, à medida que vamos tendo mais dinheiro, mais responsabilidades, muita gente perde a guerra na parte administrativa.

E a felicidade que eu senti quando vi que a Câmara Municipal de Mirandela tinha na sua estrutura concebido um Gabinete, uma estrutura, podia ser até quase, oxalá que não, que não seja um muro de lamentações, para os Senhores Presidentes de Junta lá irem descarregar as suas lamentações e que depois não têm seguimento. É evidente que a Câmara Municipal para acompanhar todas as Juntas de Freguesia, os Senhores Vereadores vão ter que dispor de tempo e vai ter que haver alguma ordem e não são os Senhores Vereadores que vão fazer tudo e portanto, vai ter que haver um filtro e esse filtro parece-me bem concebido na estrutura de apoio às Juntas de Freguesia.

Só que, sinceramente, não sei se está a ter um bom caminho, gostava que cada um refletisse se têm acessibilidade aos seus assuntos, se os assuntos têm depois continuidade, se pode transmitir ao Técnico desejado, porque nem todos conhecem a Câmara toda e aqueles que pensam que conhecem, daqui a um ano não conhecem nada porque vêm mais 60 %, portanto, vamos ter que ter algum cuidado.

Deixo apenas a minha preocupação, primeiro o meu louvor pela existência deste serviço, deste Gabinete, rogar a Deus para que ele não se transforme num muro de lamentações, em que a Câmara faz aquilo que já entendia dever fazer, ou que os assuntos sejam filtrados ao ponto de não passar nada, mas também não se pode transformar este gabinete numa espécie de porta de entrada, onde os Senhores Vereadores deixam de ter tempo para fazer seja o que for, porque têm de ter os seus projetos, têm de ter as suas opções e quando se está a preparar o plano, aí é que eu penso que os Senhores Presidentes de Junta devem ter a oportunidade de falarem nos seus projetos de maneira a que eles sejam ou não concebidos nos planos da Câmara Municipal.

Em relação às questões diretas, mais dinheiro, menos dinheiro, mais material, menos material, é evidente que têm de tentar ser equitativos do ponto de vista, atender ao maior número de lugares, ao maior número de caminhos, ao maior número de quilómetros, porque os problemas das Juntas de Freguesia, na minha ótica resumem-se a duas coisas, arranjar caminhos e ter o cemitério limpo, só que os caminhos são muitos, as pessoas já não passam os caminhos e eles se forem arrançados agora, daqui a três meses estão na mesma.

De facto, cuidado Senhores Presidentes de Junta, os problemas administrativos e eu gostava de ver, que o tal apoio da Câmara Municipal também se exercesse em consultas administrativas, consultas jurídicas, questões dos concursos, acompanhamento dos concursos, porque isso são os pontos onde os Senhores Presidentes podem de facto ter dificuldades.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há relativamente pouco tempo, Mirandela como um concelho global onde estão 104 espaços povoados, estava a ler um texto que falava de impostos, de dízimas e de dinheiros relacionados com comendadoria, que levaram a um conflito judicial em que entrava o povo, a igreja e os seus donatários e este conflito foi ganho pela igreja, mas na prática quem o ganhou foi o povo, porque no dia-a-dia continuou a ser tudo como era.

Fiquei muito curioso e fui a esta aldeia ver aquelas pedras e aquelas pessoas que lá estão, conversar com elas e fiquei apaixonado, mais uma aldeia que eu fiquei a conhecer melhor e faço votos de ir às outras todas que me faltam. Estou a falar das Pousadas. As Pousadas têm um património notável e por sorte ainda consegui compreender que numa eira onde havia uma carrasqueira, para tirarem a carrasqueira encontraram pedras tumulares, estamos no caminho de uma nova casa senhorial, entre outras coisas.

Mas o que eu queria dizer é, nas conversas que estive a ouvir, quer São Pedro Velho, quer Cedães, quer Barcel, quer São Salvador, por exemplo, para focar alguns aspetos que falaram, no problema da internet e era aqui que eu queria tocar, porque acho que vivemos num tempo desafiador para a cultura na sua generalidade e na relação com o concelho.

Vivemos tempos que podem ser bons para oferecermos maneiras criativas de partilha e envolvimento das pessoas no património cultural *online*.

Este envolvimento digital é desafiador para a cultura do nosso concelho e para nós todos e nesta época não podemos virar os olhos a isso. Tornar os nossos bens comuns num movimento de património cultural, aliás, adicionar a cada lugar uma imagem ou um texto, como disse aqui o Senhor Presidente da Junta de Cedães *António Martins*, através de vídeos promocionais, como dizia, a relação de ligarmos a cada terra um texto e uma imagem, de promovermos a cultura a partir de casa. Ouvi aqui as Juntas de Freguesia preocupadas com a internet, com o sinal para todas as casas e com o disponibilizar dos seus espaços, são envolver as pessoas com as instituições e com as ferramentas que nós tiramos da nossa vida, do nosso dia-a-dia e das nossas terras. Inspirar o

relacionamento entre o património cultural e digital é um desafio que nós temos e a Câmara Municipal tem condições e bons Técnicos para que este desafio seja implementado.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não era para intervir, mas depois de ouvir o Senhor Deputado *Faustino Cunha* dizer que as Freguesias se resumem à limpeza dos cemitérios e caminhos rurais, isso a mim deixa-me um pouco a desejar. Eu posso-lhe dizer que tenho muitos mais problemas em manter as ruas da aldeia limpas do que os caminhos rurais e se calhar muitos colegas meus compactuam com esta minha ideia.

Eu acho e pela experiência que tenho, gerir uma Freguesia não se resume a isso, não concordo nada com o que disse o Senhor Deputado *Faustino Cunha*.

Senhora Presidente, venho aqui pedir-lhe em meu nome e da minha Freguesia, das Freguesias vizinhas e em prol do benefício das pessoas que vêm ao nosso concelho, que é o seguinte: A nossa estrada, além de ser pequenina, a limpeza das bermas está outra vez uma vergonha, a ver se podem mandar lá o pessoal a limpar aquilo, pelo menos da Freixedinha a São Salvador.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como Presidente de Junta de Suções e depois de ouvir aqui falar dos problemas das Freguesias que serão os problemas do concelho e de ouvir falar de obras estruturantes, eu não percebo muito de obras estruturantes, mas percebo de obras urgentes e necessárias.

Por falar em obras urgentes e necessárias, no início do mandato reuni com o Senhor Adjunto da Senhora Presidente *Agostinho Beça* e lhe falei no depósito da água de Suções. Suções é uma aldeia rica em água, mas temos um depósito muito velho e que nem sequer está vedado, chegamos à conclusão que era um problema de saúde pública, porque até hoje ainda ninguém se lembrou de ir lá e fazer uma “patifaria”, mas continua.

Gostava de fazer uma pergunta sobre o saneamento nos Eixes, tinha também essa como uma obra estruturante, porque as pessoas até se queixam que parte da aldeia paga saneamento, mas que não são servidas pelo saneamento. Este é o meu primeiro mandato e sei que havia problemas de terrenos que não eram vendidos, ou que não eram cedidos, mas entretanto houve um habitante dos Eixes que ofereceu um terreno para ser construída uma Etar, isto ainda no anterior mandato. Eu soube no café dos Eixes, o que também lamento que isso tivesse acontecido, que tinham lá estado Técnicos da Câmara Municipal e que disseram que o terreno era inviável, eu também não percebo de terrenos, garanto que não percebo, mas que era inviável lá a construção, mas eu também não sei se isso realmente é verdade, gostava de saber se é ou não verdade.

Havia uma outra obra da água dos Eivados e que neste momento está resolvida, tem um furo e está resolvida, já se deixa de pagar tanto dinheiro e de andarmos muitas vezes preocupados a ver se os bombeiros iam ou não levar lá água, neste momento os Eivados têm o problema da água resolvido.

O saneamento dos Eixes continua por resolver e o depósito da água de Suções, pomos as mãos para o céu e rezamos para que não haja nenhum doido que se lembre de ir lá e por a população em perigo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Quero fazer a avaliação de algumas perguntas, naturalmente que no fim a Senhora Presidente da Câmara irá fazer a sua avaliação e dar algumas respostas, mas dentro daquilo que eu ouvi hoje, coisas extremamente importantes, uma delas, é que nós estamos aqui porque queremos, é verdade, Assembleia, Presidentes de Junta, Câmara, se calhar todos com um forte sentido de altruísmo, porque não acredito que quem está na Assembleia Municipal venha por uma senha, quem está na Junta venha pelo valor que lhe cai na conta ao fim do mês, nem inclusivamente os Membros da Câmara Municipal pelo seu vencimento, que perderam noutro posto de trabalho. Estamos aqui porque queremos, sujeitos a determinadas coisas e nesse sentido temos de encarar isto com uma filosofia aberta.

Sobre estas Sessões das Juntas de Freguesia, já é a terceira Sessão que nós fazemos, por iniciativa da Assembleia Municipal e tenho que vos dizer que estou satisfeito com o que ouvi dos Senhores Presidentes de Junta, mas que esperava mais, esperava muito mais decorridos estes três anos. Fiquei com a sensação que é um pouco como a história da cenoura, não há dúvida que a meu ver, e tenho esse direito de me pronunciar, este Executivo ofereceu um pouco mais às Juntas do que aquilo que tem sido oferecido ao longo de muitos anos, mas penso que não é o suficiente para muitas freguesias se sentirem satisfeitas.

Eu faço a seguinte pergunta: A Torre de Dona Chama não fez intervenção, está satisfeita? É que eu vejo e recebo imensas queixas sobre a água. A Fradizela e também a Torre de Dona Chama, estão satisfeitas pelo Prémio *Nuno Nozelos* estar parado, passados estes meses todos? O Cobro, está satisfeito com a falta de acesso para a aldeia? A Freguesia de Múrias está satisfeita com a falta de acesso? Inclusivamente Mirandela porque, vamos lá ver, as Juntas englobam 100 % da população mirandelense, embora Mirandela tenha 50 % dessa população, em termos de área geográfica, as outras Freguesias têm 90 %. Nos caminhos rurais, está tudo bem?

Eu esperava muito mais, se calhar a Câmara Municipal não terá resposta para tudo isso, mas eu não posso deixar de tecer algumas considerações sobre aquilo que se gasta hoje em termos orçamentais com as Freguesias e aquilo que se gasta com as coletividades, com as festividades, com as associações, que é muito, muito mais.

Eu não quero com isto dizer que não é importante, é preciso apoiar as atividades recreativas, as atividades culturais, mas as Juntas estão satisfeitas com a ação do Clube Náutico, que passados três anos ainda não têm inscrições abertas para associados? Estão satisfeitas com os parques infantis que estão praticamente fechados e sem controlo?

Como vos digo, muito sinceramente, estou satisfeito porque isto tem algum conteúdo, mas parece-me insuficiente. Haveria necessariamente que ir mais longe, como ainda há dias li, na comunicação social, no *site* do Município, que foi e ainda bem, feito um Protocolo com a Câmara Municipal de Valpaços, no valor de 250 mil euros, para os Caminhos de Santiago, isto é subsidiado

em 85 % pela Comunidade Europeia. Para as Freguesias também podia haver Programas de Desenvolvimento..., também culpa dos Presidentes de Junta que se calhar não põem a máquina a funcionar, para que estes Programas avancem.

Meus Senhores, estamos aqui porque queremos, mas já que queremos estar cá, não devemos ficar calados. Aproveitem estas oportunidades, aproveitem estas Sessões específicas para vós, para reivindicar, para conseguir respostas do Executivo e naturalmente que o Executivo e estou consciente disso, irá dar as melhores respostas, mas se não houver questões, se não houver reivindicações, aí não vão conseguir chegar a lado nenhum com certeza.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Intimidaram-me logo pela manhã e até estou com dificuldades de subir ao púlpito, mas deixem-me dizer-vos uma coisa, Senhor Presidente, eu acho que um dia vamos fundar um Partido os dois. Eu tive o cuidado de lhe dizer que não ia intervir à tarde, porque me sentia representado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vitor Correia*, que é o meu Presidente de Junta e se para o Presidente de Junta de Mirandela está tudo bem, eu vou dizer o quê? Quanto mais não seja, este *slogan* maior, que era “Mirandela Cidade Jardim”, ou o “Oásis de Trás-os-Montes”, ele deve estar esgotado no seu pleno, porque de facto Mirandela não precisa de nada, está muito bem e se o Senhor Presidente de Junta está bem, eu confesso que neste período e nesta Assembleia teria muita dificuldade em falar.

Mas também deixe-me dizer-lhe uma coisa, uma Câmara Municipal que aumenta significativamente o número de horas extra, aumenta significativamente as avenças e aumenta significativamente as despesas com pessoal, pergunto eu, mas está a dar resultado? É que aquelas queixas que eu fiz, quando foi da Prestação de Contas, que a Câmara, exorbitantemente está a gastar dinheiro com estas rúbricas, se as políticas e a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos é efetiva, isto deixam de ser despesas, porque passaram a ser investimentos.

Aquela crítica que eu fiz a respeito destas rúbricas de pessoal, avenças e horas extra, que está a ser gasto dinheiro de forma significativa, se fossem traduzidas em políticas de bem-estar a favor da população, a minha crítica cai por terra. Agora pergunto é se de facto esses benefícios estão a acontecer? É que se não estão, todas estas três rúbricas têm crítica significativa em relação ao Executivo, porque têm a ver com a personalidade e tem a ver com a eficiência do Executivo.

Senhor Presidente e vou-lhe dizer também, acabou por tocar um pouco nesse assunto, este Protocolo é conquista dos Senhores Deputados, por proposta do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, foram vocês, que através do voto, votaram um Protocolo que a Senhora Presidente da Câmara que remédio tem se não assinar e ele certamente poderá acabar um dia, por conta também, de uma votação que possa aqui acontecer, porque não querem mais esse Protocolo, ou sob pena de ele ser ineficiente, de já não estar a contribuir para o benefício das nossas populações.

Até fica bem, eu não me importo nada que venha o Senhor Presidente da Junta de Mirandela e da Fradizela, elogiar a Senhora Presidente da Câmara, eu acho que ela já não precisa, tem palcos suficientes, porque se não tem inventa-os, para ser glorificada nesses dias, já não precisa mais.

Antonio Lobo Antunes, perguntavam-lhe uma vez no Brasil, porque é que um escritor tão famoso e cada vez que era elogiado tinha uma plateia tão grande, muito maior do que esta, porque é que não se emocionava com aquelas palmas todas e ele dizia, sabe que nós somos três irmãos e em casa dos meus pais havia uma varanda, quando eram pequenos, havia um que subia as escadas, ia para a varanda e os outros dois batiam palmas!

Quer dizer, nós usamos isto da forma que usamos, mas não precisamos desta Assembleia Municipal, porque todos nós percebemos como é que este Protocolo foi votado, foi votado porque a Senhora Presidente em 2018, no seu primeiro ano de mandato, gastou apenas com as Juntas de Freguesia 125 mil euros, vocês lembram-se? Nunca mais me esqueci desse número, 125 mil euros. De forma inconformada o Senhor Presidente da União de Freguesias do Franco e Vila Boa, começou a lançar aqui uma Proposta a favor das Juntas de Freguesia em meio rural e a democracia funcionou.

Eu sei que alguns “cheques” que a Senhora Presidente passa, sabe que aquilo não vai surtir efeito nenhum a favor das populações, mas tem que os passar necessariamente, porque vocês “ameaçaram” a Senhora Presidente da Câmara, de que se não alterasse de forma significativa as verbas para as Juntas de Freguesia, não lhe aprovavam o Orçamento de 2019. Isto é que são factos!

Nós também fizemos igual, quando estavam os nossos anteriores Presidente de Câmara, nós também vínhamos aqui elogiá-los de certa forma, o problema era só o excesso, sob pena de ficarmos como “puxa sacos”, o problema era só esse, às vezes elogiávamos muito, estávamos a “puxar demasiado o saco”, se elogiávamos pouco, sob pena de não queremos fazer aquilo que queríamos, na medida certa, isto é uma conquista desta Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Assembleia, como figura maior e com a responsabilidade que tem porque está eleito para o cargo que está, dou-lhe os meus parabéns por ter sido neste mandato e sobre a sua presidência, que esta Assembleia Municipal conquistou o que conquistou a favor das Juntas de Freguesia, face ao Executivo em exercício.

Basicamente é isto que eu tinha para dizer e viva o poder local e nós estamos cá, na medida do possível, sempre para regatear aquilo que é justo. Mirandela só será uma cidade e um concelho maior, se for equacionada de forma global, não adianta termos um Executivo forte, uma Presidente de Câmara regionalista, com um forte poder regionalista, se porventura no Hospital, aqueles que lá necessitam de ir passar horas numa Urgência.

Não adianta ter um Executivo forte, se porventura numa Junta de Freguesia não têm água potável, que me interessa a mim ter uma Câmara Municipal muito forte também no contexto regional e nacional, a Senhora Presidente da Câmara com forte implantação política junto do Governo Central, se porventura a sua Câmara Municipal não consegue tratar um idoso ou uma criança de forma condigna, em pleno século XXI.

Temos de pensar o concelho de forma global, de forma integrada e que todos contribuam para um bem comum, sob pena de sermos egoístas, nós os da cidade, ou vice-versa e sob pena daqueles que estão em meio rural, de maneira nenhuma sentirem a importância que têm as entidades públicas e tudo aquilo que são impostos públicos, porque a todos pertencem.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

[Handwritten initials and marks]

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não tinha intenção de fazer uma intervenção neste Ponto, porque estava mais no papel de escutar as preocupações dos Presidentes de Junta, todas elas com a razão que lhes é devida, mas não resisti e quero falar aqui de três ou quatro pontos que me parecem bastante importantes, pelo menos para reforçar as vossas preocupações.

Ouvindo aqui os Senhores Presidentes de Junta, não ficamos indiferentes, ouvimos isto todos os anos e ouvimos isto todos os anos, porque são os problemas que têm a ver com a limpeza dos caminhos, a requalificação de algumas estradas que ligam algumas aldeias, a questão dos pontos de luz e obviamente que estas questões estão inerentes à capacidade que uma autarquia tem para resolver estes problemas e aqui não podemos dissociar o problema que esta Câmara Municipal tem, como teve nos anos transatos, obviamente que não passa na cabeça de ninguém que agora esteja tudo muito bem e que há dez ou vinte anos atrás continuava tudo bem, não.

O problema já vem exatamente dos anos antes deste Executivo e parafraseando e fazendo só aqui um reparo ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, só para lhe dizer que esta conquista, a conquista de que a atribuição de um orçamento para as Juntas de Freguesia, se fosse assim tão fácil, quando vocês foram poder absoluto nesta terra, podiam-no ter feito a brincar! Sem qualquer tipo de celeuma, não foram capazes de o fazer. Houve alguma incapacidade, tínhamos de aceitar isso, houve alguma incapacidade! Houve também, provavelmente alguma falta de visão estratégica!

E aqui é que se põe a questão da visão estratégica que nós queremos, para que as nossas Freguesias e o nosso concelho tenham um desenvolvimento plural equilibrado e que satisfaça os desejos e os anseios das populações e há aqui dois pontos que temos de aprender com a questão da Covid-19, ou seja, continuamos a ter os mesmos problemas do desenvolvimento do nosso concelho, exatamente por aqueles pontos que eu enumerei, o problema nos caminhos, a limpeza das estradas, dos passeios, entre outros, não estou a dizer que são coisas menores, são coisas tão importantes como as outras, mas ficou patente aqui com esta situação da pandemia, que foi a questão, não sei se foi o Senhor Presidente da Junta de São Pedro Velho que falou *Carlos Pires*, não ouvi outro Presidente de Junta falar sobre isso, provavelmente não devem ter esse problema, que foi sobre a cobertura da rede de internet nas nossas aldeias.

Ficou outro ponto importante para falar e era importante ter sido dito, que não é só a cobertura da rede de internet, mas também a cobertura da rede móvel, porque provavelmente há muitos agricultores que vão para o terreno e nós tivemos casos infelizmente, com acidentes de máquinas agrícolas e que provavelmente onde eles estão não têm rede móvel para conseguir telefonar a um familiar para o irem ajudar.

Esta é uma crítica que eu faço, obviamente não a faço à Câmara Municipal, faço-a aquilo que tem sido o Estado e a submissão do Estado, aos interesses das multinacionais que fazem o domínio naquilo que é a disponibilidade para a ocupação do espaço que é público da rede móvel e da cobertura. Esta é uma luta que o PCP tem tido ao longo destes anos, aliás, quando se começou a tirar às populações a questão do telefone público nas Juntas de Freguesia, ou seja, a má cobertura que foi sempre má no nosso concelho e muito má no nosso distrito, porque este problema não se passa só em Mirandela, passa-se em muitos outros concelhos. E essa crítica tem de ser feita, obviamente fazemos ao Município de Mirandela, como fazemos aos outros pela sua ineficaz capacidade de reivindicação junto dessas operadoras e nós estamos do lado dessa reivindicação.

Mas também ficou patente aqui nesta fase da Covid-19, a questão e também não ouvi nenhuma preocupação dos Senhores Presidentes de Junta sobre essa questão, que é a mobilidade, não ouvi, ou seja, vejo a preocupação dos Senhores Presidentes de Junta em frisar que é o seu carro próprio que está ao serviço da população, mas o que era importante aqui era que os Senhores Presidentes de Junta todos tivessem um ponto em comum e estivessem todos de acordo, que era fazer pressão sobre o Poder político para que houvesse uma rede de mobilidade no concelho, que servisse as populações e deixássemos de olhar para o nosso “umbigo” e olhássemos para um todo, porque só por um todo é que conseguimos lá chegar.

A crítica que faço aqui, faço-a também ao Estado Português e os Senhores podem não saber, mas ao longo destes 45 anos de democracia, salvo a partir dos 30, foi sonogado ao poder local, foi roubado ao poder local, ou seja, às autarquias já vamos quase em 2 mil milhões de euros, aquilo que deviam ser as transferências do Orçamento de Estado para os Orçamentos das autarquias e aqui começa o problema e quando não há dinheiro, nós sabemos que “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, esta é que é a grande questão, foram sonogados cerca de 2,5 mil milhões de euros, que é retirado às autarquias e por sua vez as autarquias vão retirar às Juntas de Freguesia. Isto é uma bola de neve.

É aqui que temos de ter outra perceção e outra visão estratégica, penso eu e o meu Partido também, que tem a ver com aquilo que é a independência do poder local e a independência do poder local, cada vez mais vai ficar dependente daquilo que foi negociado entre os dois maiores Partidos, PSD e PS, que foi a transferência de competências e nós estamos cá e vamos estar cá para ver o que é que isto vai dar. Da mesma maneira vamos cá estar, quando esta Câmara Municipal, este Executivo, passar para as Juntas de Freguesia transferências de competências e estaremos cá para discutir o que é que vai acontecer às Juntas de Freguesia.

O Senhor Deputado *Faustino Cunha* falou da questão da contabilidade e da questão administrativa, é um ponto muito sério e acho que vocês, Presidentes de Junta deviam ter essa preocupação e forçar este Executivo a dar-vos apoio nessa área, porque muitos de vocês, provavelmente, irão ficar excluídos de alguns apoios, por causa dessa questão da contabilidade. É importante que vocês retenham isto.

E agora, não posso deixar de dizer outra coisa e aqui faço concretamente uma crítica a este Executivo, porque tenho de o fazer, estas questões da limpeza dos terrenos, dos passeios, dos caminhos, era muito fácil de resolver se houvesse vontade política deste Município para o fazer, era dotar esta Câmara Municipal com mais quadros humanos, com mais equipamentos, exatamente para prestarem esses serviços às populações e às Juntas de Freguesia, tão fácil. Não se faz porquê? Não sei, a Senhora Presidente é capaz de nos dar uma resposta sobre isso.

Repetindo aquilo que disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é verdade, uma Câmara Municipal que se dá ao luxo de gastar quase 150 mil euros por ano em horas extraordinárias, provavelmente é porque esta capacidade que devia ser feita, não a faz e é pena e assim, provavelmente conseguiremos reduzir em muito, a dependência que as Juntas de Freguesia têm nesta discussão que estamos aqui a ter sobre a limpeza dos passeios e dos caminhos, a Câmara devia estar dotada de mais pessoal, que possa fazer intervenções nessas áreas, como também de equipamentos, não estar sujeita à submissão dos alugueres de máquinas ao preço exorbitante que sabemos que se pagam muitas vezes.

E com isto deixava aqui só outro ponto, só há um caminho para isto e para nós sairmos desta situação que todos os anos discutimos porque queremos mais dinheiro para os resolver, enquanto os Senhores não perceberem que isto só se resolve com a regionalização, vamos estar aqui todos os anos a bater na mesma tecla.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cumprimento todos os presentes, interessados em questões de natureza política e políticas públicas, o debate das Juntas de Freguesia é um debate fundamental.

Vou tentar responder às questões, que são muitas e muito bem formuladas na sua grande maioria, obviamente, todas elas são muito importantes para que possamos também dar nota daquilo que é a atuação do Executivo nesta realidade e na coesão territorial que queremos promover no nosso concelho. Julgamos que é fundamental que as Juntas de Freguesia e União de Freguesia, para além da autonomia financeira, tenham também autonomia de decisão perante verbas que são transferidas pelo Estado. Para 2020 o Estado transfere para as Juntas de Freguesia 1.170.356 €, ao abrigo da Lei n.º 73/2013, 217.650 € e o Município transfere este ano 1.011.168,75 € + 150 mil euros o que perfaz um valor total de 1.161.168,75 €.

O valor mensal atribuído é 84.264 €, sendo obviamente segundo os critérios que foram definidos aquando da assinatura dos protocolos.

Estamos a dizer que a Câmara Municipal, neste momento, está a fazer transferências no valor igual ao do Estado, enquanto que em 2019 o valor foi inferior, porque houve neste momento a atualização dos valores do FEF e aquilo que corresponde a cada Junta de Freguesia.

Houve um Presidente de Junta que há alguns meses me dizia que se houve outro caminho, foi outro caminho para as Juntas de Freguesia. Dizer-vos que não se trata de quem conquistou esta liberdade e esta autonomia para as Juntas de Freguesia, interessa quando e como é que foi feito e como é que são os dinheiros aplicados em cada Junta de Freguesia, ou seja, para que as prioridades satisfaçam as necessidades dos vossos fregueses, nossos municípios. Portanto, tudo o que diz respeito à monitorização, é feito de acordo com aquilo que está acordado a nível de protocolo.

No que diz respeito a estes protocolos, foi decidido no Executivo em permanência, mas quem teve a visão de fazer estes protocolos foi realmente o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*. Apesar destas Sessões de Assembleia Municipal serem de facto uma conquista da Assembleia Municipal, com a qual partilhamos esta dedicação às Juntas de Freguesia, a verdade é que todos os protocolos foram negociados um a um e chegou-se a critérios definidos de acordo com a participação de todos.

Foi trabalho que foi feito pelo Executivo, não foi uma conquista da Assembleia Municipal, apesar da Assembleia Municipal ser constituída por todos os Presidentes de Junta de Freguesia e ter dado a este Executivo autonomia para executar esta mudança de paradigma que aconteceu no concelho de Mirandela e que, ao que sei, não existe ainda, julgo que há intenção de outros concelhos fazerem estes protocolos e até transferência de competências, mas até agora fomos os primeiros a implementar estes protocolos, segundo sei, aqui na área da CIM-TTM.

Não se tratou obviamente de uma negociação para aprovar Orçamentos Municipais, acho que isso é desvalorizar o papel de cada um de nós, Executivo e também Presidentes de Junta de Freguesia e os Deputados Municipais, porque cada um tem a sua liberdade de pensar e de decidir como quer. As negociações não são feitas a esse nível e, portanto, é bom que tenham presente que cada um de nós é responsável por aquilo que decide e não há negociações paralelas como existe muitas vezes em outras situações e que são lamentáveis.

Passando agora para o período de resposta direta às questões, que são muitas, vou tentar ser o mais sucinta possível, mas perdoem-me se ultrapassar o tempo definido.

Há uma questão que é global para todos que é a importância do acesso à internet no mundo rural. Foi uma questão levantada logo na primeira intervenção pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, sendo uma das preocupações que a CIM teve já há algum tempo, porque os Presidentes de Câmara todos falamos nesta questão e tivemos uma reunião com a ANACOM, no sentido de lhes solicitar não só a cobertura da rede móvel, que é outra das preocupações, temos pelo menos duas aldeias que não têm qualquer rede, houve um contacto direto com as operadoras e já sabemos que as operadoras são empresas privadas, portanto, não sendo rentável, só com o apoio do Estado é que fazem essa localização.

Aquilo que posso dizer é que a ANACOM prometeu fazer uma intervenção junto das operadoras para que fosse acessível em todas as aldeias na nossa área da CIM colocar rede móvel e também rede internet. No entanto, esta é uma preocupação nacional, não é só aqui da área da CIM, mas é a nível do País.

Nesta última reunião que tivemos com a Ministra da Coesão e no âmbito de uma medida do Governo da transição digital, vai haver um forte investimento nas coberturas de rede, no reforço da cobertura de rede em todo o País e Ilhas para que todos tenhamos acesso à internet e à cobertura de rede móvel.

Não sei dizer exatamente quais são os passos que vão ser, sei que vai haver um grande investimento para que o Estado também possa participar este acesso à internet que ficou ainda mais visível aquando da pandemia.

Em relação aos computadores e aos *routers* que foram distribuídos, 220 computadores e *routers*, para que os jovens e as crianças das vossas Freguesias pudessem aprender e ter os conteúdos digitais, julgamos que esta transição digital e o Ministério da Coesão Territorial têm um papel fundamental para resolver o problema que o Município só por si não consegue promover, nem a Comunidade Intermunicipal. Esta é uma prioridade que tem de ser do Governo, porque só eles conseguem que haja um investimento forte na cobertura de rede a nível nacional.

Estou em crer que isto poderá ser um processo faseado, mas um processo que tem de ser iniciado obrigatoriamente e o mais rapidamente possível, porque ter um Ministério da Coesão que não se preocupe com estes problemas da coesão não faria sentido. Portanto, é um passo que julgo ser fundamental para que as nossas aldeias tenham acesso à internet.

Vamos aguardar. Qualquer notícia sobre isto vai ser certamente divulgada. Esta nova transição digital é uma aposta do Ministério da Coesão Territorial.

[Handwritten initials and marks]

Relativamente à estrada de Vilar de Ouro a São Pedro Velho, tem toda a razão, há um compromisso em fazer a pavimentação desta estrada, não só a pavimentação como a sinalética horizontal e vertical, dizer-lhe que já foi feito o levantamento topográfico e falta agora fazer o projeto. Sem projetos não há obra. Projeto, concurso, dependendo do valor, e execução são as três fases desta execução de projetos. Infelizmente havia muitas estradas que não tinham nem o levantamento topográfico, nem o projeto para a obra se executar.

Há um compromisso com os serviços dos serviços técnicos fazerem este projeto, vamos aguardar. Julgo que é o terceiro mandato do Senhor Presidente na Junta de Freguesia, repare que está cá há 12 anos, eu estou cá há três e estou a tentar fazer uma promessa que já vem de há 12 anos, a tentar cumprir uma promessa que provavelmente terá com os seus fregueses há 12 anos ou pelo menos cumprindo aquilo que diz ser uma necessidade para a Freguesia. Julgo que também terá que compreender que não é possível fazer tudo de imediato, é possível fazer e fazer com aquilo que temos ao nosso dispor que são uma capacidade limitada dos técnicos.

Em relação à iluminação pública, temos investido bastante em iluminação pública, não só em novos ramais, novos postos de luz, vocês sabem que não é de agora, mas as Freguesias neste momento estão com postos novos, mas também chegar às necessidades de todos é difícil e tem sido feito com algum critério e algum rigor. Tem corrido melhor em algumas Juntas de Freguesia, sei que a EDP vai de imediato executar a iluminação pública, em outros tem corrido pior, mas estamos a fazer um esforço, porque alguns ramais são muito caros, porque implicam levar a ligação elétrica. Nesse caso terão de ser bem avaliadas as prioridades para dar prioridade àquilo que é efetivamente prioritário e nós temos que pensar, como perceberão, a nível de concelho. Todas as Juntas são importantes, mas em cada aldeia há necessidades maiores que noutras e prioridades, sendo que essa avaliação tem que ser feita e tem que ser de forma rigorosa.

Acho que era importante nós também enviarmos todos os investimentos que já foram feitos a nível de iluminação pública, que já foi muita. Dois projetos de transformação de iluminação pública em LED do norte do concelho e agora na cidade, o que, segundo a Prestação de Contas, nos levou a poupar alguns milhares de euros pelo pagamento que fazemos à EDP.

Quanto aos transportes públicos, de facto comprometi-me a enviar tudo aquilo que é a intenção da Comunidade Intermunicipal para os transportes interfreguesias. Era um projeto que estaria implementado agora no segundo trimestre de 2020. Comprometo-me a enviar para vocês aquilo que ficou desenhado e a informar a fase de implementação, uma vez que, como sabem, a maior parte dos trajetos não são rentáveis. Portanto, tem que haver um apoio do Estado para as operadoras manterem estes transportes. Temos o transporte público normal e o transporte a pedido.

Já é muito difícil muitas vezes as operadoras privadas fazerem transportes interconcelhos e tem que se definir muito bem quais são as compensações e a Câmara Municipal e agora a CIM-TTM dá participações para fazerem também os transportes escolares. Não havendo transporte escolar, piora a mobilidade em todo o concelho que foi o que aconteceu nos últimos meses.

Este é um problema que temos, porque não temos número de pessoas suficientes que seja num formato utilizador-pagador, ou seja, tudo o que pagam não compensa o custo que tem aquele transporte. As operadoras não querem ter prejuízo, portanto, terá que ser o Estado a assumir parte desse encargo.

Em relação ao Projeto Praia Fluvial - Passadiços, jugo que é um projeto muito interessante, aliás, a Ponte Romana é de elevado valor e temos que valorizar o património. É um projeto que certamente terá que ser feito e todos aqueles projetos que pudermos fazer para que a Câmara Municipal fique dotada destas intenções, começa tudo com a ideia, depois é o projeto, depois é a cabimentação, o concurso público e depois a execução. Contudo, sem projeto não conseguimos ultrapassar esta barreira de executarmos obra.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vitor Correia*, agradecer a participação nesta Assembleia Municipal. Dizer-lhe que também tenho um grande apreço pelo trabalho da Proteção Civil, aliás, somos sempre referenciados com orgulho. A nossa Proteção Civil Municipal é referenciada com orgulho na Proteção Civil Distrital, dizendo que fazemos um grande trabalho dentro das limitações que temos, mas temos feito um grande trabalho.

Este ano, a limpeza dos caminhos e das bermas das estradas ficou muito prejudicada por causa da COVID-19, temos feito o norte do concelho, mas com as duas equipas que temos, no ano passado ainda recorremos a uma empresa externa, mas o trabalho não ficou bem feito e ainda nos deu mais trabalho estar depois a compor. Temos feito tudo para que possamos trabalhar mais e melhor nas bermas das estradas, temos muitos quilómetros de estradas municipais, o que por vezes torna difícil cumprir os nossos objetivos.

Em relação às obras na sede da Junta de Freguesia de Mirandela, não conheço o projeto de intervenção.

O saneamento da Bronceda é um projeto que já está concluído e será aberto concurso. Existe na Bronceda uma Casa de Turismo e há muitos anos que reclamam esta situação.

Das transferências de competências que o Senhor Presidente da Junta falou, que não houve oportunidade de negociação, é verdade. É verdade que não houve oportunidade de negociação, mas essa é a informação que já enviamos para a DGAL, julgo até que já foi ofício de informação à Direção Geral das Autarquias Locais.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, em relação à estrada municipal 1095 julgo que já está contratada a sua sinalização, pelo menos a sinalização horizontal, porque também era um objetivo da Junta de Freguesia, portanto, isso também era um compromisso assumido. Ainda não foi feito o projeto da ligação.

Quanto à limpeza da estrada municipal, julgo que deveria ser de forma urgente, vamos ver como é que as equipas da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais conseguem chegar a todo o lado.

No que diz respeito às situações das obras estruturantes e falando no restauro dos fornos, ainda ontem questionei os serviços de arquitetura, no sentido de sabermos a situação a nível da Direção Geral da Cultura.

Relativamente ao arranjo da Praia Fluvial, julgo que a Junta de Freguesia terá feito um excelente trabalho a esse nível, pelo qual também o felicito.

Quanto ao envio das faturas, julgo que estão presentes naquela informação que foi enviada.

Em relação aos subsídios extraordinários de 2019 e 2020, obviamente que estão publicados nas Atas da Câmara Municipal, têm sido aprovados por todo o Executivo. Portanto, é fácil chegar a essas contas. Certamente haverá outros apoios extraordinários,

[Handwritten initials and marks]

outros apoios extraordinários também para a Junta de Freguesia de Frechas, sempre que cumpra esses critérios e sempre que possamos ter obras estruturantes nas aldeias da Junta de Freguesia de Frechas.

No que concerne ao herbicida, existem regulamentos que nos impedem a utilização do glifosato, mas é uma situação em que a responsabilidade será sempre de quem faz a aplicação. Sei que vocês são responsáveis e fazem o cumprimento destas regulamentações, muitas vezes são de âmbito comunitário e que depois são transportadas para a legislação nacional. Não sei qual é o herbicida que é utilizado, mas estou confiante de que tudo corre com a normalidade.

Os polidesportivos são equipamentos que foram construídos em algumas Juntas de Freguesia. Concordo, à semelhança do que foi feito já desde o anterior Executivo, foram transferidos para as Juntas de Freguesia, as Escolas Primárias, a grande maioria, estão contratualizadas e concordo que possam ser contratualizadas com as Juntas de Freguesia, se for essa a intenção da Junta de Freguesia fazer a sua manutenção e a sua conservação. De qualquer forma, temos um Técnico de Desporto que faz uma monitorização dos polidesportivos, vamos provavelmente fazer uma reunião com todos, no sentido de eu pedir para fazerem uma listagem das prioridades, tidas em cada um e que colocassem em causa a segurança das pessoas, à Divisão dos Serviços de Desporto, para que possamos intervir naquelas que coloquem em causa, obviamente que pondo em causa a segurança das pessoas, não podem ser utilizados e tem de ser vedada a sua utilização.

Quanto à acumulação de resíduos na estrada nacional 213 ao quilómetro 60, como sabe, houve intervenção da Guarda Nacional Republicana, é um processo que está a decorrer no Ministério Público, não tenho mais informações. Para além desse depósito, existe outro logo a entrada da cidade. Eu estava a falar de problemas ambientais e estava a falar, por exemplo, no depósito que existe na antiga Mirapapel, que agora está em estado de insolvência e que também mantém esse depósito na estrada nacional 213. Ambos são processos que estão a decorrer. Portanto, será a empresa de insolvência que terá a responsabilidade de retirar esses depósitos. Sendo um processo do Ministério Público, decorrerá com os prazos o mais acelerado possível, julgo eu, porque é crime ambiental, portanto, estará a esse nível. Não lhe sei dizer em que ponto está, mas sei que houve essa participação.

Em relação à Barragem do Cachão e à captação de água, dizer-lhe que de facto a Barragem do Cachão é um património e que, como sabe, já houve uma visita ao local, tentando ver quais são as medidas que poderíamos ver, porque há esvaziamento de água, portanto, verificar que também é uma responsabilidade conjunta, mas que temos outro problema no Cachão, já agora, para sua informação, que é a questão da ETAR. Neste momento não, porque a empresa entretanto entrou em *lay-off*, mas tínhamos alta carga poluente na ETAR que dizia respeito a uma empresa de lavagem de lãs. Estivemos várias vezes reunidos com eles, no sentido de verificar, porque todas as empresas que estão lá sedeadas, neste caso, não pagavam saneamento respeitante às descargas industriais. Esperemos que reabra e que possamos resolver em conjunto todas estas situações que nos preocupam.

No que diz respeito ao Estudo/Plano Estratégico, não sei se estava presente, mas já falei no Plano Estratégico de Revitalização. Vai haver uma sessão pública para apresentação dos resultados. É um trabalho que vai requerer candidaturas a fundos comunitários, vamos ver se ainda neste quadro comunitário. Neste momento está previsto um investimento de cerca de 200 mil euros, julgo eu, que é para retirar os escombros, lixo e as vedações que estão, como sabe, bastante danificadas.

Quanto à Unidade Móvel de Saúde, dizer-lhe que está de facto pronta para ir para a estrada, no entanto, fruto desta questão da COVID-19, foi adiada a sua implementação. Vamos ver a situação epidemiológica depois do mês de agosto, como é que resulta, para que possamos implementar o projeto que está a cargo também da Senhora Vereadora.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, as medidas que implementa são desafiadoras, as medidas que sugere são desafiadoras.

Já falamos dos polidesportivos, os vídeos promocionais das Juntas de Freguesia, não sei se estão recordados, mas no contrato que temos com a empresa Inordeste, fizeram-se várias propostas para fazerem vídeos promocionais, sei que alguns de vocês fizeram à feira. Portanto, estará naturalmente disponível a mesma empresa para constituir, com cada um de vocês, vídeos promocionais, aliás, faz parte deste contrato fazerem vídeos promocionais de feiras e eventos, que agora não existem, mas que poderão fazer à vossa Junta de Freguesia. Isto foi discutido várias vezes e está no protocolo que poderão fazer estes vídeos promocionais.

Quanto à gestão dos recursos humanos da Câmara, não conheço ninguém que não esteja integrado com as suas competências, pelo menos a nível de Turismo. De facto temos duas Técnicas de grande qualidade no âmbito do Turismo, trabalham no âmbito do Turismo, portanto, se conhecer algum caso de pessoas que estejam na prateleira, agradeço que me faça chegar essa informação, porque não conheço ninguém que esteja na prateleira, pelo menos é um recurso humano que não está a ser devidamente aproveitado e isso é de lamentar na gestão pública. Por isso, agradeço que me faça chegar essa informação, logo após terminarmos a Sessão, porque aquilo que conheço do Turismo é que as Técnicas de Turismo estão a trabalhar no Turismo. Uma está até com a situação do projeto *cycling*, no Quadraçal e outra está na comunicação a fazer, neste momento, a questão da promoção do nosso território.

O Plano Estratégico do Turismo também foi um pedido que já fiz há algum tempo à Divisão e disseram-me que estava a ser preparado por essas mesmas Técnicas de Turismo e logo que esteja terminado será apresentado.

Não se trata de opções políticas nem de opções pessoais, trata-se da gestão pública que tem de ser feita a nível de recursos humanos e que agradeço que me informe, porque desconheço essa situação e, por aquilo que sei, as pessoas estão a trabalhar no seu posto de trabalho e que neste momento estão a fazer trabalho de retaguarda de planeamento, tendo sido retiradas do atendimento ao público, porque precisamos de ter alguns instrumentos e ferramentas de gestão do Turismo que nos alavanque, sob o ponto de vista da gestão territorial, o Turismo, o Turismo de Natureza, o Turismo Religioso. Portanto, estando a fazer atendimento não terão essa capacidade, por isso é que as colocamos noutras funções, mas se houve esse descontentamento agradeço essa informação.

Relativamente às Unidades Locais de Proteção Civil, já questionei a Coordenadora da Proteção Civil, no sentido de regulamentarmos essa questão.

Quanto aos ajuntamentos na Zona Verde, não tenho reporte de haver mais de 20 pessoas em ajuntamentos. De qualquer forma, a fiscalização não compete à Câmara Municipal, compete às Autoridades de Segurança, PSP na cidade e GNR nas Freguesias rurais.

Em relação aos dois mil euros por mês, julgo que dizia respeito a um apoio extraordinário, mas esta medida, sinceramente, não a fixei, portanto, se fizesse o favor far-me-ia chegar.

[Handwritten initials and marks]

Os Protocolos de Modernização Administrativa, como todos sabem, também é um problema do próprio Município. Temos que fazer uma revolução tecnológica no Município e julgo que deveria haver alguns apoios do Estado, quer para a modernização administrativa das Juntas de Freguesia, mas também dos Municípios, uma vez que não há fundos comunitários neste momento, já houve, para a modernização administrativa e era fundamental, porque temos um Ministério da Modernização Administrativa, sendo uma das situações que estamos constantemente a colocar. Vamos ver agora com a transição digital e com o programa da transição digital se existem verbas para a modernização administrativa das Freguesias e do Município.

No que diz respeito à informação autárquica, já foi referida essa questão. A ANAFRE fez sessões da transição para o SNC-AP, mas a Câmara Municipal terá todo o gosto em ter um manual e logo que o nosso Técnico, que vai de férias agora, que está na Contratação Pública, possa de facto, quando regressar, julgo que era importante fazermos esta formação. A nível da Associação de Municípios e da CIM-TTM temos Técnicos capazes de fazer esta formação, portanto, deveríamos também aproveitar empresas que vêm ao local e não ter nós que deslocar Técnicos para o Porto e para Lisboa para terem esta formação. Deveriam ser as entidades supramunicipais a conseguir esta formação, porque não podemos deslocar 20 ou 30 Técnicos, mas chamar esses formadores, muitas vezes são bons formadores, para virem ao interior dar-nos essa formação.

Quanto às candidaturas das Juntas de Freguesia, julgo que é uma questão que podemos estudar. Os quadros de excelência foi aquilo que já falamos, queira, por favor, fazer-me chegar essa informação.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *Manuel Figueira*, dizer que aquilo que tem sido o nosso objetivo é que no final do mandato tenhamos obra feita, não só obra física, mas também acomodarmos a vida de algumas pessoas. Cada um de vós como Presidente de Junta de Freguesia, eu como Presidente da Autarquia e também certamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal poderemos fazer a diferença naquilo que está ao nosso alcance e trabalharmos em prol das pessoas, pois isso é que é o serviço público e é por isso que estamos aqui.

Enaltecer também as qualidades que os Senhores Presidentes de Junta têm. Este discurso emotivo também faz parte da nossa vida, a emoção. De facto, um Presidente de Junta é sempre um amigo que está próximo e é aquele que está mais próximo para resolver as dificuldades.

Os desafios são diários e são de noite e de dia. Concordo que seja uma função muito exigente, até pela proximidade que tem em relação às pessoas e à complexidade das tarefas e muitas vezes as necessidades de uns não são as necessidades de outros, por isso, é sempre difícil tomar decisões que não agradarão a todos, mas por isso é que foram escolhidos e por isso é que estão aqui.

Agradecer as últimas palavras que disse, “a nossa terra é nossa, quer sejamos governo, quer sejamos Oposição”. Concordo sempre que a qualidade da governação é tanto melhor quanto maior é a qualidade da Oposição. É com gosto que estou aqui e estou a responder às questões, pelo menos de acordo com aquilo que me foi perguntado.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, de facto é uma União de Freguesias extensa, com muitos problemas. Temos agora também a questão da escola e também a questão da obra estruturante da água em Marmelos que é um projeto que está a ser executado.

Em relação ao alojamento local, a nossa legislação é igual para todo o País, vamos ver se há medidas excecionais para o interior. Agora com a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, tentamos ter medidas excecionais para o interior que eu acho ser fundamental tratar diferente o que é diferente e nós somos diferentes do litoral.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas*, no que diz respeito aos Técnicos da Câmara Municipal, não posso concordar mais. De facto, temos Técnicos de excelência que vão respondendo às questões na medida das suas capacidades de limite de tempo.

Em relação ao Canil Municipal, estamos preocupados com a vedação, com a qualificação das redes, ou seja, a nossa primeira intervenção vai ser mais dentro do canil do que propriamente a nível do caminho. Vamos tentar numa segunda fase por o caminho transitável. Contudo, a segurança do canil, a colocação da rede, a construção de uma ETAR que é necessária, tentar um investimento que é um investimento muito grande. Este canil é um alojamento para cães, foi um Protocolo com a Associação Mirandense de Proteção Animal, mas tem muitas dificuldades, não só pela distância que tem, era um terreno da Câmara Municipal que foi cedido a essa Associação, mas tem muitas dificuldades e requer um grande investimento.

Neste momento só existem candidaturas abertas para os Centros de Recolha Oficial da Associação de Municípios, mas esta infraestrutura é fundamental neste tempo em que o Centro de Recolha Oficial não estava a admitir animais e nós fomos recolhendo animais por todo o concelho e encaminhando para o canil que está na tutela do Serviço de Veterinária.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, dizer-lhe que ninguém está na política para ser reconhecido, está-se na política porque se gosta e está-se a fazer serviço público. Ninguém espera gratidão ou reconhecimento por qualquer ato ou obra que faça, o que existe é a dedicação às pessoas e ao serviço público. Também considero que esta liberdade de nos exprimirmos e cada um dizer aquilo que pensa faz parte da nossa conduta e uns terão obviamente de dizer algumas formas de agradecimento. Também sou grata por aquilo que quem faz por mim mais do que aquilo que lhe exigiria. De qualquer forma, ninguém está na política esperando esse reconhecimento e com isso concordo com aquilo que disse.

Sempre é pouco, nós não vamos conseguir no final deste mandato ter tudo cumprido, estamos a conseguir fazer muito e vamos com toda a certeza tentar fazer mais e melhor.

Quanto à limpeza de Franco e Vila Boa, Vila Boa e Avidagos, como digo, as equipas estão no terreno, mas tem sido muito difícil. Ainda há dias tive uma chamada de atenção de um freguês seu, acerca da limpeza da estrada do Franco para Valpaços, dos Vales.

Em relação ao Nó da A4, são externos à Câmara Municipal, é da concessionária da A4, por isso, não é da nossa competência.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, a preocupação que traz aqui da desertificação das Freguesias é fundamental. Os incentivos à natalidade e às empresas, que conheço, julgo que é uma boa prática. No entanto, conseguimos fazer com um Plano Estratégico, mas a desertificação é um problema de todo o interior e temos de ter medidas nacionais que consigam trazer mais empresas, mais emprego, sendo que temos uma limitação muito grande, o PDM. O PDM muitas vezes impossibilita a construção em determinadas áreas e isso faz com que as pessoas tenham muita dificuldade de construir em muitas Freguesias rurais, portanto, são os terrenos que estão disponíveis, sendo difícil depois ultrapassar esta questão.

[Handwritten initials and marks]

Julgo que é importante fazermos um Plano Estratégico dedicado a essa questão, aliás, foi uma questão que já foi abordada numa Reunião de Câmara Municipal, na primeira Reunião de Câmara deste ano e foi uma proposta que foi feita pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha* e julgo que é uma questão que teremos certamente oportunidade de criar um Conselho Estratégico, no sentido de termos para isso uma estratégia para conseguirmos ter medidas implementadas a esse nível.

As novidades da Barragem da Serrinha não são boas. Houve três barragens na área da CIM que não tiveram parecer favorável, porque são consideradas não rentáveis, ou seja, para as culturas e para a área de regadio. Neste momento foi a fase de audiência prévia, nós recorremos, depois teremos certamente oportunidade de falar, mas houve três regadios que não ultrapassaram esta questão. Já pedimos uma audiência à Ministra da Agricultura para nos dar nota desta primeira questão com a barragem.

Há muitas situações, inclusive da Associação de Regantes que foram levantadas e que já foram respondidas. Informaremos o Presidente da União de Freguesias relativamente a esta questão. Eram questões técnicas, completamente respondidas pelo gabinete que fez a candidatura e estamos a aguardar para que a Ministra da Agricultura nos informe do porquê desta primeira reprovação do projeto. Digo-lhe que o número do montante, mesmo estando inscrita no Plano Nacional de Regadios, havia problemas de orçamentação, ou seja, não havia dotação orçamental para todas as candidaturas, portanto, aquelas que tinham menor rentabilidade a curto/médio prazo acabaram por não chegar a um valor que permitisse a sua aprovação. Vamos ver se existe maior saldo disponível para que todas possam ser aprovadas que é essa a nossa intenção.

Em relação ao financiamento aos criadores de gado, está a ser ultimado o regulamento. Como envolve verbas tem que se criar um *plafond* para pagamento. Depois de aprovado o regulamento entra em vigor e vai ser implementado, garantindo que a Câmara Municipal apoia a sanidade animal, pequenos ruminantes e bovinos, relativamente àquilo que tínhamos falado, em estreita colaboração com o Agrupamento de Defesa Sanitário.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, falou na questão do herbicida, sendo uma questão que já foi colocada aqui.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Teixeira*, temos neste momento em contratação pública 19 candidaturas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, onde está incluída a Estação Ferroviária de Mirandela e também o PAMUS 1 - Criação de Rede Ciclável e Modos Suaves no troço entre a rotunda do Monumento à Linha Férrea até à rotunda Portas da Cidade, julgo que era a essa que se referiu. O prazo para a apresentação das propostas foi bastante alargado e é verdade que estamos a falar de um investimento total significativo -12.959.504 €, no total do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o que faz com que a Câmara Municipal tenha que fazer alguns investimentos de forma faseada, mas cumprindo aquilo que são as orientações do Ministério da Coesão Territorial que era todas as candidaturas teriam que estar a concurso até ao final do mês de julho.

Neste momento temos uma última candidatura que vamos apresentar esta semana que é a Reabilitação Integral de Edifícios de Habitação Social do Bairro Operário. Vamos ver como é que conseguimos autofinanciamento para todas estas candidaturas, é verdade que é um montante significativo. Terão que estar todas prontas até 2023, vamos fazê-las de forma faseada, vamos ver como correm os concursos e se temos empreiteiros que concorram aos concursos. Como sabem, já tivemos dois procedimentos que ficaram vazios.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, dar nota que de facto a agenda Nordeste 21 é de 2006, foi um trabalho que foi feito, na altura, como documento estratégico e, como todos sabemos, pela maturidade e pela experiência que temos, estes documentos servem, à época, para desencadear alguns projetos, mais ou menos, conforme a vontade política que existe na implementação destas medidas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia foi uma aposta. Precisávamos de mais quadros, mais Técnicos de apoio, como Juristas, Engenheiros, Arquitetos, para poderem estar disponíveis para os vossos projetos. Não foi ainda possível fazer esse enquadramento.

Existe muito trabalho para além da limpeza de caminhos dos cemitérios. É certo que estas áreas são muito sensíveis, mas existe muito trabalho. As pessoas estão cada vez mais exigentes, e bem, têm esse direito.

Em relação ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia deveria ser alargado a outros apoios, apesar de termos o apoio do Gabinete de Apoio Jurídico, da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, mas todos os recursos são poucos para as necessidades do concelho.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, quanto à cobertura da Internet já foi respondido.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo*, é verdade, a estrada que referiu, passei lá há pouco tempo, está a necessitar de uma limpeza das bermas. Recordo-me que no ano passado foi o Senhor Presidente que assumiu esta limpeza, este ano ainda não fizemos. De qualquer forma, a estrada da Freixedinha a São Salvador necessita urgentemente, porque é uma estrada com muito trânsito.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimões*, concordo em absoluto com aquilo que disse, os problemas das Freguesias são problemas do concelho, obviamente. Do concelho fazem parte as 30 Freguesias e Uniãoes de Freguesias.

Quanto ao depósito de água de Suções, vai ser renovado. Fizemos a limpeza de todos os depósitos e neste caso o depósito de Suções vai ser alterado.

O saneamento de Eixes, sinceramente ainda não está previsto nem tem projeto, mas vamos ver o que é que conseguimos fazer. Em relação aos depósitos de água é uma das nossas preocupações, muitos vamos comprar depósitos novos, outros vão ser, se possível, restaurados para que a qualidade da água seja garantida.

Relativamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*, espero das Juntas de Freguesia o que as Juntas de Freguesia me puderem dar, ou seja, críticas da nossa atuação, propostas, ideias e há aqui ideias e desafios muito interessantes. Agradecer a sua preocupação, nunca nada é suficiente e partilhar consigo que nada satisfaz, podemos fazer muito, mas de facto as necessidades também são muitas, desde a falta de acesso, aos caminhos rurais.

Não está tudo bem, obviamente que não, senão também não era preciso estarmos aqui, não era preciso estarmos a debater os problemas, nem cada Junta de Freguesia nas Assembleias de Freguesia era preciso reunir, porque não havia problemas. Há

[Handwritten initials and marks]

problemas, mas estamos aqui para os tentar resolver, para saber quais são, identificá-los e tentar resolver o maior número de problemas. O que é importante em política é decidir e priorizar, priorizar aquilo que é definitivamente uma prioridade e decidir pelo melhor que nós, nesta época e nesta data, consideramos ser o melhor para as pessoas. É essa a nossa função. Obviamente que há sempre problemas, ninguém tenha o pensamento de não haver problemas numa Junta de Freguesia ou numa Câmara Municipal. Será utópico dizer que não há problemas. Há sempre problemas, por isso é que há gestões municipais, por isso é que há gestão pública, por isso é que existem medidas que tomamos diariamente para o melhor aproveitamento dos recursos que temos.

Em relação ao Protocolo com Valpaços, esclarecer que este Protocolo com Valpaços envolve áreas rurais, é a qualificação dos caminhos que é precisamente por áreas rurais, portanto, é financiado 85%. Não poderia ser feito sem ser entre duas Câmaras Municipais. Neste momento temos dois projetos intermunicipais e reparem, cada vez os projetos intermunicipais estão mais valiosos e têm uma mais-valia fundamental, porque a escala intermunicipal é prioridade absoluta nestes projetos. Temos um com Valpaços e temos outro com a Câmara de Macedo de Cavaleiros, um no Quadraçal e outro nos caminhos de Santiago. Consideramos as duas Câmaras serem projetos estruturantes, obras estruturantes para os dois concelhos, por isso, para além deste, temos também a obra do Açude de Miradeses para executar.

Nunca devemos ficar calados, isso concordo. Pelo interior, devemos sempre reclamar aquilo que nos é devido. Também nunca fico calada perante o Governo, tendo influência, não tendo influência, a verdade é que eu não fico calada, porque se ficarmos calados, chegamos onde chegamos e devemos chegar longe.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que me sinto representada por qualquer um dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que está aqui, portanto, também pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, qualquer um de vocês me representaria e me representaria bem.

Não assumo esse problema das Juntas de Freguesia, como assumiu essa dor relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, cujo Executivo tem feito um papel importante para Mirandela e para os mirandenses no âmbito e no contexto do concelho.

Em relação à Câmara Municipal, a verdade é que já foi muito justificada a questão das horas extraordinárias, as despesas com pessoal. Quanto às avenças é bom dizer-se que as avenças daqueles que foram contratados têm tido, pelo menos no âmbito dos Gabinetes de Advogados, uma diminuição de custos, porque esta avença permite que não estejamos a gastar muito dinheiro com Gabinetes de Advogados. De qualquer forma, é uma crítica que considero ser crítica construtiva.

Não estamos aqui a inventar palcos, longe disso, estamos aqui a fazer política e a fazer o melhor pelas pessoas.

Existe outro caminho, sim, existe outro caminho para as Juntas de Freguesia e a verdade é que este outro caminho tem feito deste concelho um concelho mais coeso, um concelho onde a igualdade das oportunidades é tao igual numa Freguesia rural, como no centro da cidade. Cada vez estamos mais próximos disso e com esta autonomia vamos ficando cada vez mais próximos desta igualdade de oportunidades, porque já não é como no tempo em que eu andava no liceu em que as pessoas das aldeias eram vistas com outra forma de ver.

Neste momento, há muita gente que vai viver para as aldeias, porque neste momento há tanta qualidade de vida e mais qualidade de vida nas aldeias como na cidade. Aquilo que vemos é que enquanto há uns anos atrás havia pessoas que vinham para a cidade viver, hoje estamos a ver pessoas a ir para as aldeias viver, porque têm qualidade de vida, têm vizinhança, têm proximidade e têm, acima de tudo, políticos que também fazem por eles e tentam fazer cada vez mais e melhor e a Câmara Municipal está com eles.

Quando não se consegue tratar de um idoso e de uma criança, de facto é preocupante e eu sei que existem muitos casos da Ação Social que temos resolvido com a Ação Social a intervir diretamente nas famílias. Portanto, estamos todos, julgo eu, Presidente de Câmara e Presidentes de Junta de Freguesia, com as pessoas e temos sido nós que temos implementado a ação dentro das famílias com dificuldades.

Quanto a isso, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quero-lhe dizer que não há nada que chegue à Câmara Municipal que não façamos em prol de um idoso e de uma criança. Infelizmente, as críticas que faz são extremamente injustas, porque não há ninguém com carências que fique na rua por ausência de apoio da Câmara Municipal. Rendas, gás, eletricidade e veja tudo aquilo que foi feito a nível da COVID-19 e estamos a apoiar cada vez mais famílias que empobreceram por falta de rendimentos ao final do mês.

Depois, dizer-lhe que não há egoísmo da cidade, a cidade tem problemas que as aldeias não têm. A cidade também precisa de investimento. Ou seja, não podemos só olhar para o mundo rural, temos também que olhar para a cidade e tem que haver um equilíbrio entre o investimento que é feito na cidade e o investimento que é feito nas aldeias. Não vale a pena termos um concelho sustentável e ambientalmente considerado se não tivermos este trabalho na cidade e nas aldeias. As cidades não se desenvolvem sem as aldeias, como as aldeias não se desenvolvem sem a cidade, porque a cidade também é um motor de desenvolvimento. É onde temos a nossa indústria ou alguma parte da nossa indústria, o nosso comércio, por isso, não vejo o concelho sem a cidade e sem a Vila de Torre de Dona Chama. É preciso não esquecer que temos Freguesias, temos a nossa Vila e temos a nossa Cidade.

É com orgulho que digo isto. Ninguém fica para trás. Não há nenhum idoso, não há nenhuma criança, não há nenhum jovem que fique para trás.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, em relação à cobertura de rede já foi sobejamente respondido.

Em relação à formação SNC-AP, julgo que pode ser uma realidade já em setembro ou outubro próximo, para fazermos quanto mais não seja uma videoconferência com alguns e depois de outra forma. Vamos ver como é a situação epidemiológica naquela altura. Dizer-vos que poderemos de facto realizar esta formação com o apoio de todos, nem que se façam dois grupos, o norte do concelho e o sul do concelho, logo veremos a melhor forma.

Quanto à dependência dos Presidentes de Junta de Freguesia, estamos a falar em autonomia dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Em relação à regionalização, sou regionalista, portanto, acredito que das muitas soluções seria a nossa região de Trás-os-Montes e Alto Douro que é uma opção política que terá de ser o País a tomá-la, não a nível de Câmaras Municipais. De qualquer forma, sou regionalista.

A região norte como agora querem fazer crer e quando falamos na questão das eleições dos Presidentes da CCDR, também vos quero dizer que já pediram todos os elementos de todas as Juntas de Freguesia e membros eleitos das Câmaras Municipais para a constituição do colégio eleitoral para todos votarmos no Presidente da CCDR.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de entrar no período do público, permitam-me duas palavras. Uma à Senhora Presidente. Agradecer-lhe a abrangência de respostas, acho que respondeu à maior parte das questões que foram apresentadas. Agradecer também a serenidade das respostas, de facto foi extremamente calma e elucidativa e também felicita-la pela capacidade que tem de assimilar tanta coisa e no final expor.

Para a Assembleia, dizer o seguinte. Eu não digo tudo aquilo que penso, mas aquilo que digo é pensado e é sentido. Para que não haja falsas interpretações, deixai-me dizer-lhe que eu e o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, como muitos outros, às vezes estamos de acordo, outras vezes estamos em desacordo. Não há conluio absolutamente nenhum entre as partes, apesar das palavras, até porque eu sou socialista, toda a gente sabe, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* é social democrata. Temos filosofias políticas bem distintas, embora não sendo inimigos, de maneira nenhuma e neste caso concreto na Assembleia nem sequer somos adversários, porque a partir do momento que eu saia da minha Bancada e me sentei aqui na Mesa tenho que ser completamente imparcial e isento, penso que o sou, faço os possíveis para que assim aconteça, portanto, qualquer artimanha política ou tentativa de uso da minha pessoa para as “trincas” partidárias, não é bem sucedida, mas também não é mal interpretada nem a levo a mal.

Clarificar isto era fundamental e tinha que o fazer.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sei se esta sessão já foi transmitida em direto, mas se foi ainda bem que sim ou se está a ser ainda bem que sim, porque fiz uma pergunta muito concreta à Senhora Presidente que não me respondeu, foi sobre a iluminação da Igreja Matriz do Franco.

Depois, quero dizer ao Senhor Presidente da Assembleia, bem-vindo ao mundo rural e ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* também, bem-vindo ao mundo rural. É que antes de se fazer esta proposta e critica-se tanto que foram sempre governos PSD a nível local, critica-se tanto, mas também sempre houve Oposição do PS e sempre houve Oposição da CDU. Nunca vi fazer uma proposta semelhante.

Para que se tire, de uma vez por todas, as dúvidas de quem são as propostas, o Senhor Presidente disse que isto é da Assembleia Municipal. Tudo o que se passa na Assembleia Municipal é da responsabilidade da Assembleia Municipal, mas para que a Assembleia Municipal se faça existem momentos em que há propostas e que são votadas. Então, para que se esclareça de uma vez por todas e nunca mais se fale neste assunto, “não quero ter louros, mas também não quero ser comido”. Então quero que o Senhor Presidente, se fizer o favor, na próxima Assembleia Municipal traga as Atas para serem lidas aqui para ver quem fez as propostas, das duas que se está a falar, desta realização das Assembleias Extraordinárias para as Juntas de Freguesia e de quem fez as propostas dos subsídios que estamos a receber mensalmente da Câmara Municipal. Depois esclarece-se de uma vez por todas e nunca mais falo no assunto, mas também nunca mais me digam é que foi da Assembleia Municipal, fosse de onde é que fosse. Foi aprovado em Assembleia Municipal, de facto.

Depois, queria dar a segunda interpretação, que não cheguei a dar, do que são obras estruturantes. Esta é a interpretação maléfica que não acredito que seja posta em prática de maneira nenhuma, atenção, não me interpretem mal, mas foi o Senhor Vereador que falou em obras estruturantes.

Então, perguntava aos Senhores Presidentes de Junta e não espero resposta, quais foram as obras estruturantes que foram feitas em qualquer Freguesia? Nenhuma!

Obra estruturante é aquela em que a Câmara fica com a liberdade total de poder fazer da forma que entender na Freguesia que quiser. Por exemplo, na Bouça as obras foram comparticipadas, ditas pelo Senhor Presidente, a 30%/40%, com mais o que recebe já dá 60% ou 70%. Isto foi dito na passada quinta-feira.

Este Executivo tem três estratégias básicas. A primeira é: durante dois anos não havia respostas, estavam a instalar-se. Demoraram dois anos a instalar-se. Agora começa a ser dada a resposta, não sei se já repararam nesse pormenor, é que em três anos não se pode fazer tudo. Já ouvi esta conversa não sei quantas vezes. Agora até se diz que nunca é feito tudo. Isso não é preciso vir para uma Assembleia Municipal dizer-se que nunca é feito tudo. Mas tenho mais uma proposta para fazer e para resolver estas questões de uma vez por todas.

Para resolvermos mais uma vez estas questões e sabermos quem é que determina e quem é que tem poder, já que os Presidentes de Junta, já que as Juntas de Freguesia ficam aquém daquilo que será esperado, proponho a todos os Presidentes de Junta deste concelho que ainda durante este mandato façamos e elaboremos uma Associação de Presidentes de Junta ou de Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela. Portanto, que elaboremos uma associação, associação essa que irá ter os seus estatutos, associação essa que irá tirar se calhar protagonismo aos Partidos, é capaz, mas o que me interessa é o mundo rural. Então, uma Associação dos Presidentes de Junta do Concelho de Mirandela.

Podem-me dizer “é um outro Partido”, não sei se é um outro Partido, mas pelo menos iremos ter, se assim o levarmos para a frente, um poder muito mais efetivo e muito mais persuasivo do que temos neste momento.

É um desafio que faço aos Presidentes de Junta de todo o concelho de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só vou fazer a parte conclusiva do Relatório Nordeste 21. É isso que vou fazer.

Diziam em 2015 que só com concelhos, com freguesias de qualidade de vida que sabe potenciar os seu recursos naturais e agir sobre o território em busca do conforto ambiental e do civismo de modo a integrar a aldeia global sem perder a identidade local, um

território com gente motivada e na qual a educação/formação seja de boa qualidade. A elevada qualificação permite gerar e manter atividades económicas geradoras de emprego com base nos recursos endógenos revertendo-se, assim, o processo de despovoamento. É necessária uma nova cultura de participação cívica.

Em 2015 foi aprovado pela Câmara, pelo Nordeste 21. O que é que se fez? O que estamos aqui a debater? O que debateram em 2015. E vamos estar aqui outra vez em 2021, 2022, 2023, 2024, 2030 e estamos na mesma. É exatamente a mesma coisa.

Os compadres corruptos roubam tudo e não deixam nada para o interior miserável. É isso que se passa. Depois, vem o Senhor Primeiro-Ministro com os fundo “mirabólicos” que ganharam a fundo perdido 54 mil milhões de euros, daqui a 10 anos estamos na mesma ou pior.

Então, o que é que ele fez? 200 milhões para o Algarve. Quanto deu ao interior? Zero!

Nós vamos ser sempre os massacrados, os “desdentados” que não sabemos mastigar nem salivar. É isso que somos.

Isto a mim não me dá gozo. Fico deprimido com isto, porque não foi isto que me ensinaram. Estou completamente abandonado, chamo-lhe assim eu, na minha luta e é isso que não quero. Não quero isso para os mirandelenses, para a minha terra e também para aqueles que abusam da minha terra como a própria Câmara abusa da minha terra. Vou provar isso nas próximas Assembleias da Câmara Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não toquei neste assunto na minha intervenção, porque queria perceber o enquadramento que ele tinha depois da discussão.

A Senhora Presidente vem aqui falar na ANACOM, das operadoras, da autoridade, mas eu queria apenas deixar aqui uma nota, daí fazer este pedido de esclarecimento.

No dia 06 de dezembro de 2018, foi assinado em Mirandela, com pompa e circunstancia, um protocolo com a Altice Portugal, portanto, uma empresa privada, que pretende investir numa rede de fibra ótica no concelho de Mirandela de forma a aumentar a área de cobertura. Assim, foi apresentada a Expansão da Rede de Fibra Ótica, no dia 06 de dezembro, no Museu da Oliveira e do Azeite. Foi também assinado o protocolo de colaboração entre a Altice Portugal e a Câmara que prevê que seja executado o alargamento desta tipologia de rede no concelho de Mirandela, de forma a alcançar uma taxa de disponibilidade de 75%.

Estamos a falar de um investimento em mais de 3 milhões de casas e empresas.

Uma das características deste serviço era a internet com largura de banda larga garantida. Portanto, não tem que perguntar à ANACOM nada, nós é que temos que lhe perguntar a si como é que está este protocolo e como é que o tem andado a monitorizar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Utilizo o artigo 35.º do Regimento para um Pedido de Esclarecimento à Senhora Presidente da Câmara. Prometo ser breve. Contudo, com uma questão que foi aqui mencionada e como diz respeito a todos nós sobre o que aí vem, gostava de falar sobre o seguinte.

Saiu no dia 17 de junho, em Diário da República, o Decreto-Lei n.º 27/2020, que vem consagrar a eleição dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, aqui focada pela Senhora Presidente da Câmara, em que votam os Presidentes e Deputados das Assembleias Municipais.

Diz o artigo 3.º-B:

“1 - *O presidente é eleito por um colégio eleitoral composto pelos seguintes eleitos locais da área geográfica de atuação da respetiva CCDR:*

- *Presidentes das assembleias municipais;*
- *Deputados municipais, incluindo os presidentes das juntas de freguesia.*

2 - *O sufrágio é individual e secreto, em urna, e cada eleitor dispõe de um voto.”*

Por sua vez, o artigo 3.º-F, que reporta ao ato eleitoral diz o seguinte:

“1 - *O ato eleitoral realiza-se durante o mês de setembro e é convocado pelo membro do Governo responsável pela área das autarquias locais, através de comunicação escrita dirigida às assembleias municipais da área geográfica de atuação da respetiva CCDR, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua realização.”* Portanto, em agosto.

“2 - *O ato eleitoral decorre no dia indicado na convocatória, entre as 8 e as 21 horas, nas instalações de cada CCDR, sob a responsabilidade da respetiva mesa eleitoral.”*

Sendo os eleitos locais em causa convocados para o efeito no n.º 1 do artigo 3.º-F, o que é que acontece nesse dia? As Câmaras organizam autocarros para se ir votar à CCDR ao Porto ou cada um trata da sua condição de eleitor? Estão dispensados para ir exercer o seu direito/dever de voto ao Porto? A não ser que seja ao fim-de-semana.

Ou vamos, então, esperar pela tal convocatória pelo membro do Governo responsável pelas autarquias locais através de comunicação escrita dirigida às Assembleias Municipais para ver de que forma é que isto se vai operacionalizar ou pode ser que a DGAL vá dando entretanto informações sobre estes aspetos.

Era isto que gostava de perguntar à Senhora Presidente da Câmara, porque referiu que já estão a ser tomados um conjunto de procedimentos, nomeadamente o pedido dos eleitos locais para a constituição do colégio, se tem alguma informação adicional da operacionalização de como é que decorre este voto, uma vez que ele é presencial, em urna, durante aquele período nas instalações da CCDR. Qual é a condição de participação, de que forma e com que salvaguarda cada um de nós, aqui eleito a esta Assembleia Municipal de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começo por responder às questões que foram colocadas.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, quanto à Igreja Matriz do Franco, de facto entrou um pedido da Comissão Fabriqueira para a iluminação, sendo uma questão que teremos de articular com o Senhor Presidente da União de Freguesias. O que interessa é ter iluminação eficiente, se possível em LED, para a iluminação da Igreja Matriz. Esta preocupação da iluminação pública nas Freguesias, acho que é a preocupação de todos.

Quanto à outra questão colocada, se as propostas são das Assembleias Municipais, se são das Juntas de Freguesia, se são da Câmara Municipal, obviamente que é uma questão em particular para o Senhor Presidente da Mesa, mas deixe-me dizer-lhe que o que interessa é que o protocolo existe, está em vigor, está a ser implementado por todos e isso é o mais importante, pese embora entenda as preocupações do Senhor Presidente.

As obras estruturantes de que falou e que recorreu à questão relacionada com os apoios extraordinários, julgo que é importante fazer esse ponto de situação. Vou pedir ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia para enviar essa questão para todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Quanto à proposta que fez aos Senhores Presidentes de Junta, nós tivemos e é nossa intenção fazer mais reuniões até com os técnicos das várias áreas com os respetivos Presidentes de Junta de Freguesia onde também podemos dirimir estas situações. Em relação a esta Associação de Presidentes de Junta de Freguesia não vejo qualquer impedimento. De qualquer forma, teremos sempre que reunir convosco, cada um representa a sua Junta de Freguesia ou União de Freguesias *per si*. Portanto, julgo que esta força das reivindicações será sempre importante haver este interlocutor. De qualquer forma, cada um representa a sua Junta de Freguesia.

Temos a Associação Nacional das Freguesias, temos a Associação Nacional dos Municípios Portugueses que também são bons interlocutores em relação à Câmara, ao Governo e às Juntas de Freguesia.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, quanto às questões que colocou do Relatório do Nordeste 21, é verdade que em relação ao despovoamento, à desertificação, às questões ambientais são as mesmas de alguns anos, aliás, algumas são maiores agora do que eram há uns anos atrás, os problemas intensificaram-se e alguns ainda não estão resolvidos. É verdade, concordo.

Quando se refere ao interior do País e quando diz que há uma corrupção nacional, é verdade que temos alguns casos conhecidos e haverá muitos ainda por conhecer. Infelizmente é uma luta de todos, para todos e com todos, por isso, em relação à sua intervenção dizer-lhe que temos todos esta luta relativamente ao interior. Em relação a cada um de nós nas suas profissões, o Senhor Deputado *António Figueiredo* como Professor e Arquiteto poderá dar o seu contributo, como nós damos o nosso contributo diariamente naquilo que fazemos todos os dias em prol da nossa capacidade de fazer diferente e fazer melhor.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, é verdade que a Altice Portugal assinou um Protocolo com a Câmara Municipal, mas este protocolo que previa um investimento de 3 milhões de euros não alargava a todo o concelho. Portanto, o ponto de situação será enviado via *e-mail*. Aquilo que lhe posso dizer é que as operadoras têm o seu negócio. Aquilo que já disse antes e aquilo que falei da ANACOM não foi para “tapar os olhos” a ninguém, foi que de facto houve uma reunião da CIM e da ANACOM, no sentido de podermos alargar. Como sabe, a ANACOM é responsável pela mediação da cobertura da rede. Não vamos contactar as operadoras uma a uma, até porque umas têm mais cobertura de rede em algumas Freguesias, outras têm mais cobertura de rede noutras Freguesias, portanto, o regulador foi aquele com quem nós falamos na altura.

Relativamente ao Senhor Secretário da Assembleia Municipal *José António*, dizer-lhe que não tenho uma informação adicional. Aquilo que referi aqui foi a situação do colégio eleitoral que nos foi questionada para identificarmos e atualizarmos a informação que estava disponível. Enviamos a informação dos Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e também dos Senhores Deputados Municipais. Foi a informação que foi solicitada e que o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais coligiu para enviar.

De resto, não temos qualquer informação adicional, somente esta informação de que foi enviada a atualização das bases de dados para a Direção Geral das Autarquias Locais.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Resta-me agradecer a todos pelas intervenções, esta Sessão correu muito bem, desejo a todos um bom regresso a casa, pelo que damos por encerrada a Sessão.

2.º Período de Intervenção do Público

03 - Público - 2.º Período de Intervenção.

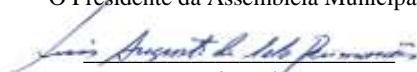
----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

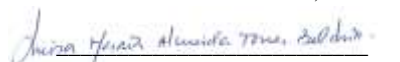
2
15
77

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 20 minutos.

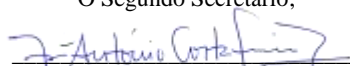
O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira